

ISSN 0101-7993 Nº 210 R\$ 5,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

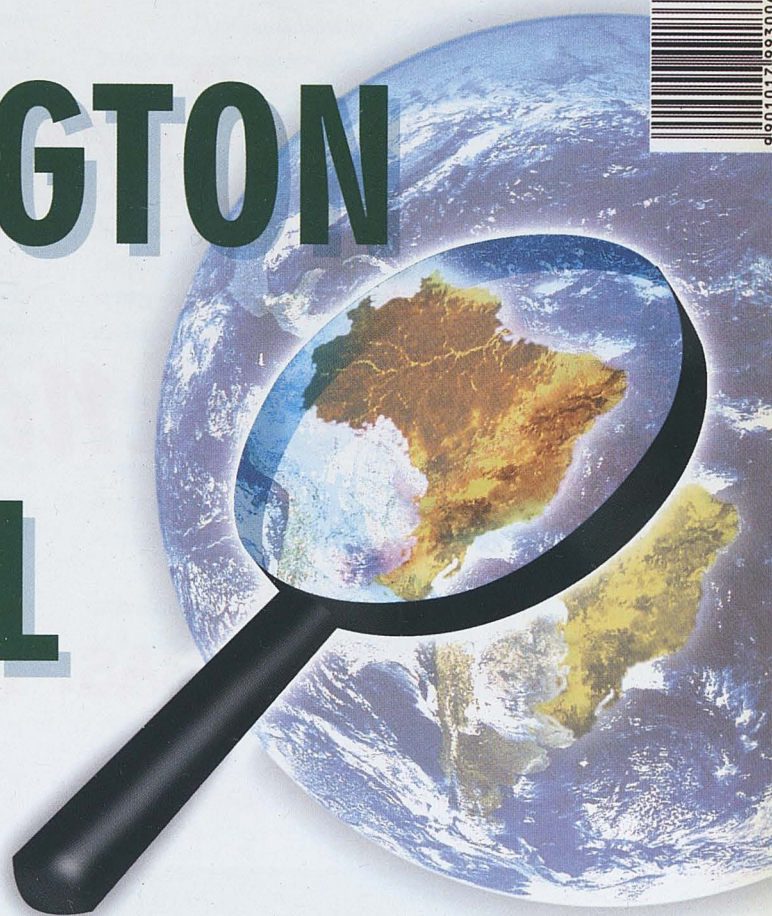
0 supergrampo

WASHINGTON espiona o BRASIL

**A rebelião
de governadores
e prefeitos**

Saúde na UTI

Como foi armado o golpe especulativo



CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Informação e Análise

ASSINATURAS: (021) 221-7511

Uma janela para os países em
desenvolvimento. As realidades dos
países emergentes sob
os aspectos político, econômico,
social e cultural.

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Superar os obstáculos, vencer os desafios

*M*ossa edição anterior provocou muitas manifestações dos leitores, quase sempre de aplausos, ao ponto de alguns deles considerarem a revista como **nova cadernos**. Na verdade, algumas inovações foram introduzidas, inclusive na diagramação; a cobertura política foi ampliada e as seções permanentes ganharam mais diversidade. Porém, essencialmente, o que não mudou, nem mudará, foi a linha editorial de informação e análise independentes, sempre inspirada nos princípios que a norteiam desde sua fundação. Estamos gratos aos leitores pelas sugestões enviadas, que analisamos com o melhor interesse.

Nesses tempos de grampos telefônicos e espionagem eletrônica, temos, nesta edição, uma matéria sugestiva. Não apenas uma ampla cobertura das 46 fitas gravadas no BNDES, mas, também, uma reportagem do nosso correspondente na França, Edouard Bailby, com um tema correlato, a espionagem norte-americana no mundo, inclusive no Brasil. Ficamos sabendo, agora, que é de uma cidade próxima a Washington que nos espionam e como os europeus estão reagindo a essa intromissão estrangeira nas suas conversações e decisões.

Marcio Moreira Alves, que, nos tempos duros do exílio, esteve sempre próximo à **cadernos**, é um dos nossos novos colabo-

radores. Analista e repórter político dos mais lidos dos jornais do país, ele desvenda para os leitores o roteiro e a intimidade do recente assalto especulativo ao Brasil, que não sabemos se terá sido o último.

Dois parlamentares, Paulo Delgado e Neiva Moreira, tratam nas suas colaborações, de temas muito atuais: a ameaça de falência da indústria de armamentos do Brasil - e como, apesar de sua importância, o governo a trata - e a reforma da Constituição para permitir a participação de capitais estrangeiros nas empresas brasileiras de comunicação. Este é um assunto muito polêmico. Na entrevista realizada por José Augusto Ribeiro, Luis Carlos Barreto faz uma análise crítica da política cultural dos últimos governos brasileiros e dos problemas que enfrenta a nossa cinematografia, problema que ele conhece muito bem.

Álvaro Queiroz, em seus reconhecidos e atualizados conhecimentos especializados, nos entrega uma movimentada seção econômica. Como os leitores poderão verificar, sobretudo os menos entendidos na complexidade do "economês", Álvaro usa linguagem bem acessível aos que não são do ramo e nos promete, nas próximas edições, "democratizar" ainda mais esse "idioma".

Enfim, a equipe de **cadernos** continua, como sempre, muito empenhada em bem cumprir a tarefa de superar os obstáculos e vencer os desafios, como há quase um quarto de século vem ocorrendo.

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDOISSN 0101-7993
Nº 210 - Junho 1999

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
DEPTO DE ASSINATURAS: Tel: (5521) 221-7511/ Fax: (5521) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
PAGAMENTOS: cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

DISTRIBUIÇÃO:
BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766
URUGUAI: Magazine, 18 de Julio 1120 - Montevideo-Uruguay
Tel/Fax: (005982) 903-1950

NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - CEP 20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil - Tel: (021) 221-7511 - Fax: (021) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>

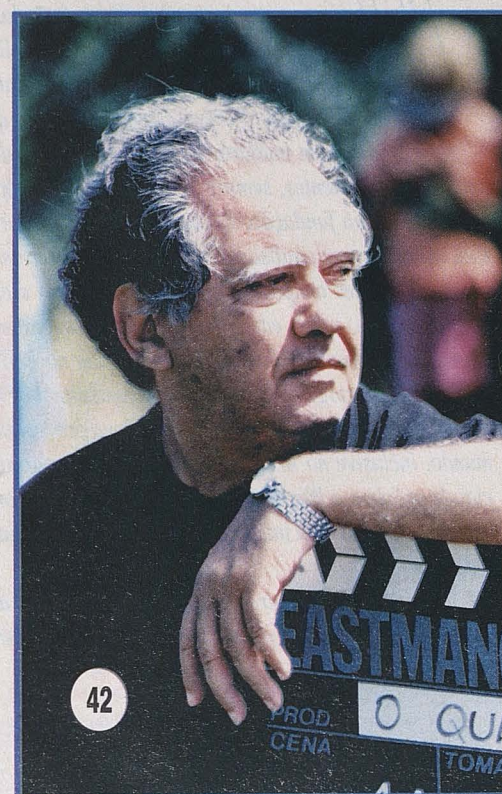
FOTOS: Agence France Presse (AFP)
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irãque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Itália-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

Filiada à **ANER**

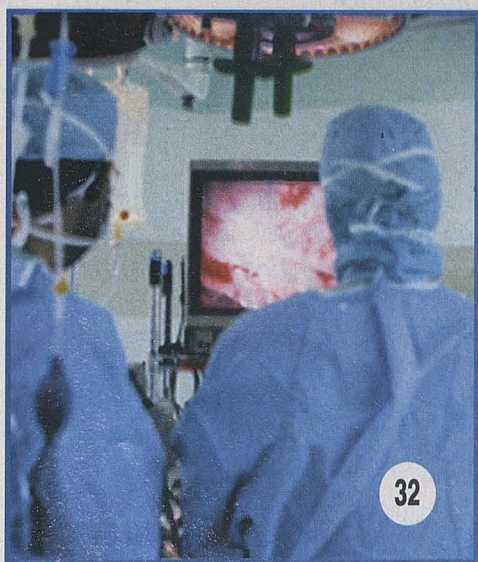
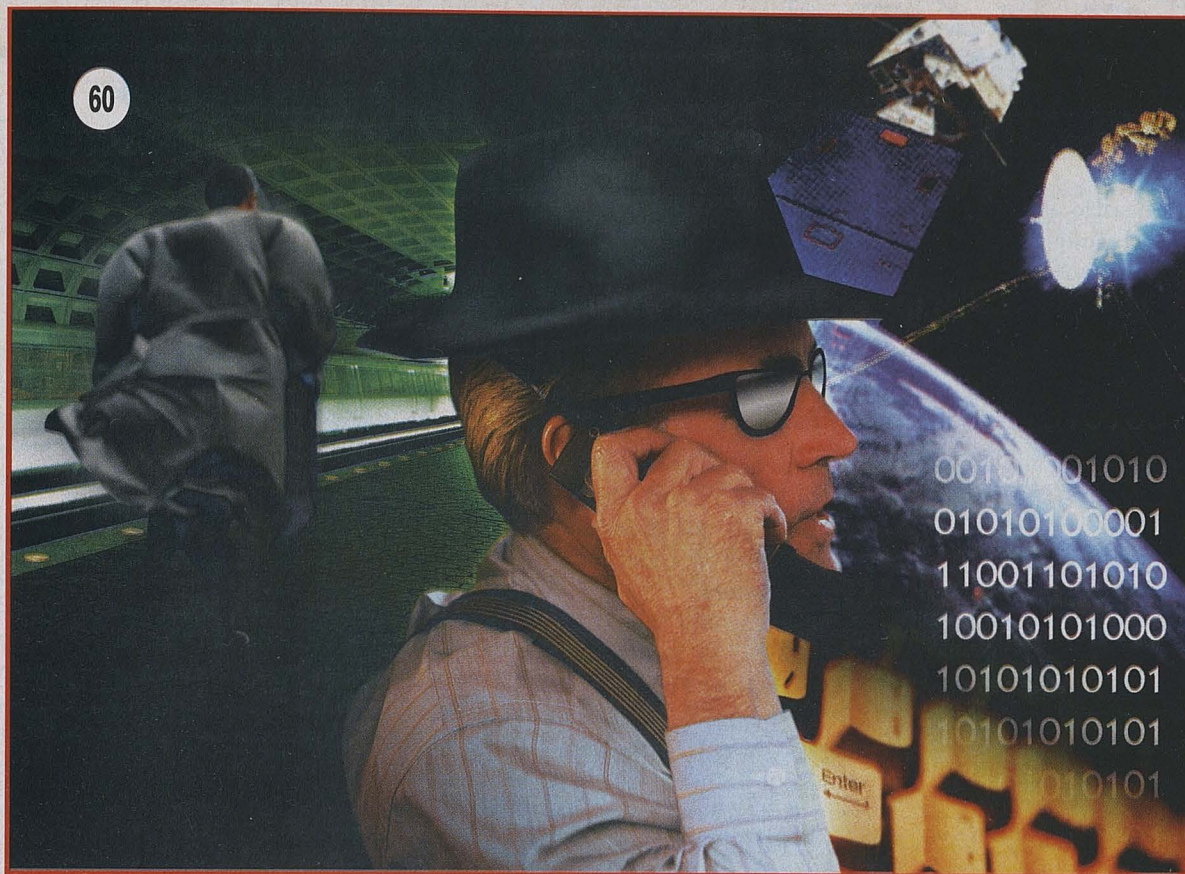
Sumário

Junho • 1999 • Nº 210 • Ano XXIV

- 4 **CARTAS**
- 6 **PLANALTO**
- 10 **PANORAMA NACIONAL**
- 14 **GRAMPO**
Bomba na Internet
46 gravações provocam um trauma político no país
- 18 **POLÍTICA: Opinião Pública**
Pesquisas implacáveis
A queda da popularidade de FHC é fulminante
- 17 **GOVERNADORES E PREFEITOS: a rebelião**
Eles buscam novo equilíbrio para a Federação
e contestam as políticas centralizadoras
- 22 **CRISE**
Operação Assalto
- 30 **Indústria de armamentos:**
Em fase de liquidação
O Brasil exporta soberania
- 32 **CAPA**
Saúde pública morre à míngua
A Saúde está abandonada à própria sorte
- 40 **EDUCAÇÃO**
Desafios: Encontro de mestres
A sociedade se depara com um aluno descrente de tudo
- 42 **ENTREVISTA**
A geopolítica da Cultura
Luiz Carlos Barreto define uma estratégia de
defesa para o cinema brasileiro e a cultura nacional
- 48 **ESPAÇO DO LIVRO**
Ofertas de livros para os nossos leitores
- 50 **NOTAS ECONÔMICAS**
- 54 **PANORAMA INTERNACIONAL**



60



32

60

MATÉRIA DE CAPA:

EUA: Sem licença para espionar

De uma estação norte-americana, a 250 quilômetros de Washington, são controladas as comunicações do Brasil

64

AMÉRICA LATINA

Chile: Chamado à unidade

Ricardo Lagos convoca a Concertação a trabalhar pela vitória nas eleições de dezembro

65

Guatemala: Acordos comprometidos

A rejeição no plebiscito às mudanças previstas nos acordos de paz cria um impasse político

66

ORIENTE MÉDIO

Israel: Começar de novo

Vitória dos trabalhistas faz renascer as esperanças no processo de paz

69

EUROPA

França: A lei das 35 Horas

Nova legislação trabalhista pode ser o início da retomada da oferta de emprego

72

ÁFRICA

Niger: A vida continua

O golpe de Estado não tira o país da rotina mas põe em xeque o acordo com os rebeldes

Cartas

Dolarização

Uma questão que estou submetendo à pesquisa: quais as razões pelas quais os Estados Unidos estão visivelmente interessados na dolarização da economia brasileira, procedimento que a Argentina já está pensando em adotar? Eis uma questão que gostaria de discutir com alguém da **cadernos do terceiro mundo**.

Aproveito o ensejo para saudar esta que tem sempre se configurado como a melhor publicação em língua portuguesa sobre os processos políticos em países como o nosso.

Gilson Dantas
por e-mail

Doando o país

O que mais esperar de Fernando Henrique? Dele, nada. Mas, de ACM e sua gente muito ainda há de vir. A CPI dos Bancos vai descer pelo ralo e a do Judiciário vai emplacar a mando do cacique. A Justiça do Trabalho está a ponto de ser extinta. FHC diz que não entende por que os velhos param de trabalhar e exige que eles continuem trabalhando para não sobrecarregar a Previdência, como se isso fosse possível, em um país onde nem mesmo os jovens têm trabalho.

Para piorar a situação, o país, que era um dos mais jovens do mundo, está perto de ser considerado um dos mais velhos.

Graças à esterilização em massa promovida pela multinacional Bemfam, a mando do governo norte-americano, que vê o crescimento demográ-

fico da América Latina como um risco à segurança dos EUA. E isso tudo com o auxílio do Governo/Desgoverno, que mata nosso povo dia após dia.

Guilherme Lyra
por e-mail

Justiça populista

Encaminhei uma carta ao Senado Federal, com algumas considerações que gostaria de ver transcritas em **cadernos do terceiro mundo**.

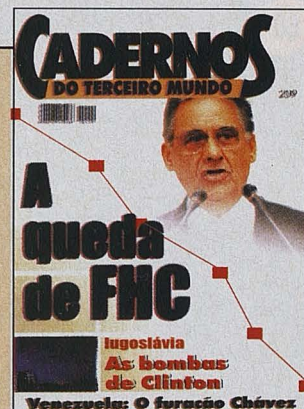
"É necessário transformar a Justiça elitista, que é amiga dos governantes e dos ricos, na Justiça populista, que será amiga do povo. Não sugerimos, apenas, a reforma do Judiciário. Criar a Justiça populista é instalar varas judiciárias civis, criminais, trabalhistas em cada bairro das grandes e médias cidades e nos municípios das pequenas cidades.

É, por exemplo, a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, com um milhão de habitantes na atualidade, contar com dois mil juízes, dois mil promotores..., e não com oitenta como conta atualmente.

Para criar a Justiça populista sugerida, é necessário criar o imposto único, bairro a bairro, uma solução moderna, alterando toda a estrutura organizacional tributária centralizada que aí está.

A Justiça atual é a mesma que condenou Sócrates a morrer, bebendo o veneno da cicuta, uma das poucas memórias judiciárias registradas pela História, por envolver o sábio grego como réu."

Eugênio Rios
Goiânia - GO



Apoio

*Acompanho a luta e persistência de vocês em fazer uma revista alternativa de vanguarda e posições coerentes e corajosas em defesa da nossa causa e do nosso povo, mas não poderia deixar de parabenizá-los pela transformação do novo visual de nossa **cadernos**. Está irretocável e é de longe o mais belo layout que já tivemos. Além disso, o conteúdo continua com a boa qualidade de sempre. Mas com esse novo visual ousa afirmar-lhes que conseguimos unir a beleza, à qualidade.*

Parabéns, continuem resistindo.

Carlos Lupi
Rio de Janeiro - RJ

Venho por meio desta manifestar meu entusiasmo e alegria em ser assinante de suas prestigiadas revistas, as quais expressam de maneira generalizada as questões e assuntos condizentes a nossa nação e aos demais países.

Ciente das dificuldades, quero prestar-lhes o maior apoio, com o desejo de total superação destes entraves momentâneos.

Nessa busca incansável pelo equilíbrio das contas, os obstáculos serão inúmeros, mas com certeza poderão contar com o nosso sincero apoio e assim atingir os objetivos aos quais se prestam de defesa dos interesses de nossa pátria.

Martinho José Schulz
Rio Grande do Sul

Grande nação

Sou assíduo leitor desta valiosa revista, que trata exclusivamente de problemas sociais e políticos dos países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, onde ainda há muitos problemas sem solução. O Brasil poderá um dia ser uma grande nação, quando forem banidas de seu território as pessoas que só pensam em si.

José Ferreira Neto
Missão Velha, CE

Cooperativas

Durante a abertura do seminário organizado pelo Minis-tério Público de Campinas sobre "Novas Formas de Contratação de Mão-de-Obra no Campo", dias 13 e 14 de maio, mais de 150 cooperados de diversas cooperativas levaram carro de som e faixas para protestar frente ao Hotel Vila Rica, naquela cidade paulista, contra a forma indiscriminada como o Ministério Público da região trata as cooperativas de trabalho, querendo impor seus conceitos sobre o tema.

As representações do cooperativismo paulista, Ocesp e Fetrabalho, ao tomarem conhecimento de um painel sobre "Cooperativas de Trabalho", onde interviriam procuradores e debateriam sindicatos rurais e empresários, solicitou que dentro do espírito da OIT - que copatrocinou o evento - e em sintonia com a função do MP, fosse integrado ao painel um advogado e um representante do cooperativismo como de-

batedor. Os organizadores disseram que o evento era aberto aos inscritos, não atendendo a demanda das cooperativas.

As cooperativas, com o apoio da Fetrabalho/SP, distribuíram jornal, estenderam faixas, comunicaram-se com a imprensa informando suas posições. Diversos cooperados fizeram uso da palavra, inclusive Francisco de Assis, presidente da Fetrabalho/RJ, convidado pela Fetrabalho/SP, manifestando suas preocupações com a falta de diálogo de representantes do Estado com as cooperativas de trabalho. Inúmeros intentos de discutir parâmetros comuns de entendimento sobre o tema, de forma a discriminar a verdadeira cooperativa dos desvios, têm sido frustrados.

No Brasil, só 4% da população têm alguma relação com cooperativas, enquanto na Argentina é 39% e no Canadá fica em mais de 50%.

Chamou a atenção também o fato de o seminário abrir com o apoio do Ministério Público (assim o declarou o representante da Faesp) a discussão da aplicação para o trabalhador rural do Contrato de Avulso, uma oficialização da precarização do trabalho no campo.

As cooperativas, conjuntamente com a DRT/MTB e o MP, estabelecer critérios para discriminar o que é cooperativa de trabalho e desvio. Essa é atitude democrática de abordar temas onde existam diferenças.

Walter Tesch
Fetrabalho-SP

Hanseníase

O quadro da hanseníase no país é alarmante. O número de casos não pára de aumentar. A hanseníase é uma doença que atinge uma pessoa a cada 12 minutos. Isso faz o Brasil perder apenas para a Índia em número de casos.

O Ministério da Saúde, o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), na tentativa de reverter o quadro, lançam em junho, no estado do Tocantins, uma campanha denominada estratégia de Aceleração para a Eliminação da Hanseníase, que depois será adotada pelos demais estados.

O Tocantins foi escolhido por estar em uma região endêmica com cerca de 150 casos por grupo de 10.000. A OMS estabelece como meta até um caso por 10.000.

Para colaborar com a campanha, contate Cláudia Silveira, na Assessoria de Imprensa do Morhan, tels.: (021) 273-0263 e 273-8587

Cláudia Silveira
Rio de Janeiro - RJ

Sobre o Vietnã

Faz bastante tempo que **cadernos** não publica matéria sobre o Vietnã, que muito bem cobriu nos trágicos anos de guerra. Como vai o desafio da reconstrução e o convívio dos antigos Vietnã do Norte e do Sul?

Maria Peres
Cuiabá - MT

Intercâmbio

Annabell Mena Reyes
Edifício E-37 apto.11
Zona 11, Alamar,
CP 12500
Habana del Este,
Ciudad Habana/ Cuba

Israel Sánchez Otero
Comunidad Breña
Edif. 6, apalt. 21
Cumanayagua,
Cienfuegos / Cuba

Janet Sanin Anca
Calle 30, #2906
l/n 29 y 31
Jaruco, La Habana
Cuba / CP: 32800

Bernardita Astorga
Sepúlveda
Casilla 387
Correo Central
Valparaíso
Chile

Cecilia Lopez Herrera
Seibabo #29,
y. Escuela y Línea
Cumanayagua,
Cienfuegos, 57600
Cuba

Enrique Hernandez
Péres
San Nicolás #48
Estrada Palma
y. Naval. Casa Blanca
CP 19110
Ciudad Habana
Cuba

Memélia Moreira

15 anos de Diretas-Já

Parece que foi ontem mas já se vão 15 anos do movimento em favor da emenda das Diretas-Já, que teve extraordinária influência na consolidação do processo democrático em nosso país e de sua aprovação no Congresso.

Foi muito expressiva a sessão solene de homenagem da Câmara dos Deputados, requerida pelo deputado Lino Rossi.

O presidente da Casa, Michel Temer, assinalou a importância histórica do movimento e a extraordinária participação de um de seus integrantes, o deputado Ulisses Guimarães.

Referindo-se ao caloroso debate então travado entre situação e oposição, disse: "O Brasil que os brasileiros esperam desta Câmara é, exatamente, o Brasil do debate, vigoroso, intenso, mas que chegue à composição. A tese da conciliação é nacional e o que levou às Diretas-Já foi exatamente a tese da conciliação democrática, a tese de que todos, sem exceção, deveriam



participar do processo de escolha no país."

Falaram, na sessão, os seguintes deputados: Franco Montoro, Nelson Trad, Arthur Virgílio, Eduardo Paes, Jaques Wagner, Ricardo Noronha, Fernando Ferro, José Dirceu, José Genoíno, Heráclito Fortes, Haroldo Lima, Ronaldo Vasconcelos, Clementino Coêlho, João Herrmann Neto, Waldomiro Fioravante, Gustavo Fruet e Alceste Almeida.

A Mesa foi composta (foto), além do presidente Temer, pelo ministro Aldo Fagundes, do Superior Tribunal Militar, do ex-deputado e atual governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, autor da emenda, além da cantora e militante democrática Fafá de Belém, que emocionou a todos cantando o hino nacional, arrebatando uma multidão de um milhão de pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, no maior comício daquela histórica campanha.

CPI muda licitação

Sob o signo da desconfiança de ser apenas uma retaliação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contra juízes federais, a CPI do Judiciário deu frutos. Uma das primeiras medidas a se adotada pelos senadores será uma nova legislação, regendo os critérios de licitação de obras públi-

cas. Pelo menos dois tribunais regionais do Trabalho exageraram nos seus gastos em obras: os de São Paulo e Rondônia. O TRT paulista, com obra ainda não concluída, já gastou 230 milhões de reais e, segundo o vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), "nem 60% das o-

bras haviam sido finalizados. Assim, precisamos fixar novos critérios para os processos de licitação de obras públicas".

O relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA) está satisfeito com os resultados da primeira fase da CPI e garante que o Senado "vai esclarecer à sociedade brasileira muitos pontos obscuros do que acontece nos corredores dos tribunais".

Um dos ganhos, lembrou o senador baiano, refere-se à decisão da Comissão Mista de Orçamento, que formou uma subcomissão, proposta pelo deputado Giovanni Queiróz (PDT-PA), para investigar, num trabalho paralelo à CPI, as obras do TRT de São Paulo e examinar a liberação de recursos destinados a obras públicas, em particular às do TRT de Rondônia.

Crise brasileira

O deputado Antonio Palocci (PT-SP) fez um balanço da crise brasileira, enfocando as conseqüências sociais do modelo adotado para o ajuste da economia.

Na apresentação do balanço, Palocci disse estar preocupado "com as avaliações da equipe econômica feitas num clima quase festivo quando anunciavam o controle cambial, as baixas taxas de inflação e a recuperação das reservas do país, resultado mais da calmaria do mercado internacional do que um quadro de estabilidade nacional".

De acordo com o deputado paulista, do total de cortes de R\$ 8,6 bilhões do Orçamento de 99, R\$ 2,04 bilhões atingiram diretamente a área social (veja tabela abaixo).

Dos 31 programas de financiamento da União voltados para a população de baixa renda, 25 foram atingidos pelos cortes e ficaram com menos recursos que em 1998, já considerando os cortes de 98. São justamente os programas voltados aos combates à pobreza que socorrem crianças, deficientes e idosos.

Programas de combate à pobreza do Governo Federal

(Cortes em 1999 - Milhões de reais)

Programas	Orçamento 98	Orçamento 99	99/98
Apoio à criança carente	218,6	175,4	-19,8%
Apoio ao deficiente	60,6	47,1	-22,8%
Apoio ao idoso	26,3	20,5	-22,0%
Assistência integral			
Criança e adolescente	85,8	22,9	-73,3%
Erradicação trabalho infantil	39,6	30,0	-24,2%
Dinheiro na escola	252,2	83,8	-66,8%
Programa de Ação Social			
Em Saneamento	207,1	56,0	-73%
Reforma Agrária	1.173	673,5	-42,6%

CBF ainda fora da CPI

A CPI que vai investigar os termos do contrato entre Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa multinacional Nike, que financia a Seleção Brasileira foi mais uma vez adiada e o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) responsabiliza o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP) de entrar no jogo dos deputados que querem manter em sigilo "este contrato escandaloso".

A estratégia usada para adiar a instalação da CPI, segundo o deputado, é "desarquivar comissões parlamentares antigas, cujos autores já nem são mais deputados ou permitir o funcionamento de CPI's sem objeto definido de investigação, como está acontecendo com a da Funai. Isto desmoraliza o instituto e a própria Câmara", afirma Rebelo, que já entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para garantir o funcionamento da CPI da CBF.

Ações pela Internet

O aumento da contribuição ao INSS, de 11% para até 25% dos salários dos aposentados e servidores em atividade, levou o líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira, a fazer um protesto diferente: ele disponibilizou na página do partido, na Internet, uma minuta de mandato de segurança, pela qual qualquer funcionário ou aposentado pode ingressar em juízo requerendo a suspensão da medida.

Em menos de 100 dias, já eram 950 as liminares concedidas a este tipo de ação, muitas delas tendo como origem o modelo do deputado internauta. Ações foram iniciadas sobretudo a partir do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte. Só no Rio Grande do Norte, onde o PDT divulgou o endereço da *home page* pelo programa gratuito de rádio e televisão, as liminares foram tantas que a Justiça decidiu impedir a cobrança do aumento da contribuição em todo o estado.

Segundo o deputado potiguar Leonardo Arruda, "os servidores, sobretudo os aposentados, que ganham salários incrivelmente baixos, tiveram uma oportunidade de entrar na Justiça sem praticamente qualquer ônus financeiro. É que foram colocados vários advogados à disposição dos requerentes, não só para firmar os mandados - que exigem a assinatura de advogado filiado à OAB - como para fazer o acompanhamento da ação na Justiça".

A minuta de Miro, que na realidade são duas, uma para aposentados e outra para os funcionários da ativa, já vem pronta pela rede, só necessitando do preenchimento dos dados de cada interessado e a assinatura do advogado.

O endereço completo na Internet é: <http://www.pdt.org/minutamiro.htm>

Frente Bolivariana

A Câmara pode abrigar uma frente parlamentar bolivariana para aquecer as relações dos países integrantes do Mercosul.

A proposta, do deputado Carlos Cury (PPB-RO), tem como objetivo dinamizar a formulação, definição e condução da política externa a partir do Bloco Bolivariano.

Na defesa de sua proposta, Cury disse que esta tarefa "é a favor do Mercosul e do Pacto Andino, sem ser contra os Estados Unidos porque nossos países precisam encontrar parceiros sólidos no continente e o Bloco Bolivariano é uma projeção sintética do Mercosul, ampliado com a americanidade na direção do Pacto Andino".

O representante de Rondônia acredita que o sucesso do Mercosul é "inequívoco" em função "do potencial de negócios, da geração de empregos, da revolução da renda, da multiplicação das trocas, dos empreendimentos

conjuntos, enfim, da energia econômica a ser multiplicada com a presença da comunidade andina".

Para sustentar esta afirmativa, Cury apresentou balanço da expressão econômica dos países do Bloco Bolivariano, com dados sobre inflação, dívida externa e as reservas.

Enquanto Carlos Cury propõe a criação do bloco parlamentar bolivariano, no Senado a Comissão Parlamentar do Mercosul, com o apoio do Instituto Friedrich Naumann, elabora estratégias para o fortalecimento do mercado comum.

O Mercosul, segundo o senador Jorge Bornhausen, "superou todas as expectativas mas, agora, está sofrendo um refluxo, em razão de mudanças da nossa taxa cambial e da crise na Argentina".



Dep. Carlos Cury

País	Inflação	Dívida externa	Reservas
Bolívia	6,5%	4,23	1,09
Colômbia	16,0%	31,14	10,18
Equador	25,0%	12,58	1,9
Peru	9,0%	19,24	10,3
Venezuela	25,0%	29,65	16,18
TOTAL	-	96,83	39,69

Secretário da Receita dá fórmula contra sonegação

Os senadores da CPI que investiga o sistema financeiro decidiram seguir a fórmula apresentada pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em seu depoimento à comissão.

Maciel levou aos senadores um "decálogo" contra a sonegação: 1- tratamento tributário isonômico entre empresários residentes e não-residentes (estes têm taxa menor); 2 - igualdade de tributação nos fundos de renda fixa (hoje 20% de Imposto de Renda) e renda variável (10%); 3 - aprovação pela Câmara do projeto que muda o sigilo fiscal, já votado pelo Sena-

do. Por ele, a receita poderá pedir a quebra de sigilo bancário já com a abertura de processo administrativo; 4 - mudanças na Constituição para que as liminares concedidas pela Justiça, nos casos de suspensão de pagamentos de tributos, tenham duração limitada; 5 - tributação na fonte, do mercado futuro; 6 - tributação na remessa de juros para o exterior (limitar a dedutibilidade dos juros); 7- maior celeridade no julgamento de processos tributários pela Justiça; 8 - modificações no processo de execução fiscal, para acelerar as cobranças e reduzir medidas prote-

latórias; 9 - mudanças na cobrança da contribuição sobre lucro líquido, fechando brechas existentes; 10 - instituição de imposto mínimo a ser pago pelas empresas.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) se disse satisfeito com o depoimento e com os trabalhos da CPI.

Durante o segundo depoimento de Everardo Maciel, a portas fechadas, os senadores acertaram com o secretário da Receita Federal uma devassa nas contas dos ex-diretores do Banco Central e dos proprietários dos bancos FonteCindan e Marka.

Para a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), a CPI deu "visibilidade a um setor intocável da sociedade, uma visibilidade que vai reduzir a corrupção e a impunidade".

Idosos sofrem mais que crianças

Médico experiente acostumado a vivenciar os dramas da saúde, o deputado Fernando Coruja (PDT-SC) se diz impressionado pelo descaso com que é tratada a velhice no país, um segmento populacional que poderá estar enfrentando dificuldades ainda maiores, devido às normas de desproteção adaptadas pelo governo sob a justificativa de equilibrar as contas da Previdência.

"Estou apresentando proposição de lei, na forma de projeto de um Estatuto assemelhado ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que terá por finalidade a proteção integral à velhice.

O que tenho visto no dia-a-dia, como cidadão e como médico, é que os idosos são submetidos a maus-tratos muito piores do que as crianças.

Hoje, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se uma criança chegar ao pronto-socorro com sinais de violência (e isso está, felizmente, acontecendo em menor frequência), toda uma gama de instituições e meios de comunicação movimenta-se em função do ocorrido.

Idosos, entretanto, cheios de escaras, desnutridos, sem tomar os remédios necessários - seja porque os "responsáveis" gastam o dinheiro de suas aposentadorias ou pensões, seja por absoluta falta de interesse, seja porque o Estado não cumpre a sua função constitucional - são comuns em ambulatórios e instituições de saúde.

Asilos e albergues para idosos são denunciados com frequência em noticiários nacionais pelo descaso com que tratam seus pacientes. Idosos, muitas vezes doentes, mesmo aqueles que possuem recursos, são abandonados em hospitais e abrigos, por familiares. É preciso uma adequação da lei, que penalize criminalmente ou civilmente os causadores.

Precisamos de normas que incentivem investimentos públicos e privados na pesquisa e tratamento de doenças que afetam, preferencialmente, a velhice (osteoporose, acidentes vasculares cerebrais, mal de Parkinson, Alzheimer e outras demências).

Assim é que propus no Congresso Nacional projeto de lei que denominei Estatuto para o Idoso, que tem por finalidade criar um dispositivo legal de proteção integral ao que hoje se chama a terceira idade. O referido projeto nos seus 97 artigos pretende entre outras coisas:



Fernando Coruja: maior apoio a velhos

a) consolidar todas as leis que digam respeito ao idoso, de forma a facilitar a consulta e permitir maior acesso a todo cidadão;

b) criar conselhos tutelares de direito assemelhados aos do ECA;

c) criminalizar ações e omissões relativas a idosos como maus-tratos, apropriação indevida de benefícios, falta de assistência a saúde, etc.

d) disciplinar funcionamento de instituições que atuem na área.

e) disciplinar a atuação do Ministério Público e Poder Judiciário nas questões relativas a idosos.

f) fornecer argumentos iniciais para amplo debate visando aperfeiçoar o projeto transformando-o em lei.

g) fornecer à sociedade, quando transformado em lei, instrumento para melhorar a situação da velhice no país.

No Ano Internacional do Idoso, uma lei específica de proteção pode não ser a solução total, mas, além de trazer a questão ao debate, vai melhorar a realidade", completou o deputado.

Convenção da OIT aprovada

Após mais de dois anos, a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta as relações dos povos indígenas e tribos em países independentes.

Com relatório favorável do senador Tião Viana (PT-AC), os termos da Convenção mereceram protestos dos senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Argumentaram contra o "perigo" de os povos indígenas criarem estados independentes dentro do Brasil.

Mestrinho afirmou que "esta convenção não muda nada para os índios. Vem só para enganá-los. Ela só serve aos interesses internacionais", disse ele, abstendo-se de votar.

Defensores dos direitos humanos reclamam ação

"O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso falhou na implementação de seu programa de direitos humanos, elaborado em 1996", denuncia a organização norte-americana Human Rights Watch, que atua em mais de 70 países.

A análise do programa do governo foi enviada no dia 13 de maio ao próprio presidente, numa longa correspondência de 13 páginas, lembrando assim o terceiro aniversário do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH.

"Quando Fernando Henrique lançou o PNDH há três anos, celebramos seu esforço e o do país," disse José Miguel Vivanco, diretor-executivo da Divisão das Américas da Human Rights Watch. "Mas, hoje, estamos desapontados. Foi dado aos direitos humanos posição de segundo plano no Governo Fernando Henrique."

Proposto como plano de ação, até agora a vasta maioria das suas 227 medidas permanece como letra morta, denuncia o HRW.

"Tortura e homicídios cometidos por policiais,

massacres em prisões, trabalho forçado, conflitos sangrentos pela terra, violência contra populações indígenas, violência doméstica e impunidade dos crimes cometidos durante a ditadura militar continuam prevalecendo no Brasil."

O relatório de 13 páginas anexo à carta da Human Rights Watch ao presidente Fernando Henrique aborda violações e faz 27 recomendações para a melhora da situação dos direitos humanos no país.

Destaca como necessárias a limitação da com-

petência da Justiça Militar, a tipificação de certas violações como crimes federais e a redução da superlotação carcerária.

Ainda em Brasília, a IV Conferência Nacional de Direitos Humanos reuniu 444 entidades públicas e organizações não-governamentais. Presidida pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG), os integrantes da conferência decidiram apresentar à ONU um relatório não-governamental para que o Brasil adote o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Outra leitura da História

O jornal *La República*, de Montevideo, publicou, com ilustrações dos atos, ampla nota sobre as condecorações da Medalha de Tamandaré (Marinha) e da Ordem do Mérito Militar (Exército) outorgadas ao deputado Neiva Moreira (PDT-MA), fundador de **cadernos do terceiro mundo**.

Com o título "Outra Leitura da História", diz o jornal: "O deputado federal Neiva Moreira que, nos anos das ditaduras na América Latina, viveu parte do seu longo exílio no Uruguai, é vice-presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual é presidente outra personalidade também com múltiplos vínculos no mundo e especialmente apreciada em nosso país, o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Nas últimas eleições Neiva foi reeleito por significativa vota-

ção no Maranhão, estado do Norte do Brasil. Já em 1997 havia sido eleito líder da bancada do PDT na Câmara dos Deputados e, posteriormente, líder do Bloco de Oposição. Em 1998, eleito por unanimidade, presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara.

Ali se discutiram dezenas de tratados e convênios entre o Brasil e outros países e a criação da Agência Brasileira de Informação e do Ministério da Defesa. Neiva, figura relevante do seu partido e na unidade da esquerda, jornalista, escritor de importantes livros, é fundador de **cadernos do terceiro mundo**, revista que dirige sua esposa, também jornalista excepcional, Beatriz Bissio, a quem conheceu no Uruguai.

Neiva, que teve de deixar o Uruguai pelas arbitrariedades também

contra os exilados pelas Forças Con-juntas, apesar de haver enfrentado sem nenhuma concessão as forças golpistas de sua pátria, acaba de receber uma distinção que demonstra, na prática, uma releitura da história por parte dos militares brasileiros."

Depois de informação sobre as condecorações, comenta *La República*:

"A partir do reconhecimento de uma atuação honrada e da preocupação de Neiva Moreira com os temas importantes do Brasil, como, por exemplo, o da Amazônia, este gesto das Forças Armadas significa, sem dúvida, atitude ampla, que contribui, por sua vez, para o prestígio da instituição. É uma releitura da História que implica em fatos como este, atitude inteligente e integradora dos militares brasileiros."

Oposição nas ruas



Em vários momentos da vida nacional, foi o povo nas ruas que decidiu a mudança, como no movimento das Diretas-Já, no fim do regime militar (acima, Praça da Sé-SP, 1984)

Os presidentes dos partidos da oposição - João Amazonas (PCdoB), Leonel Brizola (PDT), José Dirceu (PT), Miguel Arraes (PSB) e Zuleide Faria de Melo (PCB), além de Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT - estiveram reunidos no Distrito Federal, no começo do mês.

Uma das decisões adotadas foi a de

mobilizar o povo nas ruas, contra o modelo neoliberal do governo da República. Deverá ser realizada, em Brasília, provavelmente em agosto, uma marcha de protesto que pode envolver 100 mil pessoas. Também já está em curso uma campanha para reunir um milhão de assinaturas de apoio à CPI sobre a privatização das telecomunicações.

Advogados atentos

Defesa da democracia e dos direitos humanos é a preocupação que o advogado Paulo Lins e Silva deseja que sejam priorizados pela Federação Interamericana de Advogados (FIA).

Ao encerrar seu mandato de presidente da entidade, no início de junho, Paulo Lins e Silva disse que considera "um desafio ser advogado na América neste

fim de século." Recorda a propósito a questão com que a FIA teve que se preocupar em maio do ano passado, no Peru, quando a advogada Délia Revoredo, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Peru, precisou exilar-se, fugindo das ameaças de morte. A FIA constatou que ocorria uma situação de perseguição generalizada aos profissionais

do Direito por parte do governo de Alberto Fujimori.

A entidade peruana estudou o caso e concluiu que no país o Poder Executivo mandava em todos os setores dos poderes Legislativo e Judiciário.

A entidade representa 1,8 milhão de advogados, entre os quais há 10 presos políticos nos respectivos países.

Norte-Sul em debate

A Ferrovia Norte-Sul volta ao debate. A Universidade do Tocantins patrocinou o lançamento de um livro sobre o tema, considerado importante para a região. O livro *Ferrovia Norte-Sul: na trilha da questão regional* é do professor e geógrafo Lúcio Flavo Marini Adorno e trata das questões relacionadas com os efeitos sociais, econômicos e estratégicos que envolvem a construção da ferrovia.

De grande significado para os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, a ferrovia, será capaz de refletir sobre as economias de outros estados, como Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, propiciando o escoamento vantajoso das safras.

A Norte-Sul é apontada ainda como a chance de o Brasil se tornar um competidor à altura dos Estados Unidos na exportação de grãos, particularmente a soja. A ferrovia daria ao Brasil a possibilidade de lançar, a baixo custo de transporte, a produção do Cerrado à beira do Atlântico Norte, no porto maranhense de Itaqui. Com isso, desapareceria a diferença que o transporte rodoviário impõe ao produto brasileiro, escoado por Santos e Paranaguá, o que faz acrescentar um pesado frete marítimo à exportação.

Produtores querem brigar pela soja

Daqui a pouco tempo, os sojicultores brasileiros irão poder contar com a sua própria associação. Isso quer dizer que os produtores poderão representar e defender os interesses da sua categoria.

A iniciativa surgiu durante o Congresso Brasileiro de Soja, que aconteceu em Londrina (PR). Nesse momento, foi lançada a Carta de Londrina, restabelecendo a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrassoja).



Segundo o chefe da Embrapa Soja, José Francisco Ferraz de Toledo, a reativação da Associação Brasileira dos Produtores de Soja era um dos grandes objetivos do evento, uma vez que não há uma entidade que represente os interesses dos produtores de soja, um dos principais produtos agrícolas nacionais.

O presidente do Con-

gresso Brasileiro de Soja, José de Barros França Neto, tem a mesma opinião. Ele lembra a força que tem a associação dos produtores de soja dos EUA, especialmente no que diz respeito ao objetivo de financiar o desenvolvimento de pesquisa e de campanhas de *marketing* para a soja, além de difundir o uso do grão.

“Aqui no Brasil, os produtores poderiam ter força semelhante, principalmente no que diz respeito à captação de recursos para o setor”, enfatiza França Neto, que estava eufórico com o número de participantes no evento: mais de 1.400 pessoas, entre produtores, pesquisadores, profissionais liberais e representantes dos agronegócios.

O congresso, caracterizado como um megaevento no setor agropecuário, pela amplitude dos temas tratados, foi o primeiro do gênero na América Latina.

Durante o evento, foram abordadas desde questões técnicas relacionadas à lavoura da soja, a temas como a industrialização, novas formas de consumo e utilização do grão, logística, comercialização e pesquisa.

Governo, Congresso e Rio contra o crime

A segurança pública transformou-se num dramático problema nacional, atingindo as grandes e pequenas cidades.

O Governo Federal, o do Estado do Rio e a Prefeitura carioca tomaram medidas concretas e importantes para desarmar a população. A constatação de que mais de 90% das pessoas que portavam armas e reagiram a assaltos ou agressões foram mortas ou feridas contribuiu para demonstrar a inocuidade das mesmas como elemento de defesa.

O projeto enviado ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que proíbe a fabricação de armas em todo o país, estipulando um prazo de 360 dias para que as mesmas em poder de civis sejam entregues ao Poder Público e estipulando incentivos aos

que o façam. No Congresso, se espera tramitação rápida desse projeto.

No estado do Rio, a Assembléia Legislativa do Estado aprovou por 41 votos a 10 o projeto do deputado Carlos Minc (PT), que proíbe a venda de armas, munições e peças avulsas. O governo do Estado do Rio anunciou um amplo projeto de apoio à segurança pública, com uma verba recorde no Estado, sessenta milhões de dólares.

Uma unidade de elite especializada na luta contra o crime, já denominada “Bope de rua” nos moldes da SWAT norte-americana, se-rá criada na Polícia Militar. Outras medidas tomadas são o aparelhamento técnico das delegacias e a instalação de uma Casa de Custódia para 2000 vagas terminando assim com o uso das instalações de polícia com esse fim.

Álcool pede estímulo

Os leilões do Governo Federal para adquirir álcool a R\$0,23 prejudicam os produtores, segundo o presidente da Associação Pró-Frota Verde, empresário Maurílio Biagi. Segundo ele, o preço de produção está em torno de R\$0,30. “Os preços devem ser compatíveis, pois, do contrário, tudo fica como antes das medidas anunci-

adas pelo governo.” O setor apresenta estoques muito elevados e está com preços abaixo da média histórica. O empresário considera essencial que se aumente de 24% para 26% o percentual de mistura do produto à gasolina, além da extinção do uso do aditivo MTBE, altamente poluente e agressivo à saúde humana, ainda em uso no Rio Grande do Sul.

Tribunal da Dívida condena a exploração

Com a representação de centenas de entidades da sociedade civil, debateu-se no Rio de Janeiro a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, em particular a do Brasil, na liderança dos endividados.

Promovido pela Cáritas, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Central de Movimentos Populares e MST e o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), com apoio do Corecon/RJ, Senge/RJ, Sindecom/RJ, Ierj e Pacs, o Tribunal julgou o caso brasileiro da dívida externa e reforçou a Campanha do Jubileu 2000 em favor do cancelamento dos débitos.

O documento final do julgamento conclui que "a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável".

Diz ainda que "a dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos aumentou de US\$148 bilhões em fim de 1994 para US\$235 bilhões em novembro de 1998".

O documento continua, afirmando "que no período foram pagos cerca de US\$126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento."

"A dívida externa brasileira, por ter sido constitui-

da fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, favoreceu quase exclusivamente as elites, em detrimento da maior parte da população."

O Tribunal da Dívida Externa considerou, igualmente, que o processo de endividamento veio "ferir a soberania nacional e é injusto e insustentável ética, jurídica e politicamente."

Os participantes dos debates no teatro João Caetano enfatizaram que "em termos substantivos a dívida já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravidão da sociedade ao poder financeiro da usura, da globalização do capital e de transferência de riquezas para os credores".

Assim, o Tribunal da

Dívida "por isso condena o processo do endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo."

Também responsabiliza "as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil".

Os participantes responsabilizaram "os governos e políticos que apóiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada".

Responsabilizaram ainda "economistas, juristas, artistas e intelectuais que dão embasamento ideológico" ao projeto neoliberal. Por fim, o Tribunal denunciou "a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas".

Graciliano Ramos homenageado

O vice-governador de Alagoas, Geraldo Sampaio, no exercício do governo, instituiu, em caráter permanente, através do decreto nº 38.034, de 6 de maio de 1999, a "Semana Graciliano Ramos", que será anualmente celebrada pelo governo do estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, em Palmeira dos Índios, no período de 27 a 31 de outubro, em homenagem ao grande escritor alagoano.

Para efetivação da homenagem, será constituída uma comissão execu-

tiva de cinco membros presidida pelo secretário de Cultura, com a participação de representantes das seguintes entidades culturais de Alagoas: Academia Alagoana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas,



Universidade Federal de Alagoas e Fundação Pierre Chalita. Esta comissão ficará com a responsabilidade de elaborar o programa das comemorações anuais, que deverá observar a importância da contribuição da obra de Graciliano Ramos à cultura literária brasileira e preservar a sua memória.

Um dos objetivos da homenagem é a de propiciar a criação de um centro de estudos sobre a obra do autor.



Bomba via Internet

**46 gravações
provocam um
trauma ético
e político
no país**

O 25 de maio de 1999, terça-feira, um dia de modorra na capital federal, foi sacudido, já de madrugada. Às 4h da madrugada, os repórteres das emissoras de rádio eram despertados pelas redações para repercutir o que poderá ter sido o maior furo de reportagem via Internet no Brasil.

No site do jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente Fernando Henrique Cardoso dizia, em alto e bom som, literalmente, graças aos milagres da infor-

mática, que concordava em favorecer o banco Opportunity, um dos financiadores da campanha da reeleição e de propriedade do antigo presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, e outros ex-dirigentes da nossa suprema instituição monetária.

Aquela era apenas uma das 46 gravações clandestinas, que o jornal paulista reproduzia em seu site e em 14 páginas impressas. Nas outras fitas, ministros e auxiliares faziam jogadas para beneficiar aliados e torpedear adversários, se xingavam, abusavam de pa-



Na foto ao lado, a partir do fundo, José Dirceu (PT), Pedro Eugênio (PSB), Miro Teixeira (PDT), José Genoíno (PT), Aldo Rabello (PCdoB) e Waldemar da Costa Neto (PL), durante a reunião das bancadas que apoiaram o requerimento de 'crime de responsabilidade' contra o presidente Fernando Henrique. Participou do ato, o deputado João Hermann, líder do PPS. Na foto acima, outros parlamentares presentes à reunião na Câmara dos Deputados

lavrões e não se esforçavam em demonstrar qualquer preocupação com o bem público e a lisura do meganegócio que estavam conduzindo. Nada menos do que a venda do Sistema Telebrás, a chamada privatização do século, vendida em julho do ano passado, três meses antes da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Rastilho

O petardo escapuliria pouco depois da tela dos computadores para percorrer as emissoras de rádio de todo o país, em

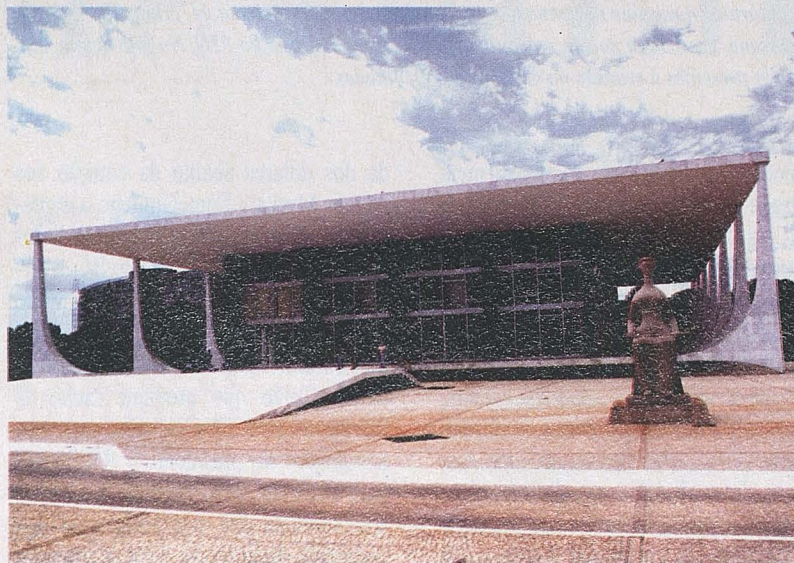
boletins veiculados de meia em meia hora, e das emissoras de TV, inclusive nas grandes redes. Foi o escândalo mais estrondoso da série interminável de abalos ocorridos no novo mandato de Fernando Henrique Cardoso, que se iniciou em 1º de janeiro.

Já no dia 13 daquele mês, o Plano Real sofria um baque com a desvalorização da moeda, desatando uma torrente de escândalos envolvendo altos funcionários do Governo, banqueiros e ministros, causando um prejuízo de mais de US\$40 bilhões à nossa já fragilizada economia. Depois, vieram a ven-

da dos dólares abaixo da cotação aos bancos Marka e FonteCindam, a contafantasma no exterior, a prisão de Francisco Lopes, ex-presidente do BC, a farrá de 10 ministros utilizando jatinhos da FAB para passar férias e, por último, dois contratos absurdos no *Diário Oficial* da União que previam cachê de R\$800 mil para Elba Ramalho cantar no aniversário do presidente e R\$500 mil para Pelé dar uma palestra. Embora a autenticidade dos atos tenha sido formalmente desmentida, ficou a perplexidade da maneira como se poderá usar o *Diário Oficial* da República.

A reação da oposição não se fez esperar: o senador Amir Lando (PMDB-RO), relator da CPI de Collor, diz que "os processos de privatização não resistem a uma investigação séria, pois estão todos viciados". No entender do senador Roberto Requião (PMDB-PR), "não há dúvida de que o presidente da República estava interferindo no leilão, através do agora vice-presidente do PSDB, Luiz Carlos Mendonça de Barros".

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, alegou que o escândalo era "café requeentado", já que se arrastava desde a demissão do ex-ministro das Comunicações. Itamar Franco, governador de Minas e chefe da oposição dentro do PMDB, respondeu com ironia: "Pode ser café requeentado, ministro, mas não deixa de ser café". O novo



As fitas revelaram uma conexão de que não se suspeitava: a troca de idéias entre o Palácio do Planalto e o BNDES por ativas linhas de telefones celulares

Escândalos surgem velozes

O deputado Celso Jacob (PDT-RJ) faz uma confissão muito peculiar. Ele se diz muito "perturbado" com a velocidade dos escândalos, que não permitem uma pausa para a reflexão.

"O problema aqui na Câmara - lamenta - é que não temos mais tempo nem para curtir os escândalos. Quando a gente começa a debulhar um, aparece outro e embaralha nosso entendimento.

Ao escândalo Marka-FonteCindam sucedeu, sem pausa, o das publicações do *Diário Oficial* e, antes mesmo de entender aquela complicação, já somos surpreendidos pela outra, a das gravações pelo grampo. Assim não dá. E nem sequer sabemos quando será o próximo."

líder do governo no Congresso Nacional, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), ainda acusou a oposição de ser a "caçadora inveterada de CPIs".

Por sua vez, o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou que a fita demonstra que FHC não governa, "é marionete de uma equipe que faz as coisas dentro e fora do governo".

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, que há cerca de seis meses lançou uma campanha pela renúncia do presidente da república e de seu vice, sentiu-se estimulado em sua iniciativa: "Eu estava com a razão e continuo estando com ela. Fernando Henrique não tem mais condições de tirar o país dessa crise. Ele fracassou, levou a nação ao desastre e agora está aí mostrando que a sua ação, a sua interferência está muito longe das práticas de um presidente, de um bom governante. Ele jamais poderia estar se envolvendo,

entrando nessa promiscuidade de homens de negócio.

Esses auxiliares se desbordaram, eles não podiam jamais estar metidos nessa maçaroca de conversações telefônicas com os interessados. Praticamente armando, articulando o negócio. Isso, não há dúvida de que é mais do que motivo para um inquérito, uma investigação rigorosíssima. E que sem nenhuma dúvida vai alcançar o presidente.

Aqui no Rio de Janeiro, Rio Grande, São Paulo, Minas, onde estão 70% do eleitorado, as manifestações de rejeição ao Sr. Fernando Henrique são muito fortes, muito afirmativas.

E ele quer continuar com a mesma política - agora quer vender o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Petrobras. Então os fatos estão aí mostrando que eu abracei uma boa inspiração. Ele devia praticar esse ato de grandeza e renunciar porque não tem saída."

O deputado José Genoíno, líder do PT, denunciou manobras do governo para impedir a CPI, numa espécie de "operação abafa". Já para o deputado Miro Teixeira, líder do PDT na Câmara dos Deputados, "é inconcebível que as lideranças políticas e o próprio presidente da República trabalhem no sentido de impedir estas investigações".

A última cartada

As oposições no Congresso Nacional, espremidas pelo rolo compressor do Governo Federal, reagiram com o pedido de *impeachment* e uma série de ações na Justiça comum, inclusive na Procuradoria Regional do DF, pedindo a anulação da privatização da Telebrás.

Os governistas agiram rápido, mobilizando sua portentosa maioria de quase 400 deputados e 70 senadores, tal como fazia a antiga Arena na fase mais dura do regime militar.

Menos de 24 horas depois, já se

descartava a CPI que a oposição pretendia constituir para investigar as privatizações, e para a qual precisariam obter 171 assinaturas de deputados e 27 de senadores. As oposições reagiram com o pedido de *impeachment* mais como tática de mobilização para a sociedade civil, da mesma forma como iniciaram o processo de afastamento do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

O presidente da Câmara, Michel Temer, não recebeu a denúncia, alegando que "não estavam atendidos os requisitos indispensáveis para sua apresentação."

Dois requerimentos de crime de

O presidente já não se confunde com a antiga imagem de estadista e professor imaculado

responsabilidade de Fernando Henrique Cardoso já haviam sido indeferidos pelo presidente da Câmara, Michel Temer: um do deputado Milton Temer (PT-RJ) e outro do deputado e ex-governador Alceu Collares (PDT-RS). Na resposta a Alceu, Temer sustentou que "não há, na denúncia, descrição de qualquer atitude tomada pessoalmente pelo denunciado; não há atitude alguma passível de ser subsumida às normas invocadas".

Miro Teixeira é o autor da idéia de uma lei que, como nos Estados Unidos, assegure imunidades a pessoas que contribuam para o esclarecimento de crimes. Os "arapongas" do grampo do

BNDES - cuja divulgação pela *Folha de S. Paulo* teve enorme repercussão no Congresso e na opinião pública - seriam beneficiados.

Eles admitiriam "contar tudo", inclusive a participação de elementos da Agência Brasileira de Informação, desde que se lhes assegure sua imunidade.

Quadro volátil

Agora, com a gravação da conversa do presidente da República com o então presidente do BNDES, André Lara Rezende, que não foi desmentida nem posta em dúvida pelo Governo Federal, a oposição acha que já terá o chamado "fato determinado", como alega o deputado e advogado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), para quem a gravação constitui "uma irrefutável prova de crime de responsabilidade".

Acresce que o ambiente de volatilidade econômica, com a ameaça de novos pacotes advindos com o possível colapso do peso argentino e a desarticulação da base governista, podem oferecer mais munção aos oposicionistas, integradas desta vez não só pelos partidos tradicionais - PT, PDT, PSB e PCdoB, mas com o reforço do PL, dos evangélicos, do PPS e dos dissidentes do PMDB. Os escândalos não devem a parar aí. O presidente já não se confunde com a antiga imagem de estadista e professor imaculado, como ocorria na euforia do Plano Real, quando transbordava sua popularidade que nunca ficava abaixo dos 60%. É quadro no mínimo instável e pouco animador para um presidente com apenas cinco meses do segundo mandato de quatro anos. ■

A cobertura dos temas políticos e administrativos nesta edição foi realizada pelos jornalistas Memélia Moreira e Leite Filho (DF), Procópio Mineiro (RJ), Vladimir Platonow (RS) e Aldionor Salgado (MA). Fotos: José Barros do Amarante (DF), AFP (internacional) e CEDOC.

Pesquisas implacáveis

A queda da popularidade de Fernando Henrique é fulminante

A grande arma do governo no primeiro mandato presidencial, as pesquisas, são agora o seu fantasma.

As mais recentes - divulgadas por jornais e revistas antes da publicação de nova fornada de fitas sobre as conversas relacionadas com a privatização das telecomunicações - são implacáveis. Demonstam a "fritura" da popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso junto à opinião pública.

A mais contundente, sem dúvida é a realizada pela empresa Vox Populi para a revista Época, do Grupo O Globo, em que FHC aparece no Rio de Janeiro em posições muito negativas. A pergunta de "quem é o homem brasileiro, vivo hoje, que você mais admira", o presidente aparece com escassos 3%, batido a distância pelo governador Anthony Garotinho e o padre Marcelo Rossi (9%) e Romário (5%).

Outra resposta mais drástica para "quem é o brasileiro, vivo hoje, homem ou mulher, que mais envergonha o Brasil": Fernando Henrique Cardoso, 26%, Sergio Naya, 10%, e Fernando Collor, 8%, em todo o país. No caso de FHC, a cifra sobe para 46% para os fluminenses e 36% entre os mineiros.

Quatro Estados

No entanto, ainda há na pesquisa Vox Populi duas outras constatações que devem desagradar muito ao presi-

dente Fernando Henrique. Sessenta por cento dos cariocas acham que o seu nível de satisfação com o país nos últimos doze meses está diminuindo. Mas ele, que preconiza o fim da "Era Vargas", passou a saber que Getúlio é, atualmente, o homem brasileiro mais admirado pelos cariocas (20%), seguido de Tancredo Neves (16%) e Ayrton Sena (12%).

Decepção

Outra pesquisa da Vox Populi, inclui o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo na avaliação do governo de Fernando Henrique.

Foram ouvidas 2.300 pessoas e entre dezembro de 1998 e abril de 1999 a queda é fulminante. Rio de Janeiro: avaliação positiva em dezembro, 26 pontos e negativa, 32; Minas Gerais: 40 e 22; Rio Grande do Sul, também 40 e 22 e São Paulo, 36 e 20, todos os dados referentes àqueles dois meses pesquisados. A queda começou a acentuar-se em fevereiro. Em

Os paulistanos dizem não

A pesquisa da Datafolha, do começo de junho, na capital paulista, segue a mesma tendência do resto do país: 49% das 1.067 pessoas entrevistadas acham o governo FHC ruim/péssimo e apenas 11% ótimo/bom. Se a eleição fosse hoje, Lula teria 32% e FHC, 17%. Ciro Gomes teria 12%.

A imensa maioria - 82% das pessoas - é a favor da abertura da CPI para investigar a privatização da Telebrás e só 13% são contra.

Outros 58% condenam FHC ter permitido que seu nome fosse usado na formação de consórcios (veja matéria sobre o grampo telefônico) e 29% consideram que ele agiu bem.

A divulgação das fitas pela Folha de S. Paulo obteve 85 pontos a favor e só 9 contra.

abril, os dados são os seguintes, os primeiros de avaliação positiva e os segundos negativa em números percentuais: Rio de Janeiro, avaliação positiva 9 e negativa 58; Minas Gerais, 21 e 43; Rio Grande do Sul, 16 e 50 e São Paulo, 15 e 44.

Comentando os dados relativos ao Rio de Janeiro, o deputado Ronaldo Cesar Coelho (PSDB-RJ) fez uma interpretação objetiva dessas pesquisas. "O Rio é o maior termômetro político do Brasil."

Há informações de que os resultados no resto do país são assemelhados aos colhidos no Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Governadores e prefeitos

A rebelião

Eles buscam novo equilíbrio para a Federação e contestam as políticas centralizadoras



Os governadores José Maranhão (PB), José de Abreu Bianco (RO), Albano Franco (SE), Siqueira Campos (TO), durante a reunião realizada em João Pessoa, quando ficou patente o desconforto dos governistas com a política federal. No detalhe, os governadores Tasso Jereissati (CE) e Jarbas Vasconcelos (PE), que também participaram do encontro, e o deputado Mussa Demes (PI), relator da Reforma Tributária

Reuniões na Paraíba, no Rio e em Brasília revelam a decepção com o governo e insistem no respeito ao Pacto Federativo. Uma das frentes mais sólidas de apoio a FHC, a dos governadores e dos prefeitos, está desabando, com fortes repercussões na base oficialista no Parlamento.

Os governadores que deram vigorosa sustentação ao presidente Fernando Henrique Cardoso quando Itamar Franco deu o grito de protesto, já não escondem as suas frustrações. Descobriram que entre o que promete o presidente e o que atende a equipe econômica chefiada pelo ministro Pedro Malan há uma grande distância.

Há alguns, como a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e o do Paraná, Jaime Lerner, já não ocultam, sobretudo nas conversas pessoais, suas decepções. Lerner foi duro com a equipe econômica e Roseana deixou transparecer sua inconformação com a recente exclusão do seu estado, um dos mais carentes do país, do Programa de Habitação para a População de Baixa Renda.

É sabido que o governo do Maranhão foi muito beneficiado em 1988 com a liberação de verbas e empréstimos bancários, o que lhe permitiu certo equilíbrio das contas públicas e até justificar com esse apoio as medidas antipopulares de Fernando Henrique Cardoso. Aparecia, no país, como um dos governadores mais entusiastas de sua política.

A reunião dos governadores ligados a Fernando Henrique, em São Luís, foi amplamente usada pelo Palácio do Planalto como argumento contra a posição de Itamar Franco na defesa da Federação.

Decepção

Passados apenas poucos meses, esses mesmos governadores não escondem sua decepção com a conduta do governo federal. A mais recente reunião dos governadores da base de apoio a Fernando Henrique realizou-se na Paraíba, onde o tom das manifestações já era outro.



Zeca do PT (MS), Olívio Dutra (RS), Garotinho (RJ), João Alberto Capiberibe (AP) e Jorge Viana (AC) consideraram inalterada a situação de desequilíbrio federativo, que desassiste financeiramente os estados e municípios

A nota oficial já não tinha o tom ufanista do encontro de São Luís e explicitava o descontentamento dos governadores. Declara: "Diante das notórias conseqüências sobre a economia dos estados do Norte e Nordeste brasileiros, especialmente aquelas decorrentes da implantação do FEF e do Fundo de Valorização do Magistério e do ensino fundamental (Fundef), entendem os governadores dessas regiões que as medidas compensatórias adotadas pelo governo federal pouco têm contribuído, até a presente data, para devolver a esses estados o equilíbrio fiscal indispensável à retomada do seu processo de desenvolvimento econômico e de estabilidade social".

Os governadores exigem a imediata votação da Reforma Tributária, reivindicam a participação nos debates sobre o tema e exigem "o respeito ao Pacto Federativo e à autonomia dos estados".

O governador da Paraíba, José Maranhão, (PMDB) foi mais explícito abordando a injusta repartição não só de recursos mas de atenções do governo federal para com as diversas regiões do país. Defendendo a necessidade de uma discussão da problemática nacional declarou: "Resta-nos, portanto, o cami-

nho do debate. A questão do Pacto Federativo deve ser tratada como capítulo de honra nessa proposta. Não se pode pactuar em condições leoninas, nem muito menos constituir uma Federação cadastrando estados de primeira e de segunda classe, na conformidade do PIB que cada um tiver guardado no cofre."

Cinco governadores eleitos pela oposição (Anthony Garotinho - PDT-RJ, Olívio Dutra - PT-RS; João Capiberibe - PSB-AP; Zeca do PT - PT-MS e Jorge Viana - PT-AC) estiveram reunidos no Rio para examinar a crise da Federação. O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, convalescendo de uma cirurgia recente, esteve ausente.

"Avaliamos o impacto de cada medida e chegamos à conclusão de que não trarão benefício algum. Não houve avanço nenhum com relação ao FEF, que ia acabar mesmo em dezembro", ponderou Garotinho.

Entre as medidas sugeridas - e reclamadas - pelos governadores inclui-se a retenção nos estados de 50% dos valores que os mesmos pagam mensalmente à União por conta das dívidas estaduais. Mas esse Fundo terá um destino obrigatório: o Fundo de Auxílio ao Ensino

Profissionalizante. Será um apoio à luta contra o desemprego e abrirá perspectivas aos jovens.

Quanto ao Fundo de Estabilização Fiscal, os governadores querem que a parte dos estados, nos impostos que exportadores devem pagar e que foram eliminados, seja ressarcida aos tesouros estaduais.

Sobre o financiamento que o BNDES abre aos estados, como antecipação de receitas, mas relacionada com o montante financeiro das privatizações em andamento, a proposta foi unanimemente rechaçada. "É um achaque ao Pacto Federativo", disse o governador gaúcho, Olívio Dutra.

Acrescentou o governador gaúcho: "O Governo Federal desrespeita o resultado das urnas que, no Rio Grande do Sul, derrotou seu projeto privatista. Esta é uma postura autoritária que trata os governadores como meros intervenientes para executar a sua política."

Acha ele que houve um retrocesso em questões importantes para o estado. E fez um aceno: "Espero que os governadores que apóiam o Fernando Henrique demonstrem o seu repúdio ao tratamento que o governo tem dispensado à crise dos estados". ■

A revolta dos prefeitos



Praça dos Três Poderes, tradicional ponto de manifestações na capital da República, acostumada a ser invadida por sem-terras, sindicalistas e funcionários públicos, foi palco de um outro tipo de protesto, no dia 13 de maio. Em vez de reivindicações salariais ou críticas ao Plano Real, a multidão de mais de cinco mil pessoas queria sensibilizar o presidente Fernando Henrique e o Congresso para a situação insustentável dos municípios brasileiros, sufocados pela voracidade fiscal do Governo e muitos à beira da falência.

Os milhares de prefeitos lotaram o salão verde da Câmara de Deputados, deram um abraço simbólico no edifício do Congresso e ali em frente ao Palácio do Planalto cantaram, de mãos dadas, o hino nacional.

A II Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, como foi chamada, reuniu mais de quatro mil prefeitos de todo o país e serviu de alerta para o iminente colapso de centenas de pequenas cidades espalhadas Brasil afora, sem as mínimas condições de se sustentarem. É, sobretudo, o caso dos municípios do

Crise financeira ameaça prefeituras e 500 podem fechar as portas

Nordeste, castigados pela seca e vítimas da brutal concentração de recursos imposta pelo Planalto.

"A situação é tão grave que cerca de 500 prefeituras podem fechar as portas a qualquer momento, por total incapacidade de gerar recursos para pagamento de seus compromissos, principalmente com a folha de pessoal", alerta o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, ex-prefeito de Mariano Pimentel, Rio Grande do Sul (PMDB), que completa: "Se isto acontecer, será o caos para populações inteiras, que dependem das prefeituras para sobreviverem."

No centro da questão, está a disputa pelo poder federativo, ainda que poucos entendam o que isto quer dizer. É que a Constituição de 88, a fim de descentralizar o poder, delegou inúmeras atribuições aos estados e municípios. Assim, obrigações que antes eram do governo federal passaram a ser responsabilidade das prefeituras.

Só que a boa intenção acabou sendo um tiro pela culatra. Com o tempo, governadores e prefeitos descobriram que tinham ganhado um presente de grego, pois não havia dinheiro em caixa para o pagamento de tantas novas atribuições. "Foi criada uma situação perversa", diz Ziulkoski. De acordo com os seus cálculos, a parte tocante aos municípios no total de arrecadação de tributos vem diminuindo ano a ano, devendo cair dos 16% atuais para 12% ou 13%.

Agora, os prefeitos têm um novo desafio pela frente, que é a quase certa aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que regulamenta o artigo 163 da Constituição e ameaça pôr na cadeia o governante que não gerenciar eficazmente os seus recursos. A nova lei é tão severa que vai enquadrar em crime de



No Senado, os prefeitos entregaram memorial ao senador Antônio Carlos Magalhães

irresponsabilidade fiscal - punindo com a perda de cargos, inelegibilidade por oito anos e proibição para ingressar em qualquer carreira do setor público - os servidores que, por qualquer motivo, extrapolarem o orçamento.

"A Lei de Responsabilidade Fiscal não é uma má idéia. O problema é que uma cidade não pode ser governada como se dirige uma empresa e um prefeito não pode assumir o papel de gerente", critica Ziulkoski. "Na iniciativa privada, quando as contas vão mal, a solução pode ser o corte de funcioná-

rios. Já no caso de um município, como pedir a um prefeito que simplesmente se livre das suas obrigações sociais e não atenda à população?", questiona o presidente da CNM.

Na opinião dele, os prefeitos estão revoltados com a atual situação. "Além de não terem recursos para gerir seus municípios, ainda poderão ser presos, perder o mandato e se tornar inelegíveis, caso a Lei de Responsabilidade Fiscal seja aprovada", revela Ziulkoski, que já governou a cidade gaúcha de Mariano Pimentel, próxima a Porto

Alegre. Entre outros assuntos, os prefeitos também discutiram, de 11 a 13 de maio, em Brasília, os reflexos da Lei Camata, que limita em 60% da arrecadação o gasto com pessoal; a manutenção do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permite ao governo federal dispor de verbas destinadas aos municípios; e os efeitos da Lei Kandir, que isenta de ICMS as exportações. Entre as reivindicações, o repasse de 100% do IPVA para os municípios e a transferência do Imposto Territorial Rural (ITR) para a esfera municipal.

"Na verdade, a vida real acontece é nos municípios e não no âmbito federal, que é apenas uma abstração. As dificuldades sociais resultantes do modelo econômico do Governo se refletem nas populações que vivem nas cidades. E quem acaba arcando com o ônus de minorar o sofrimento são os prefeitos, que não podem deixar de atender as pessoas simplesmente porque existe uma lei impedindo", conclui Ziulkoski.

Previdência, outro fantasma

Não bastasse a ameaça da Lei de Responsabilidade Fiscal, outro fantasma está assombrando os Areadenciária está colocando em pânico as municipais.

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, reconhece que a lei traz benefícios no controle da questão da Previdência Social, mas diz que ela também tem pontos nega-

tivos que praticamente inviabilizam as prefeituras. "A exigência de que o município só tenha sistema próprio de Previdência se a arrecadação corrente líquida for superior aos repasses do estado e da União já elimina mais de 50% dos municípios", explica o presidente da CNM.

Atualmente, 1.380 cidades brasileiras

possuem Fundos de Previdência próprios e, com a nova legislação, poucos terão condições de atender às exigências. Segundo Ziulkoski, a portaria 4.992, de 8 de fevereiro, define que só poderão ter sistema próprio os municípios com mais de mil servidores. Com isso, os municípios vão duplicar a contribuição previ-

denciária, elevando a folha de pagamento e esbarrando na Lei Camata.

Por enquanto, a questão continua indefinida. Com a manifestação em Brasília, os prefeitos conseguiram que o presidente Fernando Henrique suspendesse, por 90 dias, a aplicação da portaria que regulamenta a lei.

As perdas dos municípios

O que a política de FHC retirou de São Luís daria para construir 5.500 casas populares

A política adotada pelo governo de Fernando Henrique em relação aos municípios atinge não apenas o interior, mas, também, as capitais. São Luís é um exemplo. A capital do Maranhão está com cerca de 800 mil habitantes, com muitos problemas urbanos.

A atual administração herdou da anterior uma situação financeira muito difícil, agravada pela queda da renda, resultante da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, desoneração de exportações, Fundex e adesão do Maranhão ao Simples, imposto que engloba vários outros em uma única guia de recolhimento a fim de facilitar a vida do microempresário.

Some-se a isso a repercussão nas rendas públicas da profunda crise econômica e financeira que atravessa o Maranhão e o país.

Cálculos preliminares revelam perdas de quase R\$ 26 milhões. "Isso representa um grande prejuízo e penaliza uma administração que aplica rigorosamente o dinheiro público em benefício da população", diz o prefeito Jackson Lago (PDT). O valor retirado do município de São Luís equivale ao dinheiro necessário para construir 5.500 casas populares em regime de mutirão; ou 130 quilômetros de galeria tubular com um metro de diâmetro, 225 quilômetros de ruas pavimentadas ou 180 escolas com seis salas de aula.

Os porta-vozes do governo federal acusam as prefeituras de não tomarem qualquer medida que possa equilibrar suas finanças. Em muitos casos deve ser verdadeiro, mas em outros não.

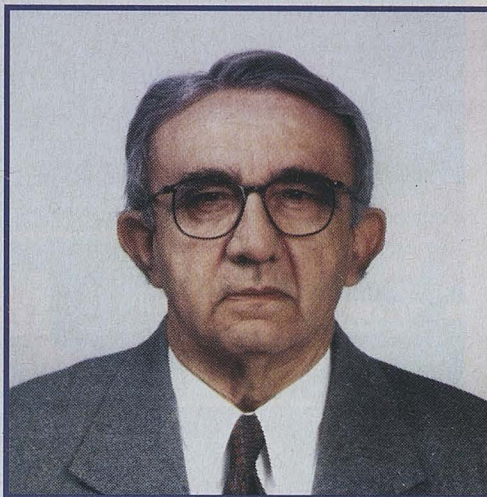
Economia

O prefeito Jackson Lago é um exemplo. Fez com muito afinco o chamado "dever de casa", cortou 30% do seu ordenado e dos cargos em comissão, eliminou 350 dos mesmos, com uma economia superior a um milhão por mês, sem fazer demissões.

Além disso, vem sendo realizada, com o apoio da Câmara de Vereadores e da própria Associação Comercial e com a assessoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), uma modernização dos serviços municipais.

Crítico do modelo econômico neoliberal e das privatizações desordenadas e sem qualquer interesse para o país ou o estado, Jackson, que é médico, defende a primazia dos serviços públicos de atribuição das prefeituras, sobretudo na saúde, cuja situação é calamitosa em todo o país (ver reportagem nesta edição).

"A grande vítima dessa tragédia foi a saúde, hoje praticamente toda privatizada. No mesmo rumo vai a educação", explica Jackson Lago, acrescentando que o serviço público funciona,



Jackson Lago está integrado à luta pelo equilíbrio financeiro

desde quando não lhe subtraíam os recursos, fiscalizem rigorosamente sua aplicação e seja exercido com responsabilidade, com os olhos voltados para o conjunto da população, mas com atenção particular pelas camadas mais despossuídas. Mas o que se verifica é o abandono dos serviços públicos, cujo funcionamento por parte do governo federal é cada vez mais precário."

O prefeito de São Luís apóia decididamente o movimento dos prefeitos. "Essa reação não apenas procura salvar os municípios mas fortalece a democracia. É urgente que o Executivo e o Congresso se voltem para os municípios, antes que a sua crise se transforme em um problema nacional insolúvel." ■

Operação ASSALTO



Marcio Moreira Alves

Em meados de 1996 economistas que participam do Governo mas não faziam parte da equipe econômica, os ministros José Serra, então no Planejamento, Paulo Renato, da Educação, e Luis Carlos Bresser Pereira, da Administração e Reforma do Estado, advertiram por escrito e separadamente o presidente Fernando Henrique sobre os perigos para o país de se manter uma política de valorização

cambial às custas de juros cada vez mais altos. Davam eco a críticas semelhantes que a oposição há tempos fazia, especialmente através de Maria da Conceição Tavares, deputada pelo PT, e, no outro lado do espectro político, de Antônio Delfim Neto, deputado do PPB.

Diziam todos ser uma loucura jogar no buraco da dívida interna recursos orçamentários crescentes, desviados dos investimentos no campo social e das obras de infra-estrutura, e o dinheiro das privatizações dos ativos do Estado, que eram liquidados a baixo preço e, ainda por cima, com empréstimos favorecidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Acrescentavam que os capitais especulativos, que engordavam as reservas para usufruir dos juros altos, tratariam de fugir ao primeiro sinal de crise.

O ministro das Comunicações, Sergio Motta, não endossava explicitamente a posição dos colegas, mas defendia a tese de que pelo menos metade dos recursos da privatização das empresas de telecomunicações, que preparava, deveria ser destinada a programas de educação, saúde e construção de casas populares.

O principal argumento de Delfim Neto, muito ligado aos interesses de exportadores, era de que o câmbio valorizado penalizava as exportações e

A prioridade à reeleição levou Clóvis Carvalho, Pedro Malan e Gustavo Franco a insistir na sobrevalorização do real, desperdiçando bilhões de dólares. Arminio Fraga deixou o Fundo Soros e assumiu o Banco Central



facilitava as importações, o que estava provocando crescentes *deficits* na balança comercial e eliminando uma enorme quantidade de empregos, especialmente nas indústrias de São Paulo, que são as mais antigas.

Eleitoreiro

Dizia, ainda, que um país que abre indiscriminadamente o seu mercado às importações termina dependente de um fluxo continuado de empréstimos externos.

Os fatos deram razão aos críticos da política econômica ao longo dos dois anos e meio seguintes. No entanto, o ministro Pedro Malan, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, persistiam em manter a ferro e fogo a relação entre o real e o dólar.

O ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que é quem de fato administra o Governo, e o presidente Fernando Henrique os respaldavam. Temiam ambos que uma mudança na política cambial resultasse numa aceleração da inflação, com uma conseqüente queda da popularidade presidencial e risco para a reeleição.

A implantação do Plano Real e a estabilidade monetária ao fim de três décadas, durante as quais o Brasil viveu com duas moedas, uma dos ricos, indexada, outra dos pobres, sem indexação, foram as únicas razões para a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva em 1994. O erro de persistir numa política

econômica insustentável já havia sido cometido por José Sarney, que se recusara a mudar o Plano Cruzado. A teimosia resultou a curto prazo numa estrondosa vitória nas eleições para o PMDB e seus aliados, numa explosão da inflação logo em seguida e num definitivo mergulho da popularidade presidencial dos píncaros dos 80% que chegara a atingir. Em 1990, Fernando Collor foi o principal beneficiário da catástrofe.

Em 1997, ataques especulativos destroçaram as economias dos países do Sudeste Asiático, antes apresentados ao mundo como tigres exemplares. O Japão não pôde socorrê-los por estar debilitado o seu sistema bancário, que sofria perdas gigantescas nos mercados imobiliários, e em recessão a sua economia.

Erros acumulados

Começou o ciclo oficial das comparações entre o Brasil e os outros. Diziam Malan e Franco: "O Brasil não é a Tailândia, não é a Indonésia, não é a Malásia, não é a Coreia, não é isso, não é aquilo." Inflados de orgulho, alguns comentaristas econômicos proclamavam, ecoando os discursos oficiais: "O Brasil não é a bola da vez." Não era mesmo.

A liquidação do patrimônio estatal construído durante meio século atraía para o país bilhões de dólares, rapidamente devolvidos a seus donos através dos juros pagos ao mercado financeiro.

A fragilidade que os juros impunham

a antigas empresas nacionais, com as suas redes de distribuição e de fornecedores, permitiam que fossem compradas por dez reis de mel coado. O Banco Central incentivava, pela primeira vez na História, a desnacionalização da poupança nacional, permitindo que bancos estrangeiros comprassem os nacionais. Os dólares investidos remuneraram os dólares especulativos.

Veio, em outubro de 1998, a moratória da Rússia, súbita, sem aviso prévio, causando grandes perdas aos bancos alemães e norte-americanos. A partir desse momento os especuladores internacionais começaram a montar o assalto ao Brasil, para se ressarcirem do dinheiro perdido.

Agora o Brasil é a bola da vez, proclamaram pelo mundo inteiro os porta-vozes do mercado, com Paul Krugman à sua frente. Pedro Malan e Gustavo Franco continuavam aferrados à sua política suicida. Clóvis Carvalho os apoiava. Fernando Henrique, hesitante como sempre, via as reservas diminuir.

Uma média de 400 milhões por dia. As agências de análise de risco, como a Moody's, por exemplo, colocavam os papéis do Tesouro negociados em Nova Iorque, os *bradies*, na categoria de alto risco. Há risco de o Brasil declarar uma moratória, como a Rússia, diziam. Quem pôde, tratou de tirar dinheiro do país ou fazer um seguro, os chamados *hedges*, nas Bolsas de Mercadorias e Futuros, em São Paulo e Chicago.

A besteira

Os sábios da equipe econômica trataram de iniciar com o FMI negociações para obter um megaempréstimo para manter a política cambial. O FMI regateou, adiando a decisão e dando tempo para que todos se safassem da desvalorização do real.

Finalmente, a 12 de janeiro, Gustavo Franco foi demitido e Francisco Lopes nomeado em seu lugar. No dia seguinte anunciou a tal banda com movimento lateral endógeno, que representava uma desvalorização de 9% quando o mercado esperava 25%, no mínimo. Foi uma besteira que durou dois dias e deu 7,3 bilhões de dólares de prejuízo para o Banco Central.

O assalto

Começou nesses dias a Operação Assalto. Boa parte dos lucros dos bancos que apostavam na desvalorização do real seria definida no dia 29 de janeiro, pois é no fim do mês que se fazem os acertos nas bolsas de futuro.

Os jornalistas que reproduzem as análises dos bancos começaram a publicar os mais negros prognósticos sobre o futuro do Brasil. A inflação do ano iria a 60 ou 70%. O déficit público chegaria a 15% do PIB. A recessão do ano diminuiria a riqueza nacional em 4 a 5%. A desvalorização do real frente ao dólar seria de mais de 100%. Resultado: os títulos brasileiros caíram a menos da metade do seu valor de face. Os esper-tos puderam comprar um dólar por 50 centavos.

Os 24 bancos que se haviam posicionado contra o real a 12 de janeiro, liderados pelo Citibank, pelos dois bancos Morgan e pelo Chase, anunciaram que estavam reduzindo o seu "risco Brasil" e, portanto, suspendiam os empréstimos tanto ao Governo como a



Último golpe: no dia 29 de janeiro fizeram circular boatos de seqüestro de ativos, segundo o modelo do Plano Collor, de feriado bancário...

Foram para as sucursais em paraísos fiscais mais de 10 bilhões de reais

empresas brasileiras, inclusive os empréstimos que financiam as exportações.

O FMI demorou a refazer as contas com os negociadores brasileiros para firmar um novo acordo. No meio tempo, proibiu o Banco Central de intervir no mercado de câmbio.

Os exportadores, não sabendo qual o preço certo do dólar, pararam de fechar negócios. Com isso, o mercado ficou privado de divisas, tanto do Governo como das fontes privadas. Quem tinha dívidas em divisas tratou de comprar a qualquer preço.

Último golpe: no dia 29 de janeiro fizeram circular boatos de seqüestro de ativos, segundo o modelo do Plano

Collor, de feriado bancário e sei lá o que mais. A Agência Reuters, especializada em notícias econômicas, mandou para o mundo inteiro uma fotografia da fila de contribuintes que, no Rio de Janeiro, procuravam pagar sem multas o IPVA de seus carros, e disse que eram os brasileiros correndo para retirar as suas economias dos bancos. Resultado: o dólar chegou a R\$ 1,98 no dia 29 de janeiro e a R\$ 2,12 em 26 de fevereiro.

Segundo os dados apresentados pelo deputado Aloísio Mercadante à CPI dos Bancos no Senado, mais de 60 instituições tiveram lucros, em janeiro, muitas vezes superiores ao total dos lucros de 1998, que já não era pequeno.

Foram para as suas sucursais, em paraísos fiscais, mais de 10 bilhões de reais. E não pagaram um tostão de imposto de renda. Outros bancos, os trouxas, inclusive os maiores bancos nacionais, perderam mais de três bilhões de reais, o que demonstra não ter havido o que os especuladores chamam de "efeito de manada".

De onde saiu essa dinheiro? Do meu, do seu, do nosso, esclareceu o novo presidente do Banco Central, Arminio Fraga, o Mandrake. ■

VISITE O NOSSO SITE NA INTERNET

Desde dezembro de 1996, a revista **CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** tem um site na Internet.

O site permite assinar a revista, enviar comentários e sugestões, e ler os textos publicados nos últimos 12 números, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.

Entre as nossas metas, a médio prazo, está oferecer aos interessados pesquisas on line

sobre temas correlatos aos das matérias publicadas.

Em breve, para tornar o site mais dinâmico, vamos incluir um serviço de chat - conversa com os editores que informarão e discutirão os assuntos em pauta, a linha editorial, e as fontes utilizadas para as notícias setoriais.

Nosso e-mail:
etm@etm.com.br

NAVEGUE EM NOSSAS PÁGINAS

<http://www.etm.com.br>

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Para obter os números mais recentes entre em contato com a **EDITORA TERCEIRO MILÊNIO** ou através do formulário de pedidos.

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122, gr 105/106 • Glória • 20.241-180 • Rio de Janeiro • RJ
Tel. (021) 221-7511 • Fax (021) 252-8455

Indústria de armamentos em fase de liquidação

O Brasil vem exportando soberania

Paulo Delgado

Até que a democracia se tornasse uma das grandes aspirações da humanidade, como é hoje, a política de defesa das nações esteve centrada principalmente no arsenal militar que os países eram capazes de desenvolver e acumular. Mais importante que a capacidade de dialogar com outras nações era a possibilidade de defender os territórios de possíveis ataques. Dissuasão, intimidação, declaração.

A Segunda Guerra demonstrou, de maneira assustadora, as possibilidades destrutivas dos arsenais que a tecnologia contemporânea criara, forçando o passo no caminho das relações internacionais como as conhecemos hoje, centradas, preferencialmente, na diplomacia. A obediência a esse novo estatuto internacional tornou-se uma exigência de todas as nações democráticas, sob a liderança da ONU. A guerra do momento, quando os países da Otan atacam a Iugoslávia e impõem a ratificação dessa unilateralidade ao Conselho de Segurança, envolve um incontornável desrespeito ao Direito Internacional e um exibicionismo bélico de última geração por parte da indústria armamentista internacional. Cada vez mais afirma-se a atualidade do conceito de defesa a partir de seus componentes essenciais, o militar e o diplomático.

O equilíbrio entre esses dois momentos é o segredo de uma política de defesa eficiente. Como um país continental, o Brasil não pode ter a ilusão de que a sua defesa seja desvinculada da política exterior e descuidada da dinâmica política interna. Nem só uma política diplomática pura, "vocabular", que dispense a defesa, ou uma política militar, "física", que desconheça a diplomacia. A criação do Ministério da Defesa no Brasil indica o encaminhamento da política nacional nesse sentido. Torna a defesa brasileira uma questão política e diplomática respaldada pela ação militar, nos momentos e regiões em que ela é combinada e necessária.

Desse modo, o debate sobre carreiras estáveis do Estado, no âmbito do Itamarati, é tão importante quanto uma indústria de defesa autônoma na área militar. A autonomia na produção, exportação, aquisição e controle de equipamentos é fundamental em uma política de defesa muito além das amplas possibilidades de geração de divisas que a indústria militar tem. Esta autonomia e competência traz mais longevidade à segurança e visibilidade à diplomacia do país que é também conhecido pelo que compra e vende.

No caso brasileiro, são muitos os aspectos do problema e envolvem não apenas a indústria de equipamentos de defesa. Hoje, de forma muito mais ampliada, o setor aeroespacial, que já teve programas e projetos secretos e

reservados, é público e publicado, tendo alta eficiência em pesquisa científica e tecnológica de ponta. Todo cidadão sabe, parece que menos o governo, que é pela competência *lato sensu* que se defende e se garante soberania.

O que o governo brasileiro não percebe é que o Brasil vem exportando soberania. O Sistema de Foguetes de Artilharia Astros II já foi testado com sucesso nas duas guerras do Golfo Pérsico. Por falta de incentivos para exportação, a Avibrás, empresa produtora do míssil, que já foi uma das maiores exportadoras do país, hoje tem ociosidade no seu parque industrial. Em uma indústria altamente competitiva e tecnológica, a falta de incentivos e financiamentos oficiais forçará o encolhimento do setor e, conseqüentemente, a redução na entrada de divisas.

O avião de transporte regional mais vendido no mundo é de fabricação brasileira - o ERJ-145, da Embraer, apesar da política turbulenta e descontínua de financiamento do governo federal. A Embraer também participa, em associação com a Itália, da produção do avião de combate AMX; produz partes do helicóptero norte-americano Sikorsky S-92, flaps do jato MD-11, da Boeing, e peças para o Jumbo 777. Com os italianos o Brasil ainda produz o radar SCP-01, através da Tectelcom Aeroespacial. Temos ainda a Helibrás com seu Esquilo, única fábrica de helicóptero da América do Sul. E o avião



Paulo Delgado

de treinamento militar *Tucano*, de tecnologia brasileira, exportado para a Grã-Bretanha e o Egito.

No clube espacial

A partir de 1993, com o lançamento do primeiro satélite de coleta de dados, o *SCD-1*, o Brasil ingressou no restrito clube espacial internacional. Neste ano, lançaremos o *SCD-2*, junto com a China, se a pressão norte-americana não impedir. O domínio tecnológico da nossa indústria vai do sistema de radar, tanto o militar de bordo como o meteorológico, trens de pouso de aeronave e todo o ciclo espacial, incluídos satélites, lançadores, base de lançamento e infra-estrutura com pessoal especializado.

Somos o único país da América Latina com essa performance. Temos o sétimo programa espacial do mundo e participamos hoje do maior consórcio mundial de tecnologia da área, que é a Estação Espacial Internacional (ISS), uma universidade em órbita. Apesar disso tudo, o apoio oficial é pífio e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), principais responsáveis pela pesquisa especializada no setor aeroespacial, vêm perdendo pesquisadores para a iniciativa privada por causa dos baixos salários.

É no Inpe que são desenvolvidas as principais pesquisas de lançamento de satélites, em parceria com outros países. O sistema de satélites é essencial no apoio à aquisição de dados ambientais utilizados na previsão do tempo, monitoramento de bacias hidrográficas e

marés, controle de estoque de água em estiagem, velocidade e direção dos ventos, umidade relativa do ar, temperatura, pressão atmosférica, índices pluviométricos, detecção de queimadas.

Os satélites são de extrema utilidade, também, no planejamento urbano. É um exemplo claro do uso de uma tecnologia de base militar na vida civil.

O relacionamento com outros países vive também seus momentos de boicote, fruto da concorrência internacional. É o caso da fabricação do Veículo Lançador de Satélites brasileiro, o VLS, em constante atraso em suas pesquisas tanto por corte de verbas como por boicote, em especial dos Estados Unidos.

O desenvolvimento da tecnologia de foguetes e satélites, aliada ao controle da base de lançamento de Alcântara, no Maranhão, pode fazer do Brasil um importante pólo mundial neste setor.

De mal a pior

A indústria brasileira de armamentos, essencial para a política de defesa, com as contradições da tributação sobre seus produtos, fruto da ausência de uma política para o setor, vai de mal a pior. Estudo da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) demonstra o equívoco da taxa como supérfluo de armamentos e munições de uso proibido, destinado exclusivamente às Forças Armadas.

A Constituição de 1988 passou a permitir que o ICMS, imposto estadual, pudesse ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e serviços, o que determinou a existência de alíquotas diferenciadas, entre 17 e 25%. Erroneamente, a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias classifica as armas e munições indiscriminadamente como supérfluos. Assim, são taxadas em 25%, sem delimitarem os produtos que servem ao sistema de defesa do país, compradas da indústria nacional exclusivamente pelas Forças Armadas.

Isso, por outro lado, não vem ocorrendo com as embarcações, que têm taxações distintas para as de passeio e as de uso militar. Por que a boa vontade com a lancha e a tola incompreensão com a pólvora?

A aplicação do ICMS para armas e munições de uso restrito das Forças Armadas é bastante contraditória com um outro imposto, de âmbito federal, que incide sobre os produtos industrializados (IPI). A norma da seletividade é obrigatória no IPI e, no caso desses armamentos, a alíquota é zero, ao contrário do ICMS.

Após a aplicação da Lei Kandir, que desonera de ICMS os produtos destinados à exportação, passamos a viver o escárnio de tributar produto brasileiro, fabricado por empresa estatal, que vende munição e armas para treinamento de nossas Forças Armadas, enquanto isentamos de impostos produtos de mesma natureza adquiridos por estrangeiros.

O Exército brasileiro, que compra armas e munições da indústria nacional, paga mais do que qualquer outra nação que adquira os mesmos produtos do Brasil. Ao mesmo tempo, como a União é constitucionalmente isenta de pagamento de impostos quando da aquisição de seu patrimônio, a importação de armas fica mais barata para as Forças Armadas do que a compra no mercado interno.

A lei fiscal tornou a indústria de armamentos inimiga do Brasil, já que atualmente as Forças Armadas de outros países compram aqui mais barato que o Brasil.

Enfim, diplomacia e defesa, com um pouco mais de responsabilidade fiscal, inteligência e nacionalismo, são essenciais para a soberania do nosso país. Saber fazer nós sabemos, cabe ao governo saber mandar.

Deputado federal (PT-MG), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Sócios estrangeiros nos meios de comunicação

Apoios e dúvidas cercam o debate sobre esse polêmico tema

Neiva Moreira

A Câmara Federal é quase sempre julgada pelo que não faz e devia fazer, mas, sobretudo, pelo que apesar de fazer, com muito esforço e dedicação, não aparece na mídia.

Os meus conterrâneos maranhenses já me honraram com vários mandatos e, neste agora, tenho procurado, além das responsabilidades políticas e de múltiplas tarefas do cotidiano, me inteirar e participar mais prioritariamente dos trabalhos nas Comissões, onde, quase sempre, são decididas as proposições apresentadas. E é aí que se travam os grandes debates e se verificam discussões técnicas por vezes apaixonantes e polêmicas.

Estou participando, como representante do PDT, na Comissão Especial que aprecia a emenda constitucional abrindo até 30% à participação do capital estrangeiro na propriedade de empresas de comunicação.

O projeto é de autoria de um dos mais competentes juristas da Casa, o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), que tem tido o apoio da

maioria governista da Comissão e também do deputado Fernando Gabeira, ambos com uma história muito honrosa nas lutas do nosso passado recente e insuspeitos de qualquer "désvio ideológico".

Estratégico

O argumento dos defensores do projeto é de que, nesses tempos de abertura, não há por que excluir as empresas de comunicação que poderiam fortalecer o mercado (se falou na Comissão de dois mil profissionais sem emprego) e permitiria às que enfrentam dificuldades capitalizar-se para atender aos urgentes desafios do reequipamento técnico.

Desde o início das discussões tenho discordado da proposta e dessas perspectivas enganosas de mais emprego e novos equipamentos. Tenho presente os exemplos europeus, onde em alguns países sócios estrangeiros foram admitidos nas empresas de comunicação e o que houve foi o contrário: "enxugamento" no setor de pessoal alegando-se razões de economia e até uma consequência das novas aquisições técnicas.

Defendo a tese de que comunicação é um setor tão estratégico como a defesa

armada e não dá para descuidar das preocupações com a Nação, sua soberania e sua cultura.

Um colega que defende, com competência, o projeto, perguntou, com certa dose de ironia, o que pode provar que a comunicação é um elemento da estratégia. Minha resposta foi simples: deveríamos pedir a opinião da Otan e do senhor Milosevic, sob cuja orientação a mídia falada e escrita tem sido vital e decisiva aos propósitos de ambos na guerra em que se confrontam.

O comentário de que sou um saudoso do nacionalismo dos anos 50 e 60 não está longe da verdade, mas não exclui a objetividade da resposta.

Em uma das últimas audiências das numerosas que o presidente da Comissão, Ayrton Xerez (PSDB-RJ), e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) convocaram, participaram o presidente da Associação Nacional de Jornais, Paulo Cabral de Araújo; Fernando Ernesto Corrêa, da Rede Brasil-Sul de Comunicação e representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert); Evandro Guimarães, da Rede Globo e Flávio Cavalcanti, do Sistema Brasileiro de Televisão. Travou-se ali



A comunicação é cada vez mais usada como arma na competição internacional

Não é que eu defenda a tradicional linha editorial desses meios mas, sim, a vantagem de saber de onde vem seu capital, que interesses defendem e até onde moram os seus diretores. E mais: acho que o projeto do deputado Aloysio Nunes Ferreira chega em uma hora em que se verifica uma certa abertura dos nossos jornais, rádios e TVs à diversidade de opiniões e até mesmo mais objetividade, o que, indiscutivelmente, é uma conquista de um público cada dia mais exigente na apresentação dos fatos.

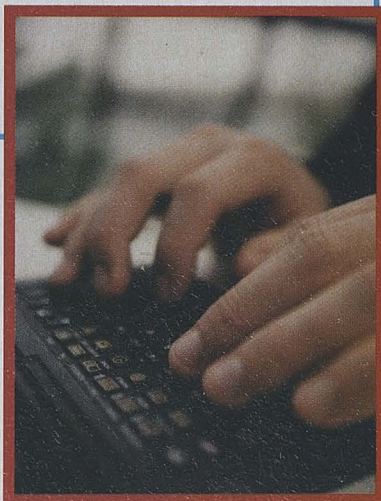
Desnacionalizar?

Estão eles com dificuldades financeiras? É evidente que sim. A crise que se abate sobre o país atinge, em maior ou menor escala, a todos. Mas a melhor solução para os problemas seria desnacionalizá-los?

Li há algum tempo notícia de que o governo sueco cogitava abrir crédito de 200 milhões de dólares para atender alguns jornais, sobretudo os da oposição. O argumento era que a saúde financeira dessas empresas é essencial à democracia e o Estado tem muito a ver com esse objetivo.

Aqui ao lado, no Uruguai, com os mesmos propósitos de cooperar para a sobrevivência independente dos meios de comunicação, a publicidade do Estado, resguardadas normas técnicas, é de forma obrigatória, equitativamente distribuída entre todos.

Não seria melhor que, em vez de dar dinheiro do contribuinte aos bancos Marka e FonteCindam, o BNDES abrisse, dentro das normas regulamentares, linhas de crédito às empresas, sem que as mesmas necessitassem recorrer a essas controvertidas associações? ■



um debate muito interessante.

De modo geral ninguém se opôs, frontalmente, ao ingresso do capital estrangeiro, mas foram levantadas tais ressalvas que repercutiram consideravelmente no julgamento dos deputados. A desnacionalização dos meios de comunicação, os perigos para a cultura nacional, a dificuldade de identificar, com a presença dos diretores estrangeiros, que interesses os mesmos defendem ou representam foram pontos ressaltados.

Coincidiu totalmente com essas preocupações e muitos colegas também, entre estes Gabeira, que defende a inclusão no projeto de ressalvas que considerassem esses riscos.

É evidente que a influência das empresas que aceitassem essa parceria teria que enfrentar contestações e o julgamento dos seus leitores e ouvintes.

Recordo-me, que, no auge do *rush* petrolífero, alguns potentados árabes do Golfo andaram tentando controlar jor-

nais na Europa para a defesa dos seus interesses. Mas logo esses jornais seriam acusados de ser a "voz dos barões árabes do petróleo" e perderam as chances de influir.

E no Brasil? Imagina-se que os nossos grandes meios de comunicação, com a parceria do capital estrangeiro perdessem amanhã sua autenticidade editorial, quando viessem a ser mais conhecidos como "o jornal, o rádio ou as TVs da Mitsubishi, da Volkswagen, da Coca-Cola ou do australiano Murdoch".



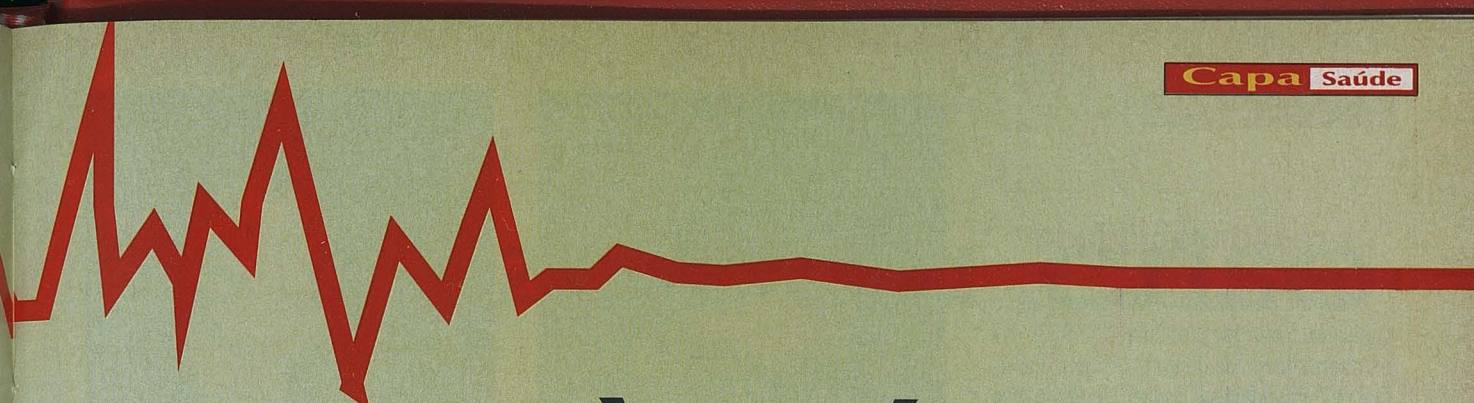
Saúde pública

O atendimento social do país, no caso da Saúde: está abandonado à própria sorte. É um verdadeiro genocídio, denunciam parlamentares e médicos.

O governo defende-se com o argumento da crise econômica e do estrangulamento da Previdência, mas os críticos apontam as fortunas públicas, torradas nas manipulações financeiras e que fluíram para cofres privados, como a prova de que predomina uma escolha que exclui especialmente dos serviços públicos os necessitados



Foto/PhotoDisc



morre à míngua

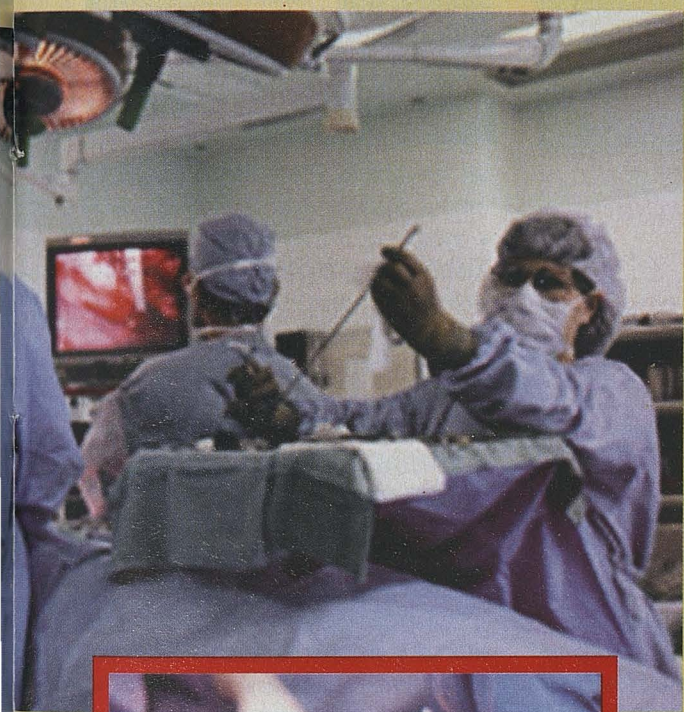


Ilustração: Jar Costa

O Estado brasileiro repassa, por ano, para a maioria de seus pequenos municípios, apenas R\$10 *per capita* para tratar da saúde da população. Isto equivale a R\$0,83 *per capita* por mês. Ou seja, nos menores e, conseqüentemente, mais pobres municípios brasileiros, onde é maior a incidência de endemias e não há nenhum item exigido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de saneamento básico, os gastos com o tratamento de saúde, incluindo-se aí a consulta e o possível internamento do paciente, correspondem à compra de dez pãezinhos. Na prática, "esse quadro é o que chamamos de genocídio. O Estado está eliminando, na medida em que não repassa recursos suficientes para a saúde pública, a demanda social. É uma verdadeira política de extermínio", denuncia a cardiopediatra Jandira Feghalli, deputada federal do PCdoB carioca.

Mais grave ainda é a situação dos idosos, afirma Feghalli. A assistência a este grupo social corresponde a apenas quatro horas e oito minutos de pagamento dos juros da dívida pública do país, "encargos financeiros pagos a banqueiros e ao Fundo Monetário Internacional", diz a deputada que, ao lado de mais 102 colegas, integra a Bancada da Saúde na Câmara. A bandeira da bancada este ano tem como alvo assegurar, dentro da reforma tributária, alocação de recursos e evitar que os contingenciamentos de verbas não atinjam o setor de saúde.

O grande problema do atendimento à saúde do brasileiro continua sendo a falta de dinheiro. O orçamento deste ano é de R\$19,5 bilhões. Só a título de comparação, o Brasil pagou, em 1998, R\$55 bilhões de juros, encargos e amortização da dívida externa. Ou seja, no ano passado, repassamos três orçamentos do Ministério da Saúde para os banqueiros internacionais. Até o próprio ministro, José Serra, reconhece que o orçamento de 1999 é insuficiente em R\$700 milhões e, de acordo com estudos feitos pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), com a inflação projetada para este ano, o *deficit* pode atingir a casa dos R\$2,5 bilhões.

Irresponsabilidade

A falta de dinheiro é tão grande que o deputado Henrique Fontana (PT-RS), ex-secretário de Saúde de Porto Alegre, classifica de "escandaloso" o corte de um bilhão para o setor.

No Brasil, diz o deputado gaúcho, "estabeleceu-se um discurso de que o problema de saúde é gestão. Esta é uma frase repetida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso mas é uma frase descolada da realidade, pois é mais fácil jogar a culpa na corrupção. Mas, quanto menos recursos alocados, maior a pressão.

É nos postos de saúde onde se vê a crise porque quanto maior o desfinanciamento, mais se gasta. O desfinanciamento impede a compra de vacinas e uma pessoa não-vacinada contrai a doença e vamos gastar mais com remédios. Há um clima de dizimação do povo brasileiro por causa do desfinanciamento na área da Saúde".

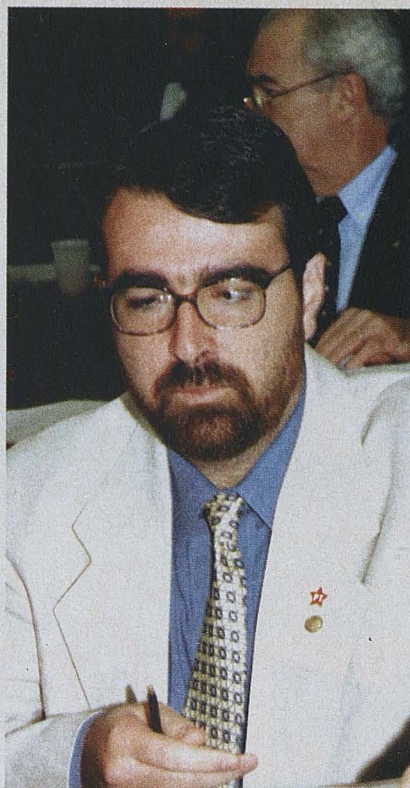
Fontana defende o Sistema Único de Saúde (SUS) como uma das maiores conquistas da nossa sociedade, que, apesar disso, não resolve os problemas. "E não resolve porque o SUS enfrenta hoje uma remuneração irrisória com tabela totalmente defasada em relação aos custos reais de atendimento de saúde", diz Fontana.

Remuneração irrisória

Basta um exemplo para mostrar a defasagem da tabela de pagamento do SUS.

De acordo com o Conasems, pediatras e clínicos atendem pacientes internados a R\$3 por dia; fisioterapeutas por 1,50 a sessão e a diária hospitalar é de R\$6.

Ora, levando-se em conta dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a inflação setorial de saúde, medida de julho de 1994 a fevereiro de 1999 - portanto, em plena vigência do Plano Real -, foi de 109%, a qual se devem somar, ainda, cerca de 10% referentes à conversão da tabela do Sistema Único de Saúde pela URV, resultando num total de 119%. Descontando-se 25% de reajuste concedido, há uma defasagem de 94% acumulada.



"O sistema público de saúde vem sendo demolido de forma escandalosa"

Dep. Henrique Fontana



"Idosos valem só o correspondente a 4h8min dos juros da dívida"

Dep. Jandira Feghali

Fotos: AFP

Por isso, Henrique Fontana quer dos movimentos sociais uma atitude "determinada, para que a agenda social se torne uma prioridade e assim se dê uma resposta ao sistema neoliberal que não quer atendimento para todos. E o SUS é o melhor sistema porque quem pode mais, colabora com mais e todos são atendidos igualmente".

Cidadão abandonado

Fontana acredita que o desfinanciamento do Sistema Único de Saúde atende uma política governamental deliberada que leva os ricos, que têm maior poder de pressão, a procurar os sistemas privados de saúde, "deixando para os pobres um sistema que vem sendo demolido de forma escandalosa, tal como ocorreu com a Educação".

Na avaliação do deputado gaúcho, o caminho da saúde privada não é solução "porque atenderá, numa previsão otimista, 10% da população. O restante ficará entregue às estatísticas macabras.

Onde há atendimento público, se reduz a mortalidade. Cito o exemplo de Porto Alegre: lá, a mortalidade é de 10 casos por mil crianças nascidas. No Nordeste, para cada mil crianças que nascem, 40 morrem no primeiro ano de vida. Estas 30 crianças, na verdade, foram assassinadas.

A diferença que existe entre o Estado que não repassa recursos para a Saúde e o narcotraficante que acerta uma bala perdida num inocente é que o Estado mata por omissão e o narcotraficante, por ação, mas todos obtêm o mesmo resultado", conclui Fontana.

As raízes da crise

Se atualmente o quadro é grave, as perspectivas para os próximos anos são ainda piores. Este é o alerta de Gílson Carvalho, assessor do Conasems e integrante do Conselho Nacional de Saúde. As tendências de piora decorrem do modelo imposto pelo Banco Mundial (Bird) que, a partir de 1992, passou a ditar regras na área social para os países do Terceiro Mundo. "O Banco Mundial passou a ditar regras nos últimos sete anos e, com isso, o Governo brasileiro passou a se adequar mais, aproximar-se das exigências feitas pelo modelo do Bird", afirma Jandira Feghalli (PCdoB-RJ).

Num estudo sobre o relatório do Banco Mundial, na área de saúde, o cientista C. Laurell mostra que no relatório a saúde é definida "como uma responsabilidade privada e a ajuda para a saúde como mercadoria privada. Isto leva a uma política de saúde baseada em dois princípios complementares: a redução da intervenção do Estado e a responsabilidade pública e a promoção da diversidade e competição. Assim, as instituições públicas devem prover somente um número limitado de mercadorias públicas, definidas de forma restrita, e formas de ajuda para os pobres baseadas em custo-benefício. Todas as outras atividades relacionadas à saúde são consideradas tarefas privadas, a serem resolvidas pelo mercado, organizações não governamentais ou famílias".

Esta orientação manifesta do Bird se tornou explícita a partir da pressa manifestada pelo Governo para que se votasse a lei que regulamenta os planos de saúde particulares. Esta lei, segundo a deputada Feghalli, tramitou durante sete anos pela Câmara e, "de um momento para outro, o Governo resolve acionar sua máquina para aprovar a lei que vai dar arcabouço legal aos planos privados. E, com a crise, as propostas de ajuste fiscal vão estrangulando os recursos porque todo nosso dinheiro se



Foto: AFP

"Prioridade para a Saúde significa investimento no setor"

Dep. Dr. Hélio

concentra no pagamento da dívida. É uma questão de prioridade. Por isso, o quadro só pode se agravar", afirma.

Maus índices

Prioridade também é a palavra do deputado Dr. Hélio (PDT-SP). Ele acredita que só uma "ampla mobilização vai obrigar o Governo a deixar a retórica do palanque de lado e transformar a Saúde em prioridade de verdade. E prioridade significa investimento".

A ausência de investimentos provocada por políticas sociais e econômicas excludentes e impostas pelo modelo do Banco Mundial leva o Brasil a apresentar indicadores de saúde que englobam ao mesmo tempo as características de países subdesenvolvidos e, também, problemas

que afetam a saúde de povos dos países desenvolvidos. Temos, portanto, ocorrência de malária, que em 1996 apresentou mais de 300 mil casos, dengue, tuberculose (o Rio de Janeiro é o estado recordista em mortes por tuberculose), cólera, leishmaniose e hanseníase.

De acordo com a deputada Jandira Feghalli, o controle dessas doenças típicas de países subdesenvolvidos só acontecia quando prejudicava a produção e a exportação de café.

Portanto, elas foram combatidas nas duas primeiras décadas deste século e, a partir de 1904, com Oswaldo Cruz, o país passou a adotar as "campanhas" no lugar de saneamento básico e outras medidas preventivas. Com a Constituição de 1988, o Brasil conquistou um dos mais avançados modelos de Previdência, saúde e assistência mas, diz Feghalli, a reação se fez presente.

A cada passo para consolidar o SUS, correspondiam empecilhos e entraves originários dos grupos prestadores de assistência privada, que sempre se nutriram do dinheiro público através de convênios de prestação de serviços hospitalares, de procedimentos diagnósticos e terapêuticos, a indústria de equipamentos e medicamentos.

Esse conglomerado médico-industrial, tendo como importantes aliados os sucessivos governos que não titubeiam em rasgar a Constituição".

Todo esse clima, lembra a deputada carioca, foi pauperizando os recursos oficiais para a área de saúde e o Estado "passa a ser mínimo no planejamento e comando das políticas públicas e fortemente interventor ao elaborar planos que tenham como objetivo o favorecimento da acumulação de capital pelas oligarquias financeiras nacionais e internacionais".

Nem mesmo o compromisso do então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso que, durante a campanha prometia "criar condições necessárias para a implantação e consolidação do

“O médico não quer trabalhar no sistema porque não há remuneração condigna. O SUS existe, mas não chega à ponta do sistema, não chega ao povo”

Dep. Jorge Costa

SUS, removendo obstáculos que têm prejudicado seu desenvolvimento. Isso significa reiterar fidelidade aos mandamentos constitucionais da saúde como integrante da Seguridade Social e de saúde como direito de todos e dever do Estado...”

Pelo que se vê, mudaram as regras do jogo. O Governo, e esta denúncia vem sendo repetida pelos deputados de oposição e os integrantes da base de Fernando Henrique Cardoso, vem reduzindo os custos na área. O corte financeiro no primeiro trimestre deste ano corresponde a total de R\$1 bilhão. Até 26 de março, os gastos foram os seguintes:

Inocêncio Oliveira (PFL-PE), líder do partido e também médico, é autor da única proposta pefelista sobre o sistema de saúde



Fotos: AFP

Recursos do Ministério da Saúde - Orçamento de união 1999 - Até 26/03/99

Título do Projeto Atividade	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	%
Controle de qualidade da água	641.030,00	0	0	0
Drenagem áreas endêmicas de malária	8.691.214,00	0	0	0
Apoio à produção de insumos Medicamentos imunobiológicos, sorose reagentes	7.409.557,00	0	0	0
Implantação do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do SUS	20.191.062,00	0	0	0
Prevenção e diagnóstico precoce do Câncer Cérvico-Uterino	46.560.108,00	0	0	0
Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Vigisus	24.000.000,00	0	0	0
Controle de Doença de Chagas	39.193.086,00	0	0	0
Profissionalização dos trabalhadores da área de Enfermagem	20.000.000,00	0	0	0
Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Recursos Humanos	17.818.623,00	0	0	0



As perdas do SUS

Nesta opção de o Estado reduzir os gastos com a saúde pública, quem mais perdeu foi o Sistema Único de Saúde, o sistema mais democrático de atendimento em saúde, segundo o deputado Henrique Fontana. Há uma total defasagem na sua remuneração, comparando-se com os gastos de saúde.

Em discurso pronunciado em seis de abril passado, Fontana apresentou a análise feita pelo Conasems, mostrando não apenas a sobrecarga que atinge os municípios, mas aponta para defasagem na tabela do SUS em torno de 80%.

Esta diferença começou na passagem da URV para o real. Entre julho de 1994 a fevereiro de 1999 a inflação medida pela Fipe foi de 57,299% e do IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, foi de 54,933%. Há alguns anos a Fipe mede a inflação específica na área de saúde. Por este índice a inflação da saúde chegou, no período dos cinco últimos anos, a 109,742%, porque quando houve a conversão URV/Real todos os setores tiveram a conversão feita por um determinado índice e, como o setor de saúde teve índices diferentes, já partiu com uma defasagem de 9,56%. Isto significa que a partir da implantação do Real, o Sistema Único de Saúde já entrou com negativo obrigando o sistema a remunerar, por exemplo, com R\$3 uma consulta. No caso dos fisioterapeutas, a remuneração é de R\$1,50. "Se consumirem 15 minutos por sessão durante oito horas por dia, farão 32 sessões com ganhos de R\$48 por dia ou R\$940 brutos por mês para pagar equipamentos, instalações, recursos humanos e seus encargos", informa Gilson Carvalho, pediatra e de saúde pública.

Nenhum sistema sobrevive com esta defasagem na remuneração, o que tem le-

vado alguns brasileiros privilegiados a optar pelo sistema privado de saúde. Os números são significativos. O deputado Henrique Fontana apresentou a seus colegas os números que mostram a fuga do sistema público para o particular: "Há cinco anos, quatro milhões de brasileiros retiravam dinheiro de seu orçamento para pagar plano de saúde privado. Sabe quantos brasileiros pagam hoje o seguro privado de

40 milhões de brasileiros foram empurrados deliberadamente para o setor privado de saúde nos últimos cinco anos, devido à asfixia do SUS

saúde? 44 milhões, tendo sido 40 milhões empurrados deliberadamente para o setor privado. Hospitais filantrópicos, hospitais privados conveniados, hospitais públicos, todos estão quebrando em razão da defasagem da tabela do SUS".

Fontana critica aqueles que afirmam não haver recursos para ajustar a tabela informando que só em 1997 "nosso país gastou a astronômica quantia de R\$45 bilhões para remunerar o capital especulativo. Isso representa mais do que dois orça-

mentos destinados à área de saúde. No ano de 98, saltou para R\$78 milhões. Ou seja, aumentou R\$28 bilhões em um ano, o que corresponde a um orçamento e meio federal destinado à área de saúde.

Por trás desses números não há equações matemáticas, mas nossos irmãos brasileiros que morrem nas filas dos hospitais ou até sem chegar a eles, que não têm atendimento e perdem sua saúde dia-a-dia por falta de atendimento médico digno".

Esta falta de recursos para o SUS está afastando do sistema os profissionais da área. De acordo com o deputado Jorge Costa (PMDB-PA), médico há 40 anos, observa que "na Região Norte, principalmente, o médico, sem condições de trabalhar, divorciou-se completamente do sistema. O médico não quer trabalhar no sistema porque não há remuneração condigna. O SUS existe, mas não chega à ponta do sistema, não chega ao povo". Por esta razão, explicou Costa, o sistema privado está atendendo cerca de "80% da rede hospitalar".

A fuga da sociedade em direção ao setor privado de saúde "faz parte do projeto do Banco Mundial para os países pobres. Quem tem dinheiro faz seu seguro particular; quem não tem, morre. Parece que há um pacto firmado para eliminar esta população excluída", diz Jandira Feghalli, que acredita ser "a asfixia financeira a estratégia essencial para a privatização completa do setor."

Propostas de melhoria

Estender a vacinação obrigatória de idosos para aqueles que têm 60 anos, concluir obras de hospital universitário em Teresina, obrigar o cadastramento de todas as pessoas com desnutrição, tornar obrigatória a mamografia pelo Sistema Único de Saúde, entregar ao SUS o atendimento de presos doentes. Esses são alguns dos 148 projetos de lei ou propostas de emenda à Constituição que tramitam pela Câmara e objetivam a melhoria da saúde do brasileiro. Dessas 148 propostas, cinco vieram do Executivo e seis, do Senado.

Além disso, os parlamentares apresentaram 78 pedidos de informação ao ministro da Saúde, indagando desde o mau funcionamento de algum hospital até a destinação dos recursos arrecadados pela Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), imposto criado para vitalizar o orçamento da Saúde.

Propostas

Os projetos são de autoria de deputados de todos os partidos, mas os opositores se fizeram mais presentes, cabendo aos petistas Eduardo Jorge (SP) e Paulo Paim (RS) o recorde de projetos apresentados, seguindo-se o deputado Cunha Bueno (PPB-SP).

Das 148 propostas, apenas uma é do PFL, de autoria do líder do partido, deputado Inocêncio Oliveira (PE) e que obriga a rede hospitalar a atender qualquer paciente com sintomas de mal súbito, sem entraves burocráticos.

A maioria dos projetos se refere ao Sistema Único de Saúde e mostra a preocupação do Legislativo com a crise financeira enfrentada pelo SUS. Além disso, os deputados buscam brechas na legislação já existente ou propõem projetos que obriguem o Executivo a liberar mais dinheiro para a área.



Fotos: AFP

O orçamento de 99 é de 19,5 bi, menor 3,3 bi do que deveria ser. Só de juros da dívida, o governo pagou duas vezes mais

Índice da Saúde

Henrique Fontana, que está em seu primeiro mandato, apresentou projeto criando o índice nacional de custos de serviços de saúde e atualizando as tabelas de procedimento do SUS. Na defesa de seu projeto, Fontana afirma que "não podemos aceitar que as estruturas sejam massacradas por conta de defasagem da tabela. Além do projeto, o deputado petista foi a plenário e convocou todos os seus colegas a assinarem documento exigindo "o imediato

reajuste da tabela do SUS, de maneira emergencial, em no mínimo 40%, já que a defasagem é de 80%".

Reforma

A proposta, na qual estão engajados todos os integrantes da bancada da Saúde, refere-se à emenda constitucional 169, de autoria do deputado Waldir Pires (PT-BA). Nela, obriga-se a destinação de 10% de todos os impostos, federais, estaduais e municipais para o SUS. O projeto tramita há cinco anos e Pires acredita que esta será a única maneira de manter o sistema em pleno funcionamento, rechaçando ainda as frequentes acusações feitas pelo Governo de que o problema do SUS não é falta de verbas, mas, sim, má gerência e corrupção.

Com a aprovação desta proposta, que inclusive já esteve em plenário para ser votada em julho de 1993, corrigem-se falhas dos orçamentos estaduais, que não investem sequer 5% de seus recursos na área de saúde, de acordo com denúncia feita pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Disse ele que seu estado, um dos mais desenvolvidos do país e exatamente onde ocorreu uma epidemia de cólera, em abril passado, investe apenas 2% do orçamento na área de saúde. Com isso, afirma o parlamentar paranaense, "hoje, cerca de 40% da nossa população é excluída do processo econômico e, conseqüentemente, vítima social desse processo."

Por todas estas razões, a bancada da Saúde da Câmara está concentrando as energias para que, na reforma tributária, a questão de saúde tenha atendimento especial e não seja submetida a orçamentos escassos e sujeitos a contingenciamentos, como vem ocorrendo.

O orçamento deste ano, duas vezes inferior ao pagamento feito ano passado dos juros da dívida, é considerado imoral pelos deputados opositores.

CPMF

A pedra no sapato

Criada às pressas para resolver o impasse do atendimento à saúde no Brasil, a Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), parecia ser a solução do problema.

Votada em processo de urgência urgentíssima, o imposto, originalmente de 0,20% de qualquer movimentação financeira, deveria ser entregue integralmente ao Fundo Nacional de Saúde e, principalmente, seria um imposto provisório.

Quatro anos depois da aprovação, a CPMF tornou-se imposto permanente, subiu de 0,20% para 0,38% e foi denunciado pelos três ministros que ocuparam a Saúde durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. As denúncias batem na mesma tecla: a CPMF foi desviada para pagar, também, juros e serviços da nossa dívida.

Jatene denunciou

A primeira vítima do imposto foi o ex-ministro da Saúde Adib Jatene, exatamente a pessoa que mais trabalhou para sua aprovação. Um dos argumentos usados por Jatene para sensibilizar os deputados se baseava no compromisso de não desviar a contribuição para outras finalidades. Meses depois, em 1996, Jatene renunciou ao Ministério dizendo: "Não posso deixar que esterilizem a CPMF para pagar dívidas. Este é o motivo de minha saída".

Seu substituto, Jorge Albuquerque, em 1998, voltou à carga, afirmando: "O engodo ao povo foi aprovar a CPMF e não dizer que ela não poderia ser acrescentada aos recursos do Ministério da Saúde."

E o terceiro ministro da Saúde de

FHC, o senador José Serra, ainda ocupando o cargo, denunciou: "A CPMF não beneficiou a saúde. O que houve foi o desvio de outras fontes."

Agora, permanente

Apesar de todas as denúncias, em 13 de janeiro deste ano, o Governo determinou a convocação extraordinária do Congresso para, entre outros itens, aprovar o reajuste da CPMF, transformando-a em contribuição permanente. De acordo com a deputada Jandira Feghalli, "é o mais importante item do ajuste fiscal acertado com o FMI e foi desviada, permanentemente, em 40%, ou substituindo fontes da Seguridade Social".

Com todas estas manobras, a CPMF tornou-se o mais desmoralizado imposto criado nos últimos tempos e, embora muitos parlamentares tenham se posicionado contra o projeto, votaram por sua aprovação, acreditando que, assim, o Brasil não veria mais as terríveis cenas mostradas pela mídia com pessoas morrendo nas filas dos hospitais por falta de atendimento ou hospitais fechados por falta de profissionais ou medicamentos.

Foi um engano. Só o FEF lucrou mais do que a Saúde, ficando com 2,97 bilhões dos 15,84 arrecadados. E as despesas de OCC (Outros Custeios e Capital) no Ministério da Saúde cresceram apenas 2,82 bilhões. ■





Um encontro de mestres

**A sociedade aspira
a construir
o conceito de
cidadania mas
se depara com
um aluno
descrente de tudo**

Stella Maris C.

Uma maçã vermelha com o coração. Uma sala de aula inundada de luz dourada. Estas duas imagens simbólicas de amor pela sabedoria são capa do livreto de programações do II Encontro de Profissionais do Ensino que aconteceu durante a IX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. Promovido pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, pela Fagga Eventos e a Associação dos Representantes de Editores, o encontro

pretendeu “pensar as relações entre educação e trabalho, criatividade, informação, política e, por que não, felicidade”, segundo a coordenadora de evento, Suzana Vargas, da Estação das Letras.

Hoje, quando não mais maçãs são deixadas para as professoras nas mesas, sente-se a profunda exaustão da velha escola. Enquanto isso, lutamos para fazer novas escolhas (e uma nova escola). Uma aventura, porque há que se conviver ainda com um obsoleto sistema de transmitir conhecimento. O novo abre caminho, tendo de dinamitar terrenos minados de velhos vícios.

O ponto de partida para a maratona de oficinas e palestras que miraram a educação sob vários ângulos foi dado pelos escritores Frei Betto e Ruth Rocha. Eles abordaram as perspectivas do professor do Terceiro Milênio e a realidade brasileira, apontando as falhas de uma sociedade consumista, dirigida por uma mídia que prioriza a venda de bens passageiros (*ver quadros*).

Espaço de vivências

A pedagoga Lea Sholl enfatizou a importância do papel artístico dos profissionais do ensino, categoria que está avançando nos domínios da ética, das questões científicas e tecnológicas, e do aprimoramento do ser humano.

E é no espaço da escola onde o profissional vai exercer essa ética e ter a oportunidade de contribuir decisivamente nas discussões sobre a solidariedade, a igualdade, a responsabilidade, capacidades a serem desenvolvidas no cidadão. “Na escola seremos capazes de apreender o verdadeiro significado do mundo físico e social, comunicar aos nossos alunos e aplicá-lo no exercício da sua cidadania e de seu projeto pessoal. Esta é a grande questão para o professor.”

A atriz Maria Pompeu propôs uma aproximação do texto literário através de exercícios de integração, desinibição, movimento e teatro-imagem. Foi um sucesso. A importância da conscientização dos educadores no uso do

cinema como processo de conhecimento de mundo e integração nos diversos ramos do saber foi tema da oficina "De olho na tela: o cinema na educação", dirigida por Marialva Monteiro, secretária-executiva do Cineduc e mestre em Filosofia pela FGV. A novidade divulgada pela oficina é o programa permanente do Grupo Estação, o Oficina Cine Escola, cuja proposta é formar novas platéias, utilizando filmes clássicos e de culturas distantes, priorizando sempre a produção nacional, além de fomentar a discussão e a troca de opiniões em busca de uma consciência de cidadania. Junto a isto, o projeto iniciou uma campanha sistemática de doação de material escolar a ser distribuído à população carente. Para participar dessas sessões, os educadores deverão inscrever-se pelos telefones: (021) 537-9222/539-1505 ou pelo fax (021) 539-1247.

Um dos pontos altos do Encontro foi a mesa-redonda "Uma educação para a Formação Ética". A reintrodução deste debate, na escola, se impõe ao conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico. A professora Helenice Valias, coordenadora da coleção *Educação em diálogo*, da Editora Gryphus, sugere a leitura de cada volume que "permitirá ao educador tecer, nesse diálogo constantemente tenso com a palavra alheia, as próprias palavras de compreensão."

Um dos volumes é *Ética & Educação*, do economista e professor da Universidade de Negócios e Administração de Minas Gerais, Renato Caporali. Disse ele: "O nosso deficit moral está contribuindo para o nosso deficit técnico. Nossos defeitos éticos são: certo grau de auto-indulgência, uma enorme suscetibilidade, resistência à crítica. Precisamos ser mais francos uns com os outros. Outro defeito é a incapacidade de sermos exigentes do ponto de vista social. Temos que exigir do governo, mas também de nós mesmos.

Ruth Rocha: aprender a ler

"Há pessoas (poucas) mais dotadas para a leitura e que, mesmo não tendo livros, sempre dão um jeito de consegui-los. Outras não gostam e pronto. A grande massa tem alguns problemas e o primeiro problema de leitura é a alfabetização. As pessoas passam pelas escolas e não aprendem a ler. Em São Paulo, uma faculdade está dando aulas de leitura. Os pais têm que estar atentos à alfabetização dos filhos para perceber se trocam letras, se enxergam e se mostram interesse pela leitura.

Eu acredito que mamei no leite da minha mãe as cantigas de ninar que ela me cantava, aprendi com

meu avô as parlendas, o que-é-o-que-é... Disso tudo minha obra está cheia. A gente aprende com o exemplo.

Quanta gente compra videogame e coisas caras. Mas nunca vi um pai entrar numa livraria e comprar uma biblioteca para o filho. Gasta-se com besteiras e não se valoriza o conhecimento, a cultura, o professor. Tenho certo desprezo pelo consumismo de hoje.

Não precisa ter cadeira de Literatura no ensino básico, basta uma bibliotekinha na sala. A criança precisa de tempo e de um canto para pensar na vida e até não fazer nada."

A negligência no trânsito faz do Brasil campeão mundial de acidentes. Isso é um problema ético da maior importância, que diz respeito ao jeito como nós nos relacionamos uns com os outros. E o que temos de melhor? A sensibili-

dade, a afabilidade, a delicadeza, a tolerância, intuição veloz. As qualidades se cruzam com nossos defeitos e esses temas podem ser enormemente trabalhados dentro da escola para cultivarmos uma filosofia moral." ■

Frei Betto: adquirir valores

"A criança tem imaginário muito acentuado e extrovertido. O sistema capitalista descobriu a fórmula do consumo, a erotização precoce. Se se consegue que uma criança de 4 anos comece a prestar demasiada atenção no próprio corpo, ela vira uma consumidora: passa a ser criança biológica e adulto consumidor psicológico.

A esquizofrenia da erotização precoce é mais ou menos administrável até a puberdade, quando a fantasia começa a colar no real. Por isso é uma fase de muita sedução e insegurança. Neste caso, a

puberdade vem mostrar a possibilidade de realização sem limites daquelas tendências de ordem psicológica e que agora o biológico pode acompanhar. Mas também não pode acompanhar, ainda mais agora com o perigo da AIDS.

Então, o jovem não quer encarar a realidade. Nessa hora, por intuição profissional, o traficante de drogas entra e diz: "Não se preocupe, você não tem a fantasia que tinha na infância, mas vai poder ter a fantasia da química". Por isso a droga entra, em geral, na puberdade."

O Sr. Cinema contra Mr. Motion Pictures

Luiz Carlos Barreto define uma estratégia de defesa para o cinema brasileiro e a cultura nacional, diante das ameaças da globalização

A geopolítica da Cultura

Entrevista a José Augusto Ribeiro

Ele hoje poderia ser o Sr. Cinema, ele, o brasileiro, e o cinema idem. Seu adversário seria Mr. Motion Pictures, a poderosa e tentacular indústria cultural norte-americana, em busca de mercados, receitas e resultados.

Luiz Carlos Barreto, o Sr. Cinema (sempre brasileiro), era um jovem e já realizado repórter e fotógrafo, certo de objetiva e ainda mais de texto, da revista *O Cruzeiro*, que poderia ser considerada, junto com a Rádio Nacional, o equivalente da TV



Globo na época. Na virada dos anos 50 para os anos 60, foi enviado à Bahia para uma reportagem sobre um ainda mais jovem cineasta, e também jornalista, chamado Glauber Rocha, e seu primeiro longa-metragem, *Barravento*, então em fase de filmagem.

Glauber, cuja estréia em *Barravento* já mostrava o gênio que se revelaria ao mundo a partir de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, entendeu-se muito bem com Luiz Carlos, tanto que ficaram amigos para a vida toda.

O que nesse primeiro momento Luiz Carlos Barreto viu em Glauber Rocha, um jornalista inteligente e sensível não deixaria de ver. O que Glauber Rocha viu em Luiz Carlos Barreto foi profético: o repórter, o fotógrafo eram visíveis; mas o construtor, o ideólogo e o estrategista daquilo que viria a ser, anos depois, o Cinema Novo, só foram pressentidos, naquele momento, pelo próprio Glauber. A essa altura, Luís Carlos Barreto só pensava em cinema e cineastas como objeto de algumas de suas reportagens.

Terminada a filmagem de *Barravento*, Glauber viajou ao Rio e encontrou Roberto Farias, cineasta como ele e jornalista como Luiz Carlos Barreto. Glauber também era um pouco jornalista e disse a Roberto Farias: "Você precisa pegar o Barreto para fazer um roteiro!" Roberto Farias chamou Luiz Carlos para escrever o roteiro de *Assalto ao trem pagador*. Foi o seu primeiro trabalho no cinema. O filme é de 61 e estreou em 62. Depois ele foi dirigir a fotografia de *Vidas secas*, filme dirigido por Nelson Pereira dos Santos. Também Glauber articulou com Nelson e com ele: "Vamos revolucionar a fotografia do cinema brasileiro, que é uma fotografia colonizada", disse.

Conquistado para a idéia de fazer um cinema que tivesse novos caminhos, tanto no aspecto econômico quanto no artístico, Luiz Carlos aceitou fazer a direção de fotografia do *Terra*

em transe, novamente com Glauber. Daí em diante, não parou mais. Três décadas depois, ele tem instigantes reflexões sobre a experiência colhida nesses anos. Confira a seguir.

Em quantos filmes você já esteve envolvido?

LCB - Nesses quarenta e poucos anos de atividade de cinema, eu tenho uns 72 filmes, entre longas-metragens, em sua maioria, alguns curtas e médias-metragens.

Vidas secas foi exibido durante o regime militar e era um filme politicamente engajado.

LCB - Tanto *Vidas secas* quanto *Deus e o Diabo na Terra do Sol* tiveram que passar por uma comissão de coronéis. Foram liberados mediante algumas frases até folclóricas e históricas, com alguns coronéis contra, outros a favor. No fim terminaram liberando os filmes, que foram para Cannes e obtiveram muito sucesso. Isso acabou agindo como passaporte para o Cinema Novo, para sobreviver no regime militar.

Então o Cinema Novo não é um fenômeno que estava constituído antes do golpe militar de 1964.

LCB - Em 62/63, o grupo já estava reunido, teorizando. Mas os filmes que marcaram e fundaram a posição do Cinema Novo começaram a ser produzidos em 63 e ficaram prontos exatamente quando se instalava a ditadura.

Para você, qual é o filme inaugural do Cinema Novo?

LCB - Do ponto de vista estético, os filmes do Humberto Mauro, mas considera-se, historicamente, que seja *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos. Não existia ainda o grupo, o movimento do Cinema Novo, mas naquele filme está representada a filosofia, a ideologia do Cinema Novo, ou se-

ja, filmes com idéias ricas, embora com meios precários. Pode-se dizer que *Rio 40, graus* é um precursor do Cinema Novo e o filme que o inaugurou mesmo foi *Cinco vezes favela*, cinco episódios de cinco diferentes diretores, produção do CPC, o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes. Daí para a frente, os filmes que fincaram e marcaram mesmo o espaço do Cinema Novo foram *Vidas secas* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, nos anos de 1962 a 1964.

Esses filmes fizeram também sucesso comercial?

LCB - Isso mesmo, também. Tanto no plano nacional quanto no plano internacional. Foram filmes exportados, como é o caso de *O Assalto ao trem pagador*, que entrou em circulação em 1962 ou 1963, um grande sucesso de bi-

lheteria interna e externa, assim como o foi *Os fuzis*, de Ruy Guerra.

Já nos anos 60, você pessoalmente lutava para garantir espaço ao cinema nacional nas salas brasileiras de exibição e também na TV. O que se opunha à abertura desses espaços?

LCB - Essa luta é até uma questão mundial. Os cinemas nacionais, todos, não só o brasileiro, desde essa época até hoje, lutam para abrirem espaço nos seus próprios mercados. Essas lutas são sazonais, elas obtêm sucesso em determinada época, depois entram em crise e em seguida voltam.

Nos anos 60/70, o cinema brasileiro avançou nessa luta. Dos cinemas nacionais, foi o que mais conquistou espaço interno no seu mercado, ocupando quase 40% do mercado brasilei-

ro, em número de datas e público.

Ainda não tinha começado a globalização?

LCB - O cinema sempre foi globalizado; ele é um fenômeno internacional. Só que sempre foi mão-única, como é atualmente. Globalização é uma coisa que vem desde os séculos passados e que vai adquirindo nomenclaturas novas. A abertura dos portos do Brasil foi um movimento de globalização.

O Cinema Novo já começou lutar contra a presença estrangeira.

LCB - Claro, mas a gente lutava também para que o nosso produto tivesse direito de circulação no nosso próprio mercado e no mercado deles também. Se eles circulam no nosso, a gente tem direito de circular lá. Nós fomos para ao mercado internacional, através dos festi-



'O quatrilha', dirigido por Fábio Barreto, foi selecionado para concorrer ao prêmio de melhor filme estrangeiro em 1996

vais. Fomos descobertos primeiro pela crítica européia, depois pela norte-americana; abriram-se espaços, na Europa, nos EUA, e, logo depois, na própria América Latina. Hoje nós estamos até um pouco atrás do que estávamos nos anos 70, em matéria de mercado interno brasileiro. Recuamos de uma ocupação de 40%, em matéria de número de datas e volume de público, para menos de 2%. Hoje temos 5% do mercado, talvez este ano a gente atinja 8%.

O cinema europeu também foi invadido.

LCB - Também caiu muito. É geral. O mercado americano para filmes estrangeiros é de 2%.

Hoje os filmes americanos, incluindo bons e belíssimos filmes e uma enxurrada de bobagens, ocupam quanto do mercado brasileiro?

LCB - Ocupam 90 a 92% do mercado; ficam 8% para o cinema brasileiro, misturado com italiano, francês e o do resto do mundo.

O Brasil neoliberal tem muito medo de ser chamado de protecionista. Hoje em dia, o cinema norte-americano teria essa presença no mundo se o governo dos Estados Unidos não fosse protecionista?

LCB - O problema é o seguinte: o governo norte-americano sempre teve uma postura muito correta em relação à sua indústria de comunicação, não só o cinema como a televisão, a música, as artes em geral, a indústria cultural norte-americana.

Os Estados Unidos foram, provavelmente, o país que primeiro instalou uma produção artística em nível industrial. E colheu os frutos disso, porque sempre teve políticas públicas para o setor de produção artística, de bens de consumo artístico. Eles sabiam que por meio dos bens de consumo artístico também iam colocar seus outros produtos, seus bens de consumo em geral,

sapatos, roupas, etc. Isso é mérito da política.

Se o governo brasileiro agisse da mesma maneira, seria bom para o Brasil?

LCB - Isto é que até hoje ainda não foi entendido no Brasil. A Europa já entendeu, de uns anos para cá, sobretudo a França com o advento da Comunidade Européia. A primeira providência, ao discutirem, nos anos 60, a idéia de instalação da Comunidade Européia, foi um projeto cultural para a Europa, um projeto para o audiovisual, chamado Eureka. Hoje a Europa tem uma indústria e um comércio cultural que vai rivalizar com a indústria norte-americana...

Nos anos 60, 70, o Brasil parecia estar implementando uma indústria cultural e um mercado de bens de consumo artístico: da indústria editorial, fonográfica, cinematográfica, da televisão.

Teríamos então de reconhecer que a ditadura militar teve mais sensibilidade para esse problema que os governos civis subsequentes?

LCB - A ditadura militar em si não, mas o governo Geisel - que fez parte do regime autoritário - seguramente sim. Ele próprio e o seu segundo, que era o general Golbery [chefe do Gabinete Civil do presidente], eram homens com visão estratégica. Eu ouvi isso da boca do presidente Geisel diretamente, num encontro que tivemos, Nelson Pereira, eu, Sônia Braga, Reginaldo Farias, quando fomos ao palácio numa época em que o cinema brasileiro estava debaixo de fogo.

O presidente Ernesto Geisel disse que estávamos chegando a tempos muito difíceis no campo econômico e íamos ter de fazer muitas concessões. "Eu acabei de assinar um contrato de risco de exploração de petróleo", disse. E acrescentou: "Fiz isso com o coração sangrando, eu acredito no potencial nacional mas o mundo está chegando numa hora em que a gente vai ter de ad-

mitir essas concessões no campo econômico. Mas no campo cultural, nós vamos procurar manter uma política nacional fechada do ponto de vista de defesa do mercado. Precisamos que esta ponte de retorno fique de pé, que não desabe, porque vai ser através da identidade cultural que nós vamos nos defender do processo econômico".

Uma política tão fechada quanto a dos Estados Unidos?

LCB - Não vou entrar no mérito se o governo era autoritário ou não. Mas ele era um cara com visão estratégica. Coincidentemente, essa fase do governo Geisel foi aquela em que o cinema brasileiro conquistou seu maior status. Aí, a indústria internacional se assustou conosco, porque além de já estar com 40% no mercado interno, nós começamos a con-

“ Um país, hoje, que não tenha indústria de imagem, é como uma casa sem espelho, não dá para saber como é sua cara ”



quistar os mercados da Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Venezuela. Os filmes brasileiros começaram a sair e aí percebeu-se que aqui neste país podia surgir uma indústria de imagem que tinha o cinema como ponta avançada.

O Brasil e os Estados Unidos - como diz García Márquez - são os dois países com mais vocação para produção de imagem documental ou ficcional. O cinema brasileiro - diz ele - devia ser tomado como modelo por toda a

América Latina.

- Eu me convenci disso. A televisão brasileira é uma prova da nossa vocação audiovisual. Não entro na questão de julgamento de valores, mas a televisão brasileira, tanto a Globo, como a Manchete ou a Bandeirantes ou o Sílvia Santos ou a Record, do Bispo, são as televisões com o maior índice de nacionalização do seu espaço nobre, o espaço de sete à meia-noite. Não tem em outro lugar, a não ser as televisões americanas, um grau de programação nacional como se tem no Brasil.

Um país, hoje, que não tenha indústria de imagem, é como uma casa sem espelho, não dá para saber como é sua cara. A falta de identidade despotencializa sua vida, seu cotidiano. O que está acontecendo com as populações, não só do Brasil como da América Latina e dos países que não levam a sério sua indústria de imagem, é que nós estamos nos despotencializando cada vez que nós estamos assistindo a filmes de uma só cultura. Aquilo passa a ser o meu modelo de vida. E isso é um perigo que nunca foi pensado mais profundamente.

O apogeu do cinema brasileiro terminou há vinte anos. Como é que ele ressuscitou ultimamente?

LCB - O problema é que nos anos 80, com a mudança do governo Geisel, as questões mais estratégicas e de interesse nacional começaram a ser desmontadas. Já era o começo das crises da implantação da globalização. Então, as indústrias nacionais, de maneira geral, e em especial as indústrias de comunicação, a indústria de imagem, começaram a ruir em todo lugar. O cinema brasileiro começou a entrar em crise, surgiram campanhas de imprensa de denúncia contra o cinema brasileiro, contra a Embrafilme, da parte de jornais importantes. Minou a opinião pública...

O próprio Paulo Francis cometeu injustiças brutais. Que tipo de serviço prestavam, a quem e por quanto? O pró-



Em 1998, mais uma produção da família Barreto, 'O que é isso, companheiro', dirigido por Bruno Barreto, concorreu na categoria de melhor filme estrangeiro

prio governo Sarney, que tinha vontade política de recosturar a questão do cinema, não conseguiu reverter a situação.

A Embrafilme continuou em decadência e o cinema brasileiro. A ponto de o Collor receber durante a sua campanha, e disso há inclusive testemunhas, uma ajuda de US\$5 milhões das companhias de cinema internacional que tinham interesses no mercado brasileiro...

Se uma produtora brasileira desse alguma contribuição financeira a um candidato à Presidência dos EUA, o responsável por ela poderia parar na cadeia lá...

LCB - Mas eles financiaram através de agentes brasileiros, empresas de distribuição e de exibição, que contribuíram para a caixa de eleição, com o compromisso de que aquele esquema de Embrafilme e Conselho Nacional de Cinema seria desmontado. Assim foi feito. Revogou-se toda a legislação e não se colocou nada.

Então o cinema entrou em colapso. De uma produção de 80 a 90 filmes por ano, passou-se a produzir 4 ou 5, de 1990 a 1993. Nesse período, o que se pôde fazer foi negociar com o próprio governo Collor uma nova legislação, que recolocasse a capacidade de produção de filmes de pé novamente. Ima-

ginou-se uma legislação, que foi enviada ao Congresso pelo Collor. Ela passou integralmente, como ele mandara ao Congresso, e voltou para a sanção dele. Ora, se ele tinha enviado aquela legislação e ela foi aprovada *ipsis literis*, sem mudança alguma, a sanção prevíamos que fosse automática... Mas ele vetou treze artigos, exatamente os que criavam condições econômico-financeiras para restabelecer a produção!

Quando o presidente Itamar assumiu, uma das primeiras coisas que ele resolveu priorizar foi o cinema. Então os treze artigos foram transformados na atual Lei do Audiovisual. O Itamar mandou para o Congresso, o Congresso aprovou, voltou, e ele sancionou direitinho. A lei entrou em vigor em 93 e foi implementada em 94...

Em 1994, 1995 e 1996, o cinema brasileiro deu respostas com uma velocidade e com um vigor muito grande, maior talvez que qualquer outro setor. Em três anos seguidos, nós tivemos três filmes nomeados para o Oscar. *Central do Brasil*, *O que é isso, companheiro* e *O quatrão* venceram prêmios em Berlim, em Veneza, começou novamente a efervescência, mostrando que o cinema brasileiro estava vivo. Nestes últimos quatro anos foram investidos no cinema bra-

sileiro 267 milhões de reais...

Com o sucesso desses filmes, quanto é que a receita federal arrecadou?

LCB - No momento que você está fazendo filmes, você está pagando impostos, salários, que são muito altos. Por conseguinte, as pessoas pagam muitos impostos. Cada filme gera, no mínimo, 150 empregos diretos e mais outros 200 indiretos. Depois, ele vai gerar imagem, para dentro e para fora do país, e, em alguns casos, também receita, receita que virá. Cada vez que você está vendendo ingresso nas bilheterias está pagando impostos municipais, estaduais, federais em cima daqueles ingressos.

O que é que a indústria cinematográfica brasileira está propondo como política industrial?

LCB - Proponho uma política pós-industrial. Acho que, ao considerarmos a solução do país como um todo, verificaremos que a indústria foi até onde podia ir. A indústria brasileira instalou-se atrasada, na primeira revolução industrial. Na segunda revolução industrial, pegou uma carona mais ou menos. Na terceira revolução industrial, perdeu o bonde.

Na indústria cinematográfica, estamos procurando encaminhar nosso projeto como uma das pontas do pós-industrial, tanto que hoje fomos à conferência do BID, levamos lá dados suficientes provando como é essa indústria, não só no Brasil como na América Latina.

Mais importante e maior até que a indústria do petróleo?

LCB - Sim, no mundo inteiro está assim. O petróleo já está batido pela cifra de negócios da indústria audiovisual. Nos EUA, hoje, 25% da pauta de exportação da balança comercial americana correspondem à indústria cultural.

Se o governo não vencer a sua própria inércia ou até previsíveis resistências externas, vocês, os industriais, po-

dem tocar esse projeto para a frente?

LCB - Não sem a presença e sem os mecanismos de fomento do governo, porque em parte nenhuma do mundo, nem mesmo nos Estados Unidos, a indústria se desenvolve sem alavancagem do Estado.

Agora mesmo, o Estado americano autorizou financiamento para a instalação de redes de cinema multiplex no mundo inteiro, para passar filme americano basicamente. Eles deixam um espaçozinho para passar um filme brasileiro, francês, espanhol, não tem problema, isso é até politicamente correto. O dinheiro está sendo emprestado a 2,5% ao ano, de juros.

Aqui seriam, no mínimo, 30%...

LCB - O que que acontece? As cadeias de cinemas, que geralmente eram de empresários locais, estão desaparecendo.

Em consequência disso, não só eles aumentam a visibilidade do filme norte-americano, como aumentam a ida de dinheiro para os Estados Unidos. Vai o dinheiro da produção, da distribuição e agora o da exibição. E tem uma entrevista do presidente da Motion Pictures dizendo: "O nosso objetivo é o domínio de cem por cento do mercado planetário."

A única perspectiva que nós temos até o momento é que o norte-americano está muito interessado em se associar a produções nacionais. E qual o porquê disso? Para que essas produções nacionais, que vão ser feitas inevitavelmente, porque a demanda é bastante grande, fiquem dentro da máquina de comercialização deles. E neste momento eu estou achando essa a melhor saída. Então nós vamos fazer filmes, tanto o quanto for possível, associados a uma máquina de comercialização americana. Não vou ter nada contra, vou procurar colocar o meu produto nacional.

Estética Brasileira

A LC Barreto Produções foi responsável pela reaproximação da indústria cinematográfica brasileira ao mercado internacional. Após um intervalo de dez anos a produtora conquistou duas indicações quase sucessivas para filmes brasileiros concorrerem ao prêmio da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood. O quatrilha, dirigido

por Fábio Barreto, foi selecionado para concorrer ao prêmio de melhor filme estrangeiro em 1996. Dois anos depois, foi a vez do longa-metragem O que é isso companheiro, dirigido por Bruno Barreto, que realizou em 1975 Dona Flor e seus dois maridos, o maior sucesso de bilheteria do cinema nacional, visto por mais de dez milhões de espectadores.

Luís Carlos Barreto assinala que hoje a tecnologia está ao alcance de todos. "Existem empresas, como a Casablanca em São Paulo, que permitem fazer filmes como o Star Wars

aqui no Brasil." Porém, ele acredita que o nosso cinema deve priorizar não os efeitos especiais e sim a temática que promova a nossa cultura e o humanismo.

Grandes sucessos, como o alcançado por Dona Flor, nos EUA e no mundo inteiro, estão, na sua opinião, associados à revelação de um comportamento particular, como a sensualidade brasileira. "Quanto mais regional, maior a possibilidade de um filme fazer sucesso no mercado externo."

(Rosângela Trolles)

A CRISE DO EMPREGO

Uma Visão Além da Economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Cod. 858575683-7

R\$ 25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Os diários inéditos da guerrilha cubana escritos por Che Guevara e Raúl Quadros são revelados ao público com todos os bastidores da revolução cubana. O livro reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O prof. Emir Sader (Uerj/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra.

Cod. 517

R\$ 30,00



A AMERIZAÇÃO (perversa) da seguridade social no Brasil

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia

Werneck Vianna

As políticas relacionadas implantadas no Brasil pela ditadura entre 1964 e 1985, revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1998. 256 págs.

Código 0156

R\$ 27,00



PRESTES

Lutas e autocríticas

Edição Comemorativa dos 100 anos de

Luiz Carlos Prestes

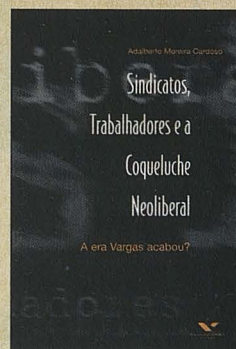
Dênis de Moraes e

Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos. 324 páginas, quatro Cadernos de Fotos (32 páginas)

Cod. 85-85756-50-0

R\$ 33,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL:

a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de relações de trabalho no Brasil, ganha consistência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos do trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

Cod. 852250265-X

R\$ 27,00

A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

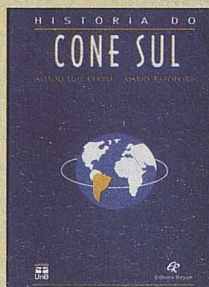
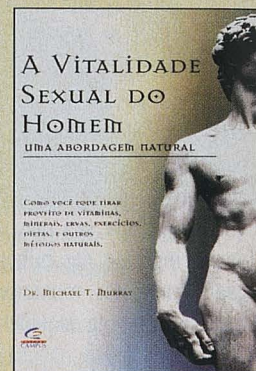
Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

O Dr. Michael T. Murray apresenta a obra com idéias baseadas em sua vasta experiência profissional. Sendo um dos mais naturopatas internacionais, Michael Murray também diagnostica os distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona a redescoberta da virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físico e a um programa de combate ao estresse. Págs.188

Cod. 20310-0

R\$ 26,00



História do Cone Sul

Organização: Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport

Coletânea de ensaios em que professores e pesquisadores expõem e analisam a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Cod. 0159

R\$ 30,00

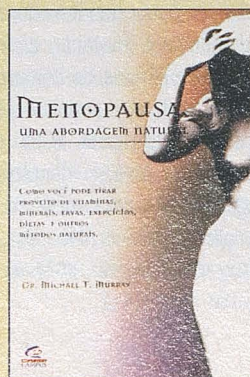
A banalização da injustiça social

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da denominação": por que uns consentem em compadecer sofrimento, enquanto outros consentem em infligir tal sofrimento. 160 páginas

Cod. 85225-0266-8

R\$ 21,00



Menopausa - Uma abordagem natural

Michael T. Murray

Como você pode tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais.

Às vésperas do século XXI, a menopausa ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como as mulheres podem adotar medidas naturais para viver melhor na época que antecede a menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. Páginas. 224

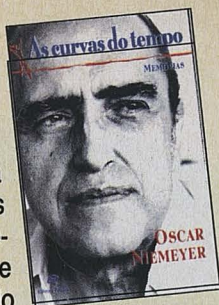
Cod. 20311-0

R\$ 28,00

As curvas do tempo

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história, dada a importância do autor e dos depoimentos que contém. 296 páginas.



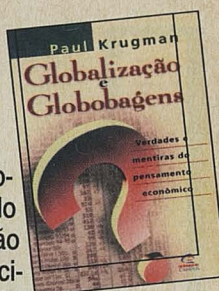
Cod. 0162

R\$ 25,00

Globalização e Globobagens

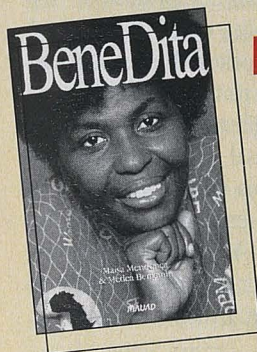
Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 págs.



Cod. 20412-1

R\$ 34,00



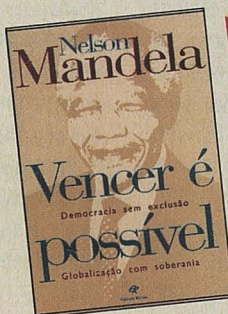
BeneDita

Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin

A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 páginas

Cod. 85-857556-44-6

R\$ 18,00



Vencer é possível

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

Nelson Mandela

Coletânea de textos de Nelson Mandela, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 págs.

Código 0148

R\$ 19,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

CEP: _____

Profissão: _____

Tel.: _____

Fax: _____

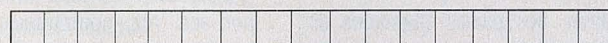
E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

() Cheque (s) nominal (is) à Editora Terceiro Mundo Ltda. em anexo

() Autorizo débito no meu cartão pelo valor de R\$ _____

Cartão Nº Validade até ____/____/____.



ACEITAMOS TODOS OS CARTOES DE CREDITO

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador _____

CÓDIGO	QUANTIDADE

VALIDADE: até durar o estoque EDIÇÃO 210

Preencha o cupom em letra de forma e o envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 / 105 e 106
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455 E-mail: caderno@ax.apc.org

Fogos e artifícios

O *superavit* primário - que exclui os juros - no primeiro trimestre de 1999 foi de R\$ 9,2 bilhões, superior em pouco mais da metade dos R\$ 6 bilhões definidos como meta trimestral do Governo no acordo com o FMI. Para chegar a resultado tão surpreendente, o Governo teve de recorrer aos cofres de estatais como a Petrobras, dos quais retirou mais de R\$ 1 bilhão; no acordo com devedores que haviam recorrido à Justiça, a Receita Federal conseguiu 2,2 bilhões, com alguma perda, é certo, mas isso se justifica, diante de uma situação emergencial; compradores de fatias do Sistema Telebrás atenderam ao apelo de FHC e anteciparam mais R\$ 2,3 bilhões que seriam pagos bem mais à frente. Outras receitas líquidas de quase R\$ 5 bilhões foram obtidas através de outras "ginásticas". Esse respiro de alívio a equipe econômica de FHC comemorou com foguetório e o colorido dos fogos de artifício da mídia.

Mais dívida externa

Para fechar o balanço de pagamentos em abril, deficitário em US\$ 2,494 bilhões, o Brasil teve de contrair mais dívida no exterior, primeiro lançando US\$ 3 bilhões em bônus da República e, depois, sacando mais US\$ 9,8 bilhões dos US\$ 31,7 bilhões que restavam dos US\$ 41,5 bilhões obtidos em função do acordo com o FMI.

Isto quer dizer que o Governo continua cobrindo os rombos externos com o recurso à conta de capital. Tal prática deverá continuar, até quando não se sabe com exatidão, mas certamente é um círculo que só se fechará a partir do momento em que a conta-corrente do balanço de pagamentos passar a ser *superavitária*. Fechado o balanço, o país acrescentou mais US\$ 12,8 bilhões ao estoque da sua dívida externa.

Desconfiança

Em seu relatório anual, concluído em março e divulgado no começo de maio último, a agência classificadora de risco de crédito Mood's manteve a nota B2 para a dívida externa brasileira, por reconhecer que há uma pequena chance de ser paga a longo prazo.

No entanto, a agência nega melhoria dos indicadores econômicos que o governo divulgou recentemente, e destaca "a alta vulnerabilidade do país a mudanças repentinas na confiança dos investidores e a continuação da dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro".

Conjuntura

Ainda se fazem ausentes do atual cenário macroeconômico do Brasil indicadores que justifiquem projeções otimistas de curto e médio prazos para a retomada do crescimento em bases sustentáveis.

O Governo continua apegado à falsa estabilidade monetária atrelada à recessão induzida pela compressão dos salários, pelo desemprego, pelas altas taxas de juros, pelas importações de produtos de consumo corrente e ainda pelo câmbio como variável de política monetária.

A orientação do FMI sugere a retomada do crescimento puxado pelas exportações, numa conjuntura mundial que pouco promete além de incertezas quanto ao desempenho das economias centrais e protecionismos combinados com maior agressividade na conquista de mercados, tendência que se manifesta, também, nos países chamados de novos industrializados que ainda não emergiram completamente da crise que os têm fustigado severamente.

Final, todos - inclusive os EUA - perseguem o equilíbrio de seus balan-

ços de pagamento. Só em abril é que se registrou o primeiro *superavit* do ano, de apenas US\$ 30 milhões. No quadri-mestre janeiro-abril, portanto, o *deficit* foi de US\$ 785 milhões.

Feitas as projeções numa linha de maior realismo, concluiu-se que, de US\$ 11 bilhões, até dezembro, o saldo comercial do país deverá situar-se entre US\$ 2 bilhões e US\$ 5 bilhões. A meta proposta pelo FMI só poderia ser alcançada se, a partir de maio e nos sete meses subsequentes, fosse possível *superavit* mensal de US\$ 1,4 bilhão. Considerados os últimos 12 meses até abril, o *deficit* em conta corrente chegou a US\$ 33,4 bilhões, que o Governo pretende reduzir a US\$ 20 bilhões ao longo deste ano. Difícil.

Desemprego maior

O recorde histórico de desemprego em março último (19,9% da população economicamente ativa - PEA) ficou com São Paulo, conforme dados do Seade/Dieese. O total de desempregados na Grande São Paulo era, até o fim de março, de 1,726 milhão de pessoas.

Já os índices de desemprego no Brasil chegaram a 7,51% em fevereiro passado e a 8,15 em março, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE.

No primeiro trimestre, a média ficou em 7,79%. Os setores mais afetados foram a construção civil (10,14%) e a indústria (8,64%). No comércio, a taxa subiu de 8,18% no primeiro trimestre de 1998 para 8,25 em igual período de 1999 e de 5,96 para 6,08 no setor serviços.

A massa de salários na indústria, por sua vez, contraiu-se 2,3% entre janeiro e fevereiro de 1999, em consequência não apenas da elevação dos índices de desemprego, mas também porque os trabalhadores que mantiveram os seus empregos passaram a ga-

"Este país teve, nos últimos anos, uma mentalidade excessivamente neoliberal, voltada para o mercado financeiro. Qual é a alocação de recursos? Levando em conta que, por trás dessas decisões, existem as pessoas, só se vai encontrar a saída pelo caminho da produção. Também queremos isso com estabilidade. Mas a estabilidade não é o fim, é um meio."

Horácio Piva, presidente da Fiesp

nhar
menos a
partir de janeiro deste
ano, acentuando a tendência já mani-
festada nos últimos meses do ano pas-
sado.

Juros e crescimento

O Banco Central reduziu mais uma vez a taxa de juros, agora para 23,50%, e promete levá-la a 10% até dezembro, mas esse propósito ainda encontra os seus limites na necessidade que o país tem de atrair capitais de curto prazo para financiar os *deficits* na conta corrente do balanço de pagamento. Sem dúvida, a taxa de 23,50 a.a. continua sendo um estímulo à entrada desses recursos, ao mesmo tempo em que contribui para o crescimento menor da dívida e do *deficit* públicos..

Claro que não basta a redução dos juros em si para os empresários se sentirem estimulados a investir. Nem parece ser este o objetivo do Governo, pelo menos no momento. Para isso, será preciso que se defina uma política de crédito que assegure oferta de recursos adequada às necessidades dos investimentos das empresas.

Mas, se o Governo estiver, de fato, preocupado com a volta do crescimento, fase de transição para a retomada do desenvolvimento efetivo, será imperativo um novo padrão de financiamento do crescimento, baseado fundamentalmente na poupança interna.

Desenvolvimento

A polêmica entre adeptos do desenvolvimento, de um lado, e, de outro,

os defen-
sores da "estabili-
dade" surge e tem se desenvolvido até aqui apenas na intimidade do governo. Vez por outra, opiniões de líderes empresariais expressivos no setor industrial, que não parecem, contudo, estar sendo levadas na devida conta.

Pelo que se discutiu no 11º Fórum Nacional, recentemente realizado no Rio, a tese da "estabilidade", do ministro Pedro Malan, marcou mais pontos que a do desenvolvimento.

Malan associa desenvolvimento a inflação e critica as políticas dos últimos 50 anos, quando o Estado liderou os investimentos em infra-estrutura via empresas como Petrobras, Eletrobrás, Telebrás, Petroquisa, Vale do Rio Doce

- pilares do desenvolvimento até os anos 70, até na área tecnológica.

Todas elas criaram centros de pesquisa, nos quais desenvolveram tecnologias sofisticadas, de que são exemplos a Petrobras com a perfuração de poços em águas profundas, e a Telebrás, no desenvolvimento de fibras ópticas até chegar à fronteira do amplificador ótico no seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento), hoje transformado em centro de treinamento de vendas.

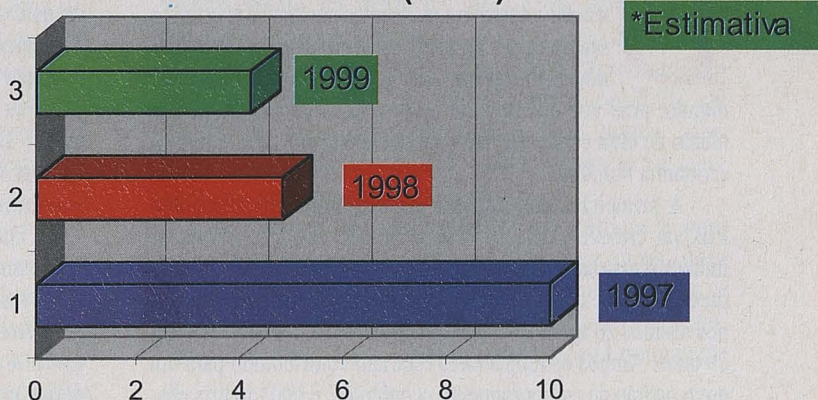
A ordem é privatizar

O vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, Javed Burki, deu a ordem: "O Brasil possui sistema financeiro muito forte, mas também muitos bancos públicos. Tem que privatizá-los."

Burki lembrou que o país é dono de duas "jóias da coroa" (a Petrobras e o Banco do Brasil) que o Governo insiste em não privatizar.

EXPANSÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL

1997 1998 1999* (Em %)



As projeções para o comércio mundial em 1999 são de pequeno declínio em relação ao ano passado, em consequência da crise nos países do Sudeste Asiático, que acabou por se estender à América do Sul e ao Brasil, em particular

A galope na crise

Presidente do
FED aponta para
próximo fim do
ciclo de ouro
norte-americano

Álvaro Queiroz



Greenspan: crise externa
vem ajudando os EUA

Duas visões diferentes sobre a performance da economia dos Estados Unidos na reta final do milênio dominam os debates nos meios técnicos e empresariais daquele país e aguçam as atenções dos economistas em quase todas as partes do mundo, uma vez que se trata de projeções para o comportamento de uma economia nacional que ainda é o carro-chefe da economia mundial.

A primeira visão, otimista, parte da estimativa de que o PIB vai crescer 3,9% em 1999 e no ano 2000, repetindo os índices registrados em 1997 e 1998. Tal otimismo se baseia no pressuposto de que a inflação de 1% no ano passado é a menor nos últimos 20 anos, e o desemprego de 4,2%, o mais baixo em 29 anos. Ambos os indicadores estariam contribuindo para um novo padrão de comportamento econômico, o que tornaria possível por muito tempo a manutenção constante de um crescimento vigoroso sem ameaças de inflação.

A visão otimista mais prudente converge com a primeira apenas na constatação da convivência de um crescimento contínuo por longo período com baixos índices de inflação.

Novos fatores, segundo esta corrente de analistas, afetam as bases desse crescimento, destacando-se o limite quantitativo do qual se aproxima o mercado de mão-de-obra, diante de um mercado de trabalho ainda em expansão. Hoje, as indústrias não encontram desempregados na medida das necessidades de aumento da produção para atender a uma demanda maior. Esta é a principal preocupação do presidente do Federal Reserve Bank (FED), Alan Greenspan, não obstante o otimismo do FED, expresso em seu mais recente relatório.

Dias antes da divulgação do documento do FED, o Departamento de Comércio divulgara dados sobre o aumento da renda, do consumo e da oferta de empregos. Os dois primeiros indicadores revelaram, em março, incremento de 0,4%. A renda pessoal, em salários, benefícios de aposentadorias e pensões e rendimentos provenientes de aplicações financeiras aumentou 0,6% em janeiro de 1999 e 0,5% em fevereiro. O aumento foi menor 0,1% em fevereiro e 0,2% em março, tomado como base o mês de fevereiro (0,6%).

A expansão da renda proveniente dos empregos no setor privado em março (US\$ 8,8 bilhões) foi considerada mo-

desta, uma vez que no mês anterior o incremento fora de US\$ 22,1 bi. O dispêndio dos consumidores em fevereiro se elevou 0,8% e, a despeito de a demanda não ter se expandido tanto em março, a taxa de poupança chegou ao nível mais baixo desde os anos 20. Os saques aumentaram de US\$ 19,4 bilhões em janeiro para US\$ 37,3 bilhões em fevereiro, recuando para US\$ 36,1 bilhões em março.

Com a subida do valor das ações em índices recordes, os aplicadores em bolsa vêem o seu capital avolumar-se, mas eles têm preferido gastar ou endividar-se a poupar. Além disso, as baixas taxas de inflação e as primeiras devoluções de impostos pagos a mais acentuaram a propensão a consumir.

Os dispêndios dos americanos, hoje, representam dois terços do PIB dos Estados Unidos e seu aumento vem se registrando a um ritmo de 4,5% ao ano. Eis uma das razões pelas quais o atual ciclo de expansão da economia americana - o mais longo do país em tempo de paz - entra no seu oitavo ano.

Longe de ser motivo de otimismo, a propensão a consumir vem despertando em analistas menos imprudentes certa cautela, até porque parte significativa da poupança financeira, de uns anos para cá, tem tido suas origens em aplicações também nos mercados financeiros e de bolsa dos chamados países emergentes.

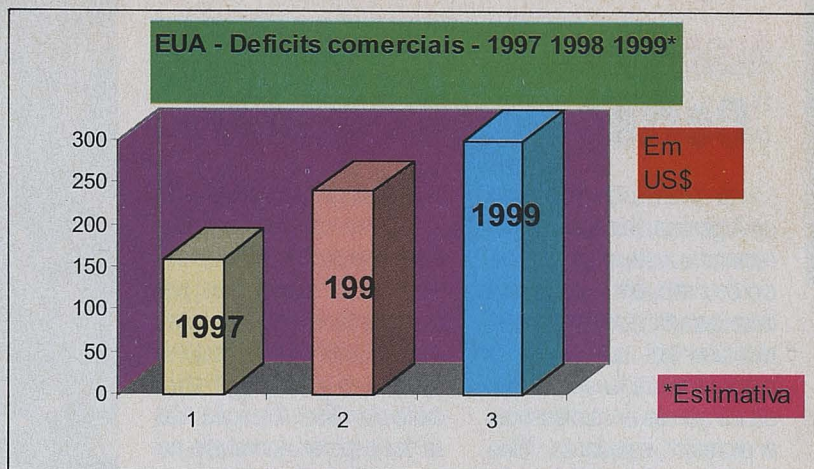
Com as crises financeiras e cambiais que ainda fustigam os países em desenvolvimento (ou mercados emergentes), os recursos de aplicadores das economias centrais, particularmente dos Estados Unidos, foram repatriados em massa, depois de incorporadas remunerações que variaram de mais de 50%, no Brasil, a 150% na Rússia.

Os países que se endividaram e viram os seus *deficits* se agravarem seguramente não voltarão a praticar juros estratosféricos com o objetivo de atrair novamente capitais voláteis e assim virem agravar-se mais ainda os processos de endividamento, tanto interno, quanto externo.

Greenspan adverte

Em discurso que proferiu recentemente diante de uma seleta platéia, o presidente do FED, Alan Greenspan, advertiu que se os desequilíbrios na expansão econômica dos EUA não forem corrigidos, esse longo período de crescimento a taxas elevadas e com baixos índices de inflação brevemente chegará ao fim.

Ele lembrou que a demanda dos americanos por produtos importados, a preços mais baixos, principalmente dos países que desvalorizaram as moedas na



Os Estados Unidos acumulam deficits comerciais muito altos, o que é insustentável a médio prazo, segundo Greenspan

crise, serviu para manter a inflação em níveis inexpressivos durante período de significativo aumento do PIB. Em algum momento, sublinhou, as condições do mercado de trabalho podem se tornar tão apertadas que o aumento dos salários nominais começará a se adiantar cada vez mais em relação aos ganhos de produtividade, e os preços, inevitavelmente, começarão a subir.

E concluiu com nova advertência sobre o inconveniente, para o resto do mundo, de esperar pelo constante crescimento forte da economia americana com baixos índices de inflação.

O *deficit* comercial, que declinava, voltou a evoluir, chegando a US\$ 160 bilhões em 1997; aumentou para US\$ 240 bilhões em 1998 e deverá atingir os US\$ 300 bilhões até dezembro próximo. Greenspan destacou, ainda, que há limites temporais para as dimensões do *deficit* comercial que um país é capaz de suportar.

O Índice de Preços ao Consumidor, segundo o Departamento do Trabalho americano, atingiu 0,7% em abril, contra apenas 0,4% previsto pelo mercado, o que significa o maior salto inflacionário desde outubro de 1990. Se se levar em conta a inflação de 0,2% em março último, o índice de abril é, sem dúvida, altamente preocupante, embora esteja ligado ao recente aumento de preços dos combustíveis.

Se a alta da inflação definir uma tendência, é bem provável que o FED cogite de elevar os juros, para deter um pouco a maré consumista e, com isso, frear a inflação. Isso terá reflexos na produção e no emprego. Por outra parte, o aumento dos juros atrairá poupanças de outras procedências.

Contra a inflação, o Governo americano continuará facilitando a importação de bens de consumo a preços cada vez mais baixos, notadamente de países em desenvolvimento, que verão afetadas as receitas de exportação.

Argentina

Cortes orçamentários

A ministra da Educação da Argentina, Susana Decibe, renunciou a seu cargo, no início de maio, em meio a uma crise gerada pelo corte orçamentário em sua pasta. O corte desencadeou uma onda de greves de professores e protestos estudantis. "Não posso apoiar esta decisão do meu governo, não me resta outra alternativa", afirmou Decibe, que foi substituída pelo vice-ministro Manuel García Sola. Ela tinha advertido o presidente Carlos Menem de que o corte era visto pela população como mais um sinal negativo de seu governo.

Por recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Menem reduziu gastos em 1,4 bilhões de dólares, dos quais 280 milhões correspondiam a verbas destinadas ao Ministério da Educação.

A redução gerou protestos de professores, intelectuais e dirigentes políticos.

O escritor Ernesto Sá-

bato manifestou-se "horrorizado" pelo ajuste, que impedirá a construção de escolas, a qualificação de professores e o incentivo à atividade científica. A reação não se fez esperar, sobretudo no setor universitário, onde o corte será de 100 milhões de dólares.

Menem tentou minimizar o problema, ao declarar que "não se trata de um corte, mas de uma reprogramação de verbas", mas o reitor da Universidade de Buenos Aires, Oscar Shuberoff, advertiu que, se o corte for efetivado, a instituição, freqüentada por 200 mil alunos, deverá fechar suas portas a partir de 1º de outubro.

Os estudantes da Universidade de Buenos Aires, cujo orçamento sofrerá um corte de 17 milhões, apresentaram na justiça um recurso contra o decreto presidencial,



Professores, intelectuais e dirigentes políticos foram às ruas protestar contra o ajuste, que impedirá a construção de escolas, a qualificação de professores e o incentivo à atividade científica (AFP)

que determinou as reduções no orçamento deste ano. Os professores, por sua parte, organizaram greves frente ao Congresso, exigindo uma lei que assegure fundos para a educação pública.

Uma lei de 1998 criou um imposto para a compra de automóveis e embarcações, através do qual o governo previa arrecadar 700 milhões de dólares anuais para a educação. Mas, até agora, só se conseguiu juntar 40 milhões e Menem vetou a

cláusula que exigia do Estado assegurar o valor total, caso não se conseguisse arrecadar a quantia fixada.

Os cortes orçamentários prejudicaram também os ministérios da Saúde (39 milhões de dólares), Economia, Interior, Meio Ambiente e a Previdência, assim como o funcionamento do Estado em geral.

Mas as verbas "de uso sigiloso" do governo, que têm sido muito questionadas, não foram atingidas pelos cortes.



Eleito por 73,8% dos argelinos, Abdelaziz Buteflika foi declarado, em abril, presidente da República, o sexto desde a independência do país da França, em 1965, e o primeiro civil a ocupar o cargo. Os outros candidatos, que se retiraram da disputa, alegaram que as eleições foram fraudulentas e que o atual presidente foi eleito com apoio unicamente do Exército. (AFP)



O vice-presidente na chapa de Nelson Mandela e presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Thabo Mbeki, saudou os seus correligionários em 3 de junho, após ter sido confirmada a sua vitória nas segundas eleições multirraciais da história do país. O seu partido obteve quase 2/3 dos votos, consagrando a liderança de Mandela, que decidiu abandonar a vida política (AFP)

África

Carência alimentar

A FAO advertiu que 17 países da África subsaariana estão em situação de emergência pela falta de alimentos, quatro países a mais que em 1998. Muitos deles tiveram a situação agravada por guerras civis.

As más condições climáticas pioraram a situação de Angola, Eritreia, Etiópia, Guiné Bissau, Serra Leoa e a região dos Grandes Lagos. Angola é o país mais atingido pela guerra civil, e o panorama alimentar para este ano é "completamente desolador", segundo a FAO, devido à luta entre o governo e os rebeldes da Unita, que se reiniciou em dezembro, assim que começou a época da colheita.

"Há informações sobre o sistemático despovoamento do campo em Angola", afirma um relatório da organização internacional. Ela estima que a produção agrícola angolana cairá este ano e o país necessitará de ajuda alimentar.

Na Somália, seis colheitas fracas consecutivas agravadas pela guerra civil provocaram mortes por inanição e contribuíram para a propagação da desnutrição. A situação alimentar ainda vai se agravar devido à má colheita de 1998/99.

O sul do Sudão vive uma situação precária. Quase 2,4 milhões de pessoas necessitam com urgência de alimentos devido ao conflito militar.

Guatemala

Contra a impunidade

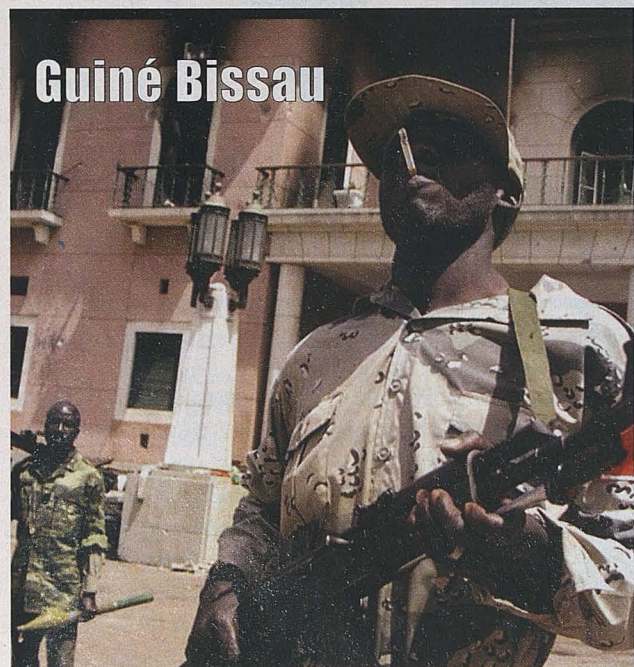
Organizações de direitos humanos da Guatemala estão exigindo do governo a investigação dos crimes cometidos na década de 80 por esquadrões da morte vinculados ao exército guatemalteco. A demanda está baseada num relatório interno do exército que apresenta os nomes de 183 pessoas desaparecidas entre agosto de 1983 e março de 1985, recentemente divulgado.

O documento, obtido por organizações não governamentais dos Estados Unidos, é a primeira evidência específica de crimes do Estado contra indivíduos e provém dos

próprios arquivos militares, segundo a organização não governamental Human Rights Watch.

Outra ONG norte-americana, a NSA, formada por jornalistas que pesquisam documentos sigilosos de política exterior dos EUA, afirmou que se trata de um "diário militar interno", conseguido dois dias antes da Comissão Verdade, publicar relatório sobre a repressão ilegal na Guatemala. O documento lista os nomes dos desaparecidos dos grupos guerrilheiros da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

A maioria dos estudantes, dirigentes sindicais e professores universitários citados no documento foram assassinados. Mais de 200 mil pessoas perderam a vida durante a guerra civil.



Guiné Bissau
Tropas do exército, lideradas pelo ex-chefe do Exército, Ansumane Mané, derrubaram em 7 de maio o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo ("Nino") Vieira, que solicitou asilo em Portugal. Os rebeldes nomearam para encabeçar o que chamam de "governo civil de transição" o primeiro-ministro de Vieira, Francisco Fadul, e prometeram respeitar o resultado das eleições gerais que ele deve convocar. AFP

Colômbia

Avançam as negociações

Na zona selvática de La Machaca, Departamento de Caquetá, os representantes do governo colombiano e da guerrilha reiniciaram a 6 de maio as complexas negociações que vêm realizando para uma solução pacífica da guerra que já supera os 40 anos e sacrificou milhares de vidas. No comunicado final do encontro foi publicada uma nota em que se destaca: "Estamos seguros de que, com a vontade política expressa pelas partes de resolver o conflito social e armado, assim como o decisivo diálogo ocorrido entre o senhor presidente da República Andrés Pastrana e o Comandante em Chefe das Farc-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército Popular, Manuel Marulanda, "Tiro Certeiro") temos logrado avançar de maneira positiva na consecução de uma paz verdadeira e estável". (Ver matéria na edição 209 de **cadernos**.)

No diálogo foi estabelecida uma extensa "agenda comum para a transformação, visando uma nova Colômbia". Entre os pontos da agenda incluem-se: proteção dos direitos humanos como responsabilidade do Estado, revisão do modelo de desenvolvimento econômico e democratização do crédito.

Uruguai

União dos conservadores

Seguindo a nova Constituição da República, modificada em dezembro de 1996, o Uruguai acaba de eleger seus candidatos para a eleição presidencial de 31 de outubro deste ano. Se nenhum deles obtiver mais de 50% dos votos, se efetuará, em 28 de novembro, um segundo turno entre os dois mais votados.

Das eleições internas, realizadas em 25 de abril passado - nas quais estavam autorizados a votar todos os eleitores uruguaios, não somente os filiados aos partidos em disputa - surgiram os quatro principais candidatos à presidência da República. Pelo Partido Colorado, atual partido do governo, Jorge Battle (político e filho de um ex-presidente) foi o mais votado; o Partido Nacional será representado por Luis Alberto Lacalle (ex-presidente, entre 1990 e 1995); o Encontro

Progresista - Frente Ampla, por Tabaré Vázquez (ex-prefeito de Montevideu durante o período de 90 a 95); e, pelo Novo Espaço, foi eleito o senador Rafael Michelini (filho de Zelmar Michelini, parlamentar fundador da Frente Ampla, assassinado em Buenos Aires pela ditadura uruguaia).

Foram eleitos, também, os integrantes das Convenções (Nacionais e Departamentais) dos quatro partidos com representação no Congresso. A Convenção Nacional de cada partido deverá eleger ou ratificar os candidatos à vice-presidência, que comporão a chapa presidencial, e terá a responsabilidade de elaborar o programa de governo. Já a Convenção Departamental elegerá o aspirante a prefeito e seu programa, em cada departamento, para as eleições municipais, que serão efetuadas em 14 de maio de

2000. Na Constituição anterior, quando vigorava a subleijenda, os partidos políticos podiam apresentar vários candidatos à Presidência da República. Os votos de cada um deles se somavam à legenda partidária. Da legenda e da candidatura mais votadas, surgia o novo presidente. Além disso, as eleições municipais coincidiam com as nacionais.

A mudança da Constituição, realizada através de um plebiscito, em 8 de dezembro de 1996, obteve uma maioria de apenas 51,2% (o voto era obrigatório e defenderam as mudanças o Partido Colorado, o Partido Nacional e o Novo Espaço e,

se pronunciou contra somente o Encontro Progresista-Frente Ampla).

A suspeita de que a implantação de um segundo turno por primera vez na história do Uruguai serviria para impedir uma futura vitória da esquerda ficou confirmada após as eleições internas. As principais figuras dos partidos tradicionais, entre eles o atual presidente Julio María Sanguinetti, anunciaram que, em um possível segundo turno entre um desses partidos e a Frente Ampla, se uniriam para derrotar o Doutor Tabaré Vázquez, que lidera todas as pesquisas de opinião pública.



Tabaré Vázquez, candidato da Frente Ampla, lidera as pesquisas (Foto: Beatriz Bissio)

Venezuela

Os cem dias de Chavez

Nos primeiros cem dias de Governo, o novo presidente venezuelano, Hugo Chávez, conseguiu multiplicar por cinco a arrecadação alfandegária no maior porto do país.

Este é apenas um dos resultados dos três primeiros meses de Governo.

Seu projeto, "Bolívar 2000", iniciado no dia seguinte da posse, já apresenta os primeiros resultados: reconstrução de quase mil hospitais públicos e mais de 150 escolas, recuperação de autoestradas e estradas vicinais. E, além disso, centenas de milhares de consul-

tas médicas e 5.500 cirurgias de emergência feitas na área de Saúde. Este trabalho está sendo possível porque o presidente Chávez deslocou as Forças Armadas para as ruas, uma medida que está causando muita polêmica. (Ver edição nº 209 "O furacão Chávez"). O novo presidente, ao responder as críticas oposicionistas, disse: "Não vamos copiar ninguém. Nem o capitalismo

selvagem, nem o liberalismo, nem o comunismo. Buscaremos a nossa própria identidade".

Nessa busca de identidade, Chávez assumiu a responsabilidade de reduzir o orçamento de 1999 no equivalente a 1,5% do PIB, mas ao mesmo tempo aumentou o salário-mínimo em 20% e fez uma mini-reforma administrativa, diminuindo o número de ministérios.

Comunidade Andina

Alto índice de pobreza

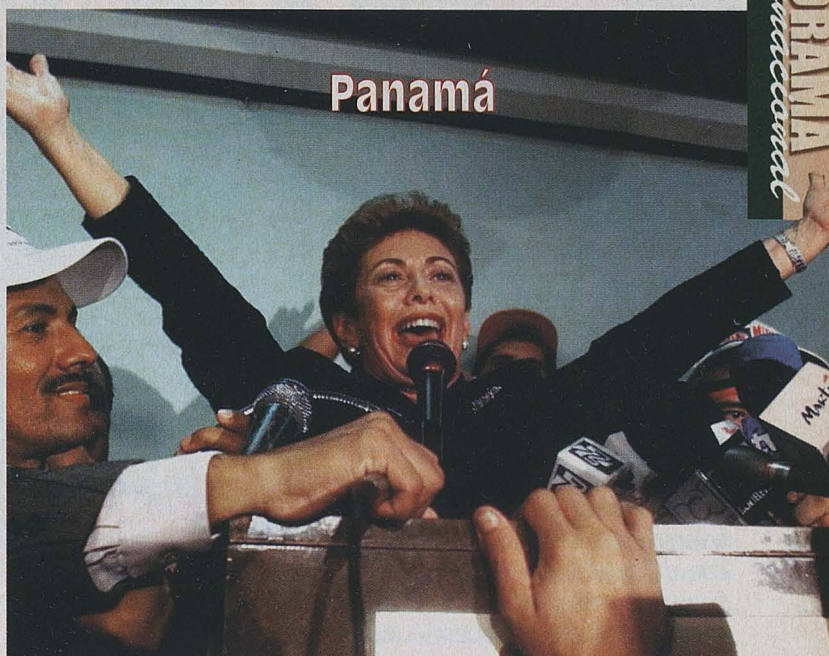
A Comunidade Andina, que está completando 30 anos, parece estar conformada com o atraso do diálogo com o Mercosul sobre a constituição de uma futura zona de livre comércio entre ambos os blocos. As negociações têm avançado exclusivamente com o Brasil.

A dificuldade deriva das consideráveis discrepâncias acerca do estabelecimento de uma política tarifária comum, apesar do interesse do Brasil em criar um gigantesco mercado único que inclua toda a América do Sul. Na reunião de março passado, os demais países do Mercosul autorizaram o Brasil a prosseguir as conversações com vistas a instituir acordos bilaterais com os membros do bloco andino: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

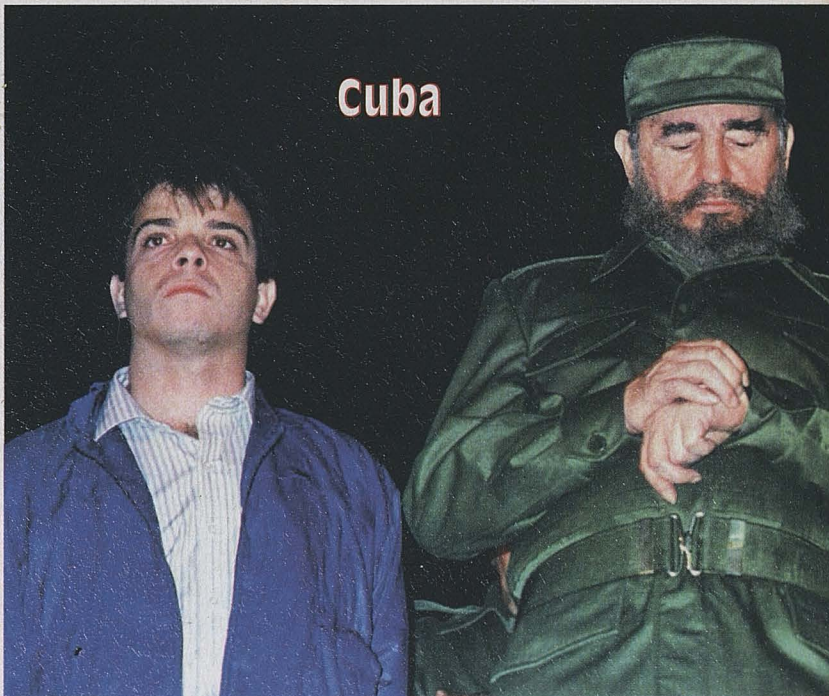
Nas negociações realizadas nos dias 15 e 16 de maio estabeleceram-se acordos sobre 75% dos produtos em negociação. Um dos temas mais difíceis é o que diz respeito à indústria automotriz, pois os países andinos não se sentem capazes de competir com a indústria brasileira.

O diretor da CAN, Víctor Rico, disse não saber o que acontecerá com a Argentina - segundo sócio natural do Mercosul - depois de 30 de junho, quando expiram os acordos comerciais com o Bloco Andino. É provável que o acordo seja estendido até o dia 31 de dezembro. A integração dos países andinos tem obtido resultados positivos em muitos terrenos. O comércio intrarregional passou de 1,3 milhão de dólares em 1990 para 5,3 milhões em 1998. E serviu para atenuar o impacto na economia dos países do bloco do fenômeno El Niño, da crise asiática e da queda dos preços do petróleo e vários minerais. Mas a integração continua se mostrando incapaz de resolver o problema da pobreza.

A CAN é um bloco de 104 milhões de habitantes, com um PIB de quase 282 milhões de dólares e uma extensão que supera uma vez e meia o território da União Européia. Porém, segundo Diego García Sayan, diretor executivo da Comissão Andina de Juristas, o incremento do PIB e do comércio andino "não deve fazer perder de vista que a pobreza é ainda um problema estrutural, cuja solução constitui o desafio mais importante que tem diante de si a Comunidade Andina". De acordo com o Banco Mundial, 70% da população da Bolívia, 54% dos peruanos, 39% dos venezuelanos, 35% dos equatorianos e 17,7% da população da Colômbia vive na pobreza.



Mireya Moscoso, da coalizão opositorista Unión por Panamá, foi eleita presidente do país, em 4 de maio, com 44,8% dos votos. O segundo colocado foi Martín Torrijos, filho do general Omar Torrijos, que lutou pela entrega do canal do Panamá aos Estados Unidos. No dia 31 de dezembro, os EUA deverão entregar aos panamenhos o controle total do canal, que arrecada anualmente 2 bilhões de dólares. Em 1968, Omar Torrijos deu um golpe de Estado, 11 dias após Arnuldo Fariás, pai de Mireya, assumir o poder. (AFP)



Fidel Castro nomeou, em maio, um novo ministro das relações exteriores, Felipe Pérez Roque, de 34 anos, que substituiu Roberto Robaina, que há seis anos dirigia a diplomacia do país. Pérez Roque, que é formado em Matemática e pertence ao Conselho de Estado de 31 membros desde o ano passado, é o primeiro-ministro cubano que nasceu depois da Revolução Cubana, há 40 anos. (AFP)

Equador/Perú

Selada a paz

Os presidentes Jamil Mahuad, do Equador, e Alberto Fujimori, do Peru, formalizaram em maio a demarcação da nova fronteira, na região da cordilheira do Condor, que manteve os dois países em luta durante um século e meio. O conflito foi herança de imprecisões jurisdicionais durante o domínio colonial espanhol. Desde que o Equador, em 1820, e Peru, em 1821, nasceram como repúblicas independentes, disputam a posse e a soberania de quase 150 mil quilômetros de floresta.

Mahuad e Fujimori assinaram a ata de fixação dos

últimos marcos, para completar a linha da fronteira, não concluída desde que se interrompeu sua instalação, em 1951. A cerimônia foi celebrada frente ao marco fronteiro situado perto da confluência dos rios Yaupi e Santiago, na cordilheira que foi cenário das guerras de 1981 e 1995.

Ambos mandatários tiveram que superar a oposição de alguns setores, e tensões militares que pareciam destinadas a desembocar em golpes de Estado.

Em outubro, quando se oficializou o acordo de paz, morreram cinco pessoas nos violentos protestos de rua registrados em Iquitos, a

mais importante cidade da região amazônica peruana. Outras 30 ficaram feridas e vários edifícios foram incendiados.

No resto do Peru, também houve manifestações de rua em rejeição ao acordo de paz, em especial contra a entrega, ao Equador, de um quilômetro quadrado em Tiwinza, última fortificação da resistência dos soldados equatorianos na guerra de 1995. Diversos setores políticos opositores afirmam que tratarão de anular o acordo quando Fujimori deixar o governo, no ano 2000.

A eles Fujimori responde que isso não é possível, já que eles têm caráter obrigatório. "Esses acordos são tão irreversíveis como a colocação dos marcos", afirmou. O governo peruano esclama-

rece, ainda, que ao negociar o futuro de Tiwinza não houve concessão de território, mas a transferência de uma pequena região que permanecerá sob soberania peruana e que só poderá ser utilizada como santuário da paz. A oposição também rejeita o Acordo de Livre Comércio, assinado junto com a ata de Brasília, que reconhece ao Equador o direito de livre navegação pelos rios amazônicos e a instalação de centros comerciais equatorianos nos portos fluviais de Sarimiriza e Pebas.

O acordo inclui a criação, no cenário da guerra de 1995, de dois parques nacionais contíguos, convertidos em santuários ecológicos, sob a soberania de seus respectivos países, porém desmilitarizados.



Romênia

João Paulo II, 78 anos, e o patriarca Teoctisto, 84 anos, líder máximo da Igreja Ortodoxa Romena, oraram lado a lado, num gesto de reaproximação das duas Igrejas, separadas desde o cisma de 1054. A viagem do papa à Romênia foi resultado de anos de negociações entre as duas Igrejas. João Paulo II pediu a unidade de todos os cristãos e a restituição aos católicos de bens expropriados pelo regime comunista (AFP)

Água

O problema do abastecimento da água preocupa muitos governos e entidades nacionais e internacionais. Segundo dados recentemente divulgados 500 milhões de pessoas enfrentam a falta d'água e três bilhões - metade da população mundial - não dispõem de serviços de saneamento.

Por enfrentar essa situação, devem ser investidos nos próximos anos 800 bilhões de dólares, 90% pelos governos locais e 10% pelas entidades internacionais. Ou seja, na prática, o problema não será solucionado.

Timor Leste



Os timorenses decidirão se querem a autonomia, sob domínio da Indonésia, ou a independência, através de um plebiscito, inicialmente marcado para dia 8 de agosto, no acordo negociado pela ONU e assinado pelo secretário-geral da Organização e os chanceleres da Indonésia e de Portugal, ex-metrópole colonial de Timor Leste (foto). O principal empecilho à realização da consulta nessa data é a oposição de Wiranto, chefe do Exército indonésio, que inconformado com o rumo da negociação, estimula os grupos paramilitares pro-Indonésia a cometer atos de violência (AFP)

ONU

Não à pena de morte

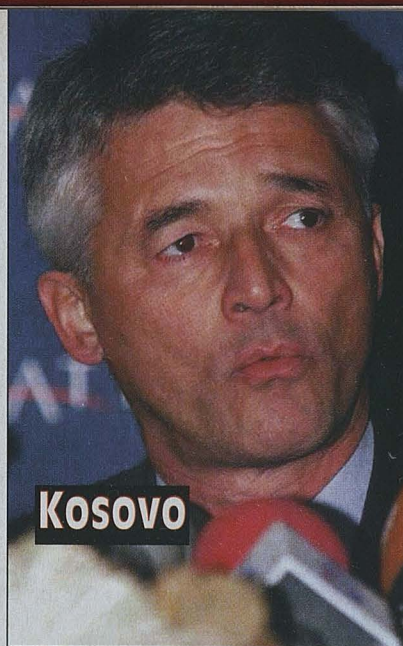
Os promotores da campanha internacional pela abolição da pena de morte estão otimistas. "A tendência para a abolição já é irreversível", avaliou o italiano Sergio d'Elia, secretário da organização Não Imitem Caim (Hands off Cain), uma associação de personalidades internacionais que defende a eliminação da pena capital. A campanha se iniciou em 1993, quando "nos consideravam um clube de sonhadores", lembrou D'Elia. Atualmente os países abolicionistas somam 60 e pertencem a todas as regiões do mundo. Outros 15 Estados limitam a abolição da pena capital apenas a delitos comuns, e 27 a suprimiram de fato.

Ao grupo se somam sete países que se comprometeram a eliminar essa pena de sua legislação para assegurar seu ingresso no Conselho da Europa, enquanto que outros quatro (Argélia, Kirguistão, Malawi e Turcomenistão) mantêm a pena,

porém declararam moratória das execuções. A composição do bloco de 72 estados opositores à abolição é heterogênea. Figuram os Estados Unidos e o Japão junto à China, Índia, Cuba e a República Federal da Iugoslávia, além da maioria dos países de religião islâmica e dos caribenhos de língua inglesa.

Os avanços internacionais se refletiram na exclusão da pena de morte nos tribunais especiais previstos pelo Conselho de Segurança da ONU para os delitos cometidos na ex-Iugoslávia e em Ruanda. Tampouco se incorporou a pena capital no estatuto do Tribunal Penal Internacional para os delitos contra a humanidade que foi discutido em 1998 em Roma.

A abolição da pena de morte "é a última meta do século XX, ponto de encontro de diferentes civilizações", afirma o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos.



Kosovo

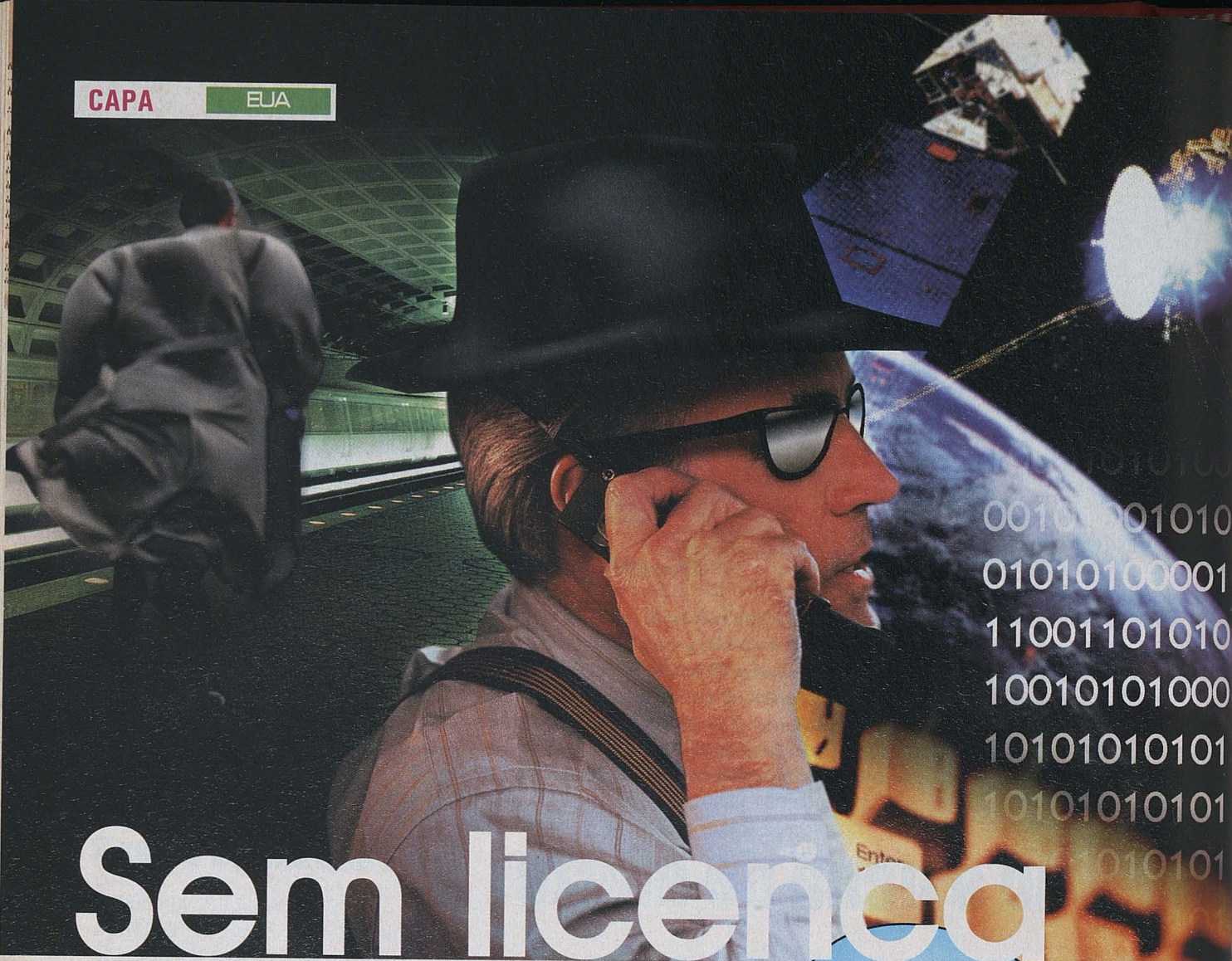
Sérgio Vieira de Mello, sub-secretário-geral das Nações Unidas, comandou, em maio, a missão para avaliar as necessidades humanitárias da população civil, derivadas dos bombardeios da aliança atlântica sobre a Iugoslávia. A missão foi a primeira a entrar em Kosovo desde a retirada de funcionários da ONU. (AFP)

Iugoslávia

Finalmente a paz ?

O processo de paz em curso na Iugoslávia não pode ser considerado uma vitória militar da Otan nem uma derrota dos sérvios. Ao contrário, é uma advertência às grandes potências de que nem tudo é possível pela força das armas.

O gigantesco ataque aéreo no qual participam mais de 800 aviões de alta tecnologia deveria resultar na rendição de Belgrado em um prazo de poucas semanas, segundo previsões do Pentágono. Ao preço de mais de quase dois mil mortos, milhares de feridos e perdas materiais gigantescas, avaliadas em mais de cem bilhões de dólares, os sérvios deram uma exemplar lição de resistência e defesa de sua soberania. Foi a diplomacia - sobretudo as iniciativas dos países do G-7 e russas e a oposição nos governos europeus engajados na guerra - que fez avançar o processo de paz.



Sem licença para espionar

De uma estação norte-americana, a 250 quilômetros de Washington, são controladas as comunicações do Brasil, enquanto outras estações vigiam o resto do mundo. Os fatos preocupam o Parlamento europeu

Edouard Bailby

Um dos debates em curso nos círculos intelectuais e políticos da União Européia, muito atual em face da guerra na Iugoslávia, gira em torno de saber se a hegemonia dos Estados Unidos é indispensável à segurança coletiva e à prosperidade mundial. Muitos consideram que um mundo "multipolar" atenderia melhor as necessidades de democratização das relações internacionais, reforçando ao mesmo tempo a responsabilidade de cada Estado-membro da ONU. No entanto outros consideram que a supremacia norte-americana é uma garantia de paz e progresso.

No diário *The Washington Post*, o conhecido politólogo Robert Kagan defendeu com veemência esta segunda tese afirmando que não pode haver uma ordem mundial segura sem a hegemonia dos Estados Unidos. Em 1993 o professor Samuel Huntington, da universidade de Harvard, já escrevia que sem o domínio absoluto de Washington "haveria no mundo mais violência e desordem e menos democracia e crescimento econômico". Posteriormente acabou concedendo que a "arrogância" norte-americana no tratamento dos assuntos internacionais começava a ser preocupante.

Na verdade os Estados Unidos, desde o fim da Guerra Fria, querem estabelecer uma "nova ordem mundial", segundo as próprias palavras do presidente Bill Clinton, para assegurar o seu papel de superpotência única e defender como tal os seus interesses. Temos visto ultimamente como Washington, apesar da oposição da União Européia, da Rússia ou da China, nunca deixou de mostrar que pretendia impor a sua estratégia nos assuntos internacionais. No caso da América Latina nem o Brasil, a maior potência da região, consegue ter uma po-

lítica internacional audaciosa, capaz de abrir novos rumos aos países em desenvolvimento, apesar de algumas iniciativas alentadoras como o Mercosul.

A espionagem

Os Estados Unidos podem impor a sua hegemonia porque dispõem de recursos econômicos, tecnológicos e estratégicos superiores aos demais países do mundo. Enquanto não tiverem à sua frente um conjunto de nações decididas a quebrar o seu monopólio, Washington tentará dar a orientação que lhe convém à solução dos problemas internacionais. Por quê? Não se trata das alternativas clássicas de ordem financeira ou militar. Graças a um sistema ultra-sofisticado de espionagem por satélites, eles têm hoje a capacidade de captar dois milhões de conversações por minuto no mundo, ou seja, três bilhões por dia aproximadamente, registrando tudo o que se diz nos celulares, fax e e-mails. Em outras palavras, os Estados Unidos estão aptos a controlar qualquer negociação entre dois Estados soberanos ou várias multinacionais. Foi assim, por exemplo, que a empresa norte-americana AT&T, em concorrência com uma firma japonesa, obteve na Malásia o contrato para uma nova rede de comunicações. Tudo graças às informações colhidas por sua rede de satélites. Outro exemplo: quando o espanhol José Lopez, dirigente da General Motors, passou em 1993 para a Volkswagen levando segredos industriais da montadora norte-americana, os serviços de espionagem dos Estados Unidos conseguiram registrar os debates no Conselho de Administração da montadora alemã. Antigo chefe de departamento de contra-espionagem dos serviços secretos alemães, Joseph Karkowski deu numa revista holandesa os detalhes dessa operação secreta.

Quais são os métodos utilizados pelos norte-americanos? Além da CIA, famosa agência de informações, os Es-

tados Unidos possuem outro serviço de inteligência, a National Security Agency (NSA), menos conhecido, com um orçamento quatro vezes maior. Esta dispõe de todos os recursos informáticos e eletrônicos necessários à realização das suas tarefas.

O Pacto Ukusa

No seu livro *Secret Power*, publicado há poucos anos na Nova Zelândia, o pesquisador Nicky Hager revelou que em 1948, portanto no início da Guerra Fria, os Estados Unidos assinaram com quatro países - Canadá, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia - um acordo secreto, chamado Pacto Ukusa, para a colheita de informações eletrônicas sobre a União Soviética e os seus aliados. Nenhum desses países jamais revelou o teor do documento nem fez referências à sua existência. A partir desse momento os Estados Unidos começaram a elaborar um sistema de espio-

Clinton: "Nova ordem mundial" para assegurar o papel dos EUA de única superpotência (AFP)



nagem chamado *Echelon* (palavra de origem francesa utilizada na terminologia militar dos países anglo-saxônicos) que foi colocado sob a responsabilidade direta da National Security Agency (NSA). Com o desmoronamento dos regimes comunistas no Leste europeu eles passaram a utilizar esse sistema para colher informações sobre todos os países do mundo, inclusive os aliados ocidentais, buscando dados econômicos, financeiros, políticos e militares de particular interesse.

Convém ler a respeito um memorando confidencial da Casa Branca em 16 de setembro de 1994. Diz textualmente: "O fim da Guerra Fria modificou de forma dramática as prioridades e as ameaças para com a nossa segurança nacional. Além das questões políticas e militares tradicionais, os assuntos econômicos suscitam entre nós uma preocupação e um interesse crescente." Durante anos a NSA conseguiu trabalhar sigilosamente sem que nada de importante filtrasse na imprensa e nos círculos políticos internacionais.

No entanto, depois de longas e discretas pesquisas sobre o funcionamento dessa agência, uma comissão do Parlamento europeu - o Scientific and Technological Assessment (STOA) - presidida pelo francês Alain Pompidou, conseguiu apresentar em seis de janeiro do ano passado um relatório oficial a respeito da espionagem norte-americana. "Na Europa, afirma o documento, todas as chamadas telefônicas, os fax e os textos transmitidos por correio eletrônico (e-mail) são regularmente interceptadas e as informações de certo interesse retransmitidas pelo centro estratégico britânico de Menwith Hill para o quartel-geral da National Security Agency (NSA), a agência norte-americana de espionagem eletrônica". Os deputados europeus ficaram atônitos. Pouco tempo depois, *Il Mondo*, o principal semanário econômico da Itália, dedicou três números ao sistema Echelon sob o título: "Aler-



Que futuro Washington pretende legar às novas gerações, se tudo faz para se impor através da força em vez de usar com outros fins o seu poder de superpotência? Foto/AFP

Para decifrar as informações transmitidas pelos 25 satélites, computadores extremamente poderosos, chamados "dicionários", são capazes de absorver, examinar e filtrar enormes quantidades de mensagens numéricas e analógicas, retirar do conteúdo as palavras-chave programadas e mandar automaticamente os resultados das análises ao quartel-geral da National Security Agency, dos Estados Unidos



ta! Como os Estados Unidos e o Reino Unido nos controlam. Licença para espionar". As revelações detalhadas sobre o funcionamento da NSA tiveram ampla repercussão nas altas esferas da União Européia. Não era para menos!

O controle sobre o Brasil

O sistema utilizado pelos Estados Unidos dispõe de cinco bases terrestres a partir das quais são interceptadas as comunicações telefônicas internacionais que passam pelos 25 satélites Intelsat. Com exceção do Canadá, cada país do Pacto Ukusa está encarregado de cobrir

uma zona determinada do planeta. A base que controla a totalidade do tráfico europeu está situada na Grã-Bretanha a cem quilômetros de Exeter. As comunicações do continente americano, inclusive do Brasil, são vigiadas a partir de Segar Grove, a 250km de Washington. As regiões do Oceano Índico e do Pacífico, por sua vez, dependem de três bases terrestres: uma no Polígono do Exército norte-americano em Yakima, a 200 e tantos quilômetros de Seattle, outra em Waihopai (Nova Zelândia) e a terceira em Geraldton (Austrália).

Para decifrar as informações transmitidas pelos 25 satélites, computadores extremamente poderosos, chamados "dicionários", são capazes de absorver,

examinar e filtrar enormes quantidades de mensagens numéricas e analógicas, retirar do conteúdo as palavras-chave programadas e mandar automaticamente os resultados das análises ao quartel-geral da National Security Agency. Uma ou duas vezes por semana, os responsáveis pelos "dicionários" retiram algumas palavras-chave ou colocam outras em função dos temas políticos, diplomáticos e econômicos que interessam em determinados momentos aos Estados Unidos.

Inquérito europeu

Membro da diretoria do Departamento de Pesquisas no Parlamento europeu, Glynn Ford mostrou-se preocupado com o sistema Echelon. Nem todas as conversações telefônicas são automaticamente interceptadas mas, segundo o parlamentar britânico, "o problema é que esse tipo de vigilância tem sido aplicado de modo selvagem em escala mundial".

De fato, a NSA não controla apenas empresas privadas ou estatais como também organizações internacionais como Amnesty International e Greenpeace. Para limitar as atividades da NSA evitando que atentem aos direitos da pessoa humana ou burlem as leis da concorrência em benefício das empresas norte-americanas, o Parlamento europeu resolveu abrir um inquérito rigoroso sobre a matéria.

Ainda é cedo para saber quais serão as soluções propostas. Não são muitas: ou as Nações Unidas tem força para proibir essa espionagem eletrônica ultra-sofisticada, pondo em prática um sistema de controle, ou um grupo de países industrializados criará um sistema parecido para defender os seus interesses. No momento, só a União Européia está em condições de tomar essa iniciativa graças aos seus recursos financeiros e tecnológicos. Falta saber se a Grã-Bretanha, um dos quinze países-membros, está disposta a pôr fim à sua colaboração com a NSA. ■

Chamado à unidade

“O Chile do bicentenário, o Chile de 2010, será um país desenvolvido; essa é a grande missão dos nossos partidos, coligados na Concertação”, assinalou o socialista Ricardo Lagos, aludindo aos 200 anos da proclamação da independência em 18 de setembro de 1810. Lagos falava como candidato à Presidência da situação, após a sua esmagadora vitória nas eleições primárias da coalizão que governa o Chile.

Realizadas no fim de maio, as internas não deixaram lugar a dúvidas quanto à liderança de Lagos, que derrotou com folga - com 71,34 por cento dos votos - Andrés Zaldívar, pré-candidato presidencial da Democracia Cristã. A Concertação é uma coligação de quatro partidos políticos, Democracia Cristã (PDC), Partido Socialista (PS), Por la Democracia (PPD) e Radical Social-Democrata (PRSD), e grupos menores sem representação no Congresso. Desde o restabelecimento da democracia, em 11 de março de 1990, a Concertação governa o Chile, primeiro com Patricio Aylwin e depois, desde 1994, com o atual presidente, Eduardo Frei.

Tanto Aylwin quanto Frei são do PDC, partido que agora terá de ceder a liderança da Concertação ao socialista Lagos e se esforçar para que ele consiga derrotar em 12 de dezembro próximo a quem se apresenta como o seu mais sério rival, Joaquín Lavín, candidato da frente de direita União por Chile.

"Serei o candidato de toda a Concertação para ser o presidente de todos os chilenos. Esse é o meu com-

Ricardo Lagos convoca a Concertação a trabalhar pela vitória nas eleições de dezembro

Foi muito alto o comparecimento às urnas nas internas

promisso e o cumprirei", disse o líder socialista após a ratificação de sua vitória por uma diferença que não estava nem no mais otimista dos prognósticos de seus seguidores. Logo a seguir fez um previsível e veemente chamado à unidade com o Partido Demócrata Cristão para não dar margem a intrigas ou rivalidades internas que possam ser exploradas pela direita na campanha eleitoral.

Apoio independente

Advogado e doutor em Economia, Lagos costuma ser comparado com o ex-presidente espanhol Felipe González e aparece hoje como favorito para ser o próximo presidente, aquele ao qual caberá a responsabilidade de, a partir de março de 2000, conduzir o ingresso do Chile no terceiro milênio.

A sua estréia no cenário político foi na noite de 25 de abril de 1988, durante um programa de televisão de grande audiência, quando apontou seu índice acusador exigindo de Pinochet a democratização do país. Até então, no seu currículo predominavam as atividades acadêmicas e de funcionário internacional. O fator fundamental para a vitória de Lagos sobre Zaldívar, mais do que o apoio dos partidos, foi a grande massa de eleitores independentes que

votou nas eleições internas - abertas e não-obrigatórias - das quais participaram mais de 1,4 milhões de pessoas, cifra também surpreendente.

"As primárias foram um exemplo para o Chile e o mundo, pelo espaço que foi aberto para a participação dos cidadãos, que será o espaço do governo que aspiro a encabeçar desde março próximo", disse Lagos, que aos 61 anos - nasceu em 2 de março de 1938 - é um dos líderes políticos que melhor reflete a renovação do socialismo no Chile.

O derrotado pré-candidato democrata-cristão, atual presidente do Senado, chamou o seu partido a trabalhar lealmente por Lagos. Mas a ala "dura" do PDC imprimiu à campanha de Zaldívar nas primárias um tom agressivo ao afirmar que um possível governo socialista seria sinônimo de marxismo e instabilidade.

Durante a realização das eleições internas ocorreu um apagão, que deixou sem energia elétrica dois terços do território chileno, incluída a cidade de Santiago, e que quase comprometeu a realização do pleito. O ministro do Interior, Raúl Troncoso, qualificou o corte de luz de "altamente suspeito" e disse que o governo vai investigar o ocorrido. A energia elétrica do Chile foi privatizada e a Engesa, a empresa responsável, atribuiu o problema a "uma falha técnica".



Conquistas ameaçadas

A rejeição no plebiscito às mudanças previstas nos acordos de paz cria um impasse político

A maioria dos guatemaltecos presente às urnas em 16 de maio foi favorável ao "não" estabelecimento de quaisquer emendas à Constituição do país. A reforma constitucional estava prevista no acordo de paz de 29 de dezembro de 1996 entre o governo e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), que pôs fim a 36 anos de guerra civil.

Dentre as 50 reformas previstas, as mais importantes diziam respeito à redefinição do papel do exército, ao fortalecimento do Poder Judiciário e ao reconhecimento dos direitos dos indígenas, que representam 60% do total da população e foram os mais afetados pelo conflito interno por serem considerados a "base social da guerrilha".

Se o resultado do referendo - que teve 82% de abstenção em um total de 4 milhões de cidadãos aptos a votar - tivesse sido o triunfo do "sim", o país passaria a ser definido na Carta Magna como multiétnico, pluricultural e multilingüístico, e a identidade dos povos maias, garífuna e xinca reconhecida de forma expressa.

Alvaro Pop, da Coordenação de Organizações dos Povos Maias da Guatemala, disse que "o abstencionismo na consulta popular é uma mostra do

desprezo que a maioria da população tem ao sistema vigente e à classe política", e portanto, os setores envolvidos no processo de paz devem elaborar uma nova estratégia para viabilizar os acordos".

Outro fator responsável pelo fracasso da consulta popular, segundo Mario Guerra, do Tribunal Superior Eleitoral, foi a escassez de informações sobre o plebiscito e a dificuldade do mecanismo de votação, que obrigava os eleitores a marcar "sim" ou "não" em quatro cédulas de diferentes cores.

Faltou interesse

A favor do "sim" se pronunciaram aqueles que participaram dos acordos de paz: o governo, a URNG, a Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Paz, quase todos os partidos políticos, a Assembléia da Sociedade Civil, organizações indígenas, de mulheres, de direitos humanos e sindicatos.

O "não" foi defendido por setores da direita e conservadores. A deputada Nineth Montenegro, do partido de esquerda Frente Democrática Nova Guatemala, qualificou o resultado de "um duro golpe para a democratização do país."

"Estou muito preocupada com as implicações para a situação

dos direitos humanos", assinalou Feliciano Macario, membro da Comissão Nacional de Viúvas, grupo composto principalmente por mulheres indígenas. "Não houve interesse do governo em explicar à população o que estava em jogo. O povo não entendeu o sentido desse voto."

Para René Poitevin, diretor da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, Flacso, "as reformas à Carta Magna não são patrimônio de ninguém, mas dava a impressão de que votar "sim" era dar um voto de confiança aos partidos.

Por outra parte, quase todos os partidos estão de olho nas eleições gerais de novembro e não deram importância ao plebiscito. Não entenderam que há uma agenda de Estado mais importante que um pleito comum: a que permitirá realizar as mudanças que o país necessita, um projeto que diz respeito a todos os guatemaltecos".

Agora, os legisladores terão a responsabilidade de aprovar uma legislação ordinária, um processo muito mais lento que a reforma constitucional prevista no plebiscito, que permita impulsionar as principais mudanças exigidas pelos acordos de paz, porque, só dessa forma, se poderá evitar que eles se tornem inviáveis.



Começar de novo

Vitória dos trabalhistas faz renascer as esperanças no processo de paz, desmontado pela administração Netanyahu

Micaela Ramada

A esmagadora vitória obtida nas eleições israelenses de maio passado pelo candidato trabalhista, Ehud Barak, reabriu timidamente as esperanças de um novo processo de paz no Oriente Médio. Porém, vários especialistas advertiram que para se chegar a um acordo definitivo ainda terão de ser superadas muitas dificuldades, que poderão gerar frustrações.

O primeiro desafio de Barak foi a formação do seu gabinete, uma tarefa qualificada de "penosa" pelo professor de História do Oriente Médio da Univer-

sidade de Chicago, Rashid Jalidi, um palestino-norte-americano. "A votação foi uma nítida manifestação de repúdio às políticas de Netanyahu, mas não é um mandato claro em favor da paz. Pode ainda haver surpresas não-gratas, especialmente para os palestinos", advertiu o especialista.

Mesmo com essas ressalvas, importantes dirigentes mundiais, como o presidente Bill Clinton, acreditam que o governo de Barak, o militar israelense mais condecorado pelas ações de guerra, aumenta as possibilidades de se chegar a um acordo de paz não só com os palestinos, como também com o Líbano e a Síria. Ao ser informado da vitória trabalhista, Clinton afirmou que Washington mantém o seu compromis-

so com o acordo de Wye Plantation, assinado em outubro por Netanyahu e Arafat com a mediação dos Estados Unidos e da Jordânia.

Alegando que Arafat não cumpria os compromissos de segurança, Netanyahu suspendeu a implementação das cláusulas de Wye Plantation que previam o aumento do controle dos palestinos sobre o território da Cisjordânia de 28 para 41 por cento.

"Apoiamos a aspiração do povo palestino de determinar seu futuro na sua própria terra", tinha escrito Clinton a Arafat em abril. Essas palavras quase equivaliam a uma declaração de apoio à autodeterminação da Palestina, algo que jamais fez nenhum presidente dos Estados Unidos. Washington confia em





O primeiro-ministro eleito de Israel, Ehud Barak, senta-se próximo ao rabino Michael Melchior (E), do partido religioso Meimad, David Levy, do partido Gesher (2º à dir.), e do ex-primeiro-ministro Shimon Peres (D). Barak reuniu-se também com seus 26 deputados eleitos para o Parlamento em Tel Aviv em 20 de maio (Fotos AFP)

que Arafat e Barak poderão retomar o diálogo de paz nos próximos seis meses e determinar o *status* definitivo da Palestina.

Aliados europeus e árabes dos Estados Unidos partilham desse otimismo. O presidente da França, Jacques Chirac, disse que a vitória trabalhista permitirá um decisivo progresso em direção à paz. E o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, destacou que a grande vantagem (13 por cento dos eleitores) obtida por Barak sobre o ex-primeiro-ministro direitista Benjamin Netanyahu lhe conferiu a responsabilidade de reativar as negociações com os palestinos.

Em 1996, Netanyahu tinha derrotado o ex-primeiro-ministro trabalhista

Shimon Peres por uma estreitíssima margem de votos. E apesar de ser muito frágil a sua coligação de direita, ele começou a desarticular o processo de paz iniciado com os acordos assinados em 1993 em Oslo entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Novo cenário

A eleição trouxe novidades importantes. Pela primeira vez um árabe israelense, Azmi Bishara, foi candidato a primeiro-ministro e pela primeira vez em muitos anos os árabes israelenses, a quem muitos preferem chamar palestinos em Israel, tiveram intensa atuação na campanha eleitoral. Nas eleições de

1996, os árabes israelenses escolheram candidatos ao Parlamento, mas votaram em branco para primeiro-ministro e essa foi uma das principais razões da derrota dos trabalhistas.

Com a renúncia de Bishara à sua candidatura em favor de Ehud Barak, na véspera do pleito, o voto árabe migrou para o líder trabalhista, que conseguiu derrotar Benjamin Netanyahu já no primeiro turno. No entanto, apesar de ter recebido o apoio dos árabes e de ser bem mais moderado do que o seu antecessor do Likud, tudo indica que Barak não está disposto a fazer grandes concessões aos palestinos.

O plano de paz que defendeu na campanha está fincado em três "não" e um "sim": não ao retorno dos refugiados

Temas domésticos

Yossi Melman, colunista do jornal Ha'aretz, comentou que a estratégia eleitoral de Barak foi mudar habilmente a ênfase do debate em torno da paz e a segurança para os temas domésticos. "Cada noite, com a sua propaganda na televisão, (ele) golpeava o governo de Netanyahu com números que mostravam o crescente desemprego e a queda nos níveis de vida", escreveu. Como se vê, a estratégia deu resultados, especialmente com os judeus vindos da ex-União Soviética, que são os mais afetados pela falta de trabalho. Quase 73 por cento deles tinham votado em Netanyahu em 1996, mas em 1999 a cifra caiu para menos de 50 por cento. Durante a gestão de Netanyahu, a economia israelense se estagnou e atualmente está em recessão.

A estagnação é de tal ordem que a cada dia um maior número de israelenses se convence de que a paz com os palestinos e a consequente possibilidade de redirecionar verbas do orçamento militar para o desenvolvimento atuarão como alavancas da retomada do crescimento econômico.

palestinos, não às negociações sobre Jerusalém, não ao retorno às fronteiras de 1967 (quando Cisjordânia e Gaza foram ocupadas pelos israelenses) e sim aos assentamentos judeus.

Antes de assumir o governo, o máximo que Barak adiantou sobre a sua política em relação aos árabes foi que estaria disposto a rever o *status* dos territórios ocupados (que uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ordena devolver) e a estudar a



O rei da Jordânia Abdullah II (D) e o líder palestino Yasser Arafat dão as mãos em 26 de maio no Aeroporto Internacional de Gaza após a chegada do monarca jordaniano em sua primeira visita a território palestino desde que assumiu o trono em fevereiro de 99

possibilidade de entregar o Golã novamente aos sírios. Mas nunca apoiou a criação de um Estado palestino. Limitou-se a dizer que israelenses e palestinos devem viver em "entidades separadas".

Porém, no seu discurso de comemoração da vitória, acenou com a retirada militar israelense de Cisjordânia e Gaza e prometeu retirar as tropas do sul do Líbano, "no prazo de um ano". A respeito deste tema não fez outra coisa que atender às demandas da maioria da população de Israel, que não vê sentido na permanência de suas forças militares no país vizinho.

No entanto, as perspectivas para reativação das negociações de paz com os palestinos ainda não estão bem claras. No último pleito saiu bastante fortalecido o ultra-ortodoxo partido dos Shas (abreviação de "Shomer Torah", que quer dizer "Guardiães da Torah"), formado por judeus procedentes de países árabes.

Os Shas - que apoiavam a Netanyahu e são contra os acordos de Oslo - conquistaram 17 cadeiras no Knesset (Parlamento), e se transformaram na terceira força política do país, depois da coligação de centro-esquerda liderada pelo Partido Trabalhista, chamada Um Israel, que obteve 27 cadeiras, e da aliança de direita encabeçada por

Netanyahu, que ficou com 19. O líder dos Shas e ex-ministro do Interior Aryeh Deri, cumpre atualmente pena de prisão por corrupção.

Uma dificuldade adicional é o fato de que, daqui em diante, as negociações de paz não podem eludir o debate em torno de temas espinhosos, como o *status* de Jerusalém - que tanto israelenses quanto palestinos querem como capital de seu Estado - as fronteiras da Palestina, o futuro dos assentamentos judeus na Cisjordânia e os direitos sobre a água.

Os Acordos de Oslo definiam um período de transição de cinco anos antes da autonomia total da população palestina.

E fixaram em três de maio deste ano a data limite para negociar o acordo permanente entre as duas partes (aí incluindo todos os temas ainda pendentes de definição, inclusive o regresso dos exilados palestinos).

Quando se aproximava a data, o processo de paz estava em posição tão precária que o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, acabou tendo que adiar a declaração unilateral da criação do Estado palestino, para evitar um enfrentamento com os israelenses, fato que poderia ter favorecido a reeleição de Netanyahu.

A lei das 35 horas

**Nova legislação trabalhista
pode ser o início da retomada
da oferta de emprego**

Para as empresas francesas que têm mais de 20 assalariados, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999 a lei sobre a semana de 35 horas. Para as de menor porte, a lei deverá ser aplicada no mais tardar até 1º de janeiro de 2000.

Apesar da oposição sistemática das grandes empresas e da direita, cujos deputados apresentaram mais de 1.600 emendas ao projeto original, a nova legislação foi definitivamente aprovada pelo Parlamento francês, em maio do ano passado.

A reforma do primeiro-ministro socialista Lionel Jospin deu início a uma política audaciosa de luta contra o desemprego com a qual o governo espera criar, nos próximos anos, entre 280 mil e 300 mil empregos, num país que tem atualmente em torno de 3 milhões de desempregados (11,5 por cento da população economicamente ativa, contra 12,6 há dois anos).



Mais de 20 mil desempregados saíram às ruas de Paris exigindo oportunidades de trabalho em 17 de janeiro, em meio a manifestações que se repetiram por todo o país. A mobilização em favor da criação de novos empregos marcou o início do ano na França

O governo de esquerda - que reúne desde junho de 1997 socialistas, comunistas e verdes - conseguiu conciliar as reivindicações dos trabalhadores e as necessidades do desenvolvimento econômico, sem aplicar as regras ortodoxas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Já em 1936, a Frente Popular havia estabelecido por lei a semana de 40 horas, contra as anteriores 48 horas, e as férias remuneradas, criando centenas de milhares de postos de trabalho.

Perspectivas

A lei aprovada em 1998 não vai eliminar inteiramente o desemprego na França, pelo menos não a curto prazo. Outras medidas serão necessárias para reduzi-lo ao máximo. Mas o caminho está aberto para uma reorganização geral das estruturas econômicas, obrigando as empresas a melhorarem a sua produtividade para enfrentar a concorrência internacional.

Trata-se de um verdadeiro eletrochoque. Mesmo que certos patrões sabotem a nova lei por todos os meios, não há razões para pensar que a política da chamada gauche plurielle (esquerda plural) esteja fadada ao fracasso. Até agora, nenhum governo na França, a começar pelo antigo presidente conservador Valéry Giscard d'Estaing, conseguiu dar solução ao desemprego que começou a crescer rapidamente, no final dos anos 70.

Daí, a popularidade do primeiro-ministro Lionel Jospin, cuja política de reformas tem recebido, segundo sucessivas sondagens, o apoio da opinião pública. Depois que Martine Aubry, ministra socialista do Emprego e da Solidariedade, apresentou o projeto de lei na Assembléia Nacional ainda em 1997, os dois principais partidos da direita - RPR, do presidente Jacques Chirac, e a UDF, do antigo presidente Valéry Giscard d'Estaing - não passaram um dia sem proclamar que a política econômica e social do governo levaria o país ao caos.



O primeiro-ministro Lionel Jospin (esq.) aperta a mão do líder do Partido Comunista francês, Robert Hue, cuja agremiação política integra a coligação de governo, durante conversações sobre as demandas dos desempregados

Oposição patronal

O presidente do ex-Conselho Nacional do Patronato Francês (CNPFP), hoje chamado Movimento das Empresas da França (Medef) que representa mais de 80 por cento dos empresários do país, Jean Gandois, demitiu-se do cargo, pedindo que fosse eleito um homem intransigente, duro, capaz de levar adiante uma batalha ferrenha contra o governo.

Eleito com o apoio dos grandes patrões, especialmente no setor metalúrgico, Ernest-Antoine Seillières, prometeu, no seu primeiro discurso, "desestabilizar" Lionel Jospin, mas não conseguiu.

Descendente de uma antiga família da nobreza francesa, proprietário de uma residência luxuosa no bairro mais velho de Paris, o Barão acabou pedindo uma entrevista com o primeiro-ministro, três meses depois de eleito presi-

dente do Medef. Compreendendo que a lei das 35 horas era inevitável, declarou: "Estamos de acordo com a redução das horas de trabalho, mas nada de ser obrigatória por lei."

A entrevista, que durou duas horas, contou com a participação de Dominique Strauss-Kahn, poderoso ministro da Economia e das Finanças, e de Martine Aubry. Admiradora do economista inglês John Keynes, defensor, já na primeira metade do século da ação governamental para garantir o pleno emprego, ela não hesitou um segundo sobre a necessidade da lei das 35 horas. Já que todas as tentativas para resolver o problema do desemprego, disse, haviam fracassado, em grande medida por causa da grande indústria, que se preocupa mais em obter lucros na Bolsa do que com a criação de postos de trabalho, não havia outra saída do que impor a lei com o voto do Parlamento.

Economia em alta

Os argumentos de Martine Aubry, antiga prefeita-adjunta da cidade de Lille, no norte da França, chegaram em boa hora. Em 1997, a produção industrial do país conheceu um crescimento excepcional de oito por cento, contra uma média anual de 0,97 por cento, nos últimos vinte anos. Foi o índice mais alto na União Européia.

Por outro lado, o excedente comercial alcançou também um recorde esse ano, com um saldo de 173,5 bilhões de francos (29 bilhões de dólares aproximadamente). Em 1998, o PIB cresceu 3,2 por cento - nos últimos 12 meses foi de 0,3 por cento, colocando a França em segundo lugar entre os 15 países da União Européia, depois de Luxemburgo.

Apesar das conseqüências da crise asiática, as perspectivas econômicas para 1999 são boas, contrariando os prognósticos pessimistas do FMI. O governo de Lionel Jospin não tem por que corrigir, no momento, a sua política, que em linhas gerais "tenta estabelecer um equilíbrio entre as imposições da globalização e as necessidades das reivindicações sociais, mormente a diminuição rápida do desemprego".

Neste particular, a gauche plurielle francesa não está seguindo a trajetória do primeiro-ministro britânico Tony Blair, que não esconde a sua admiração pelos presidentes Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, considerados por ele de centro-esquerda.

Para adaptar a lei às peculiaridades de cada empresa, os três principais sindicatos do país - CFDT, CGT e FO - estão negociando com os patrões em todos os setores da economia para que a reforma seja integralmente aplicada a partir de 1º de janeiro de 2000.

Ao contrário do que afirmam o Medef e os partidos da direita, muitas empresas pequenas e médias já tomaram a dianteira, aproveitando uma lei de 1996 sobre a possibilidade de reduzir o tempo de trabalho, segundo entendimentos específicos entre patrões e assalariados. Pesquisas feitas

na região industrial do norte da França provaram que os resultados foram melhores do que se esperava.

O grupo Vivendi, por exemplo, que emprega 13.700 pessoas, comprometeu-se a empregar de 600 a 750 trabalhadores dentro dos dois próximos anos, melhorando a sua produtividade graças à reorganização das tarefas. A pequena empresa Pitault-Berry, distribuidora de bebidas em Saint-Florent, no

Estímulo para o emprego

Em que consiste, no essencial, a lei das 35 horas? Ela prevê que "a duração legal do trabalho efetivo dos assalariados estará estabelecida em 35 horas por semana, a partir de 1º de janeiro de 2000". Para as empresas que têm mais de 20 assalariados, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1999.

Durante os debates na Assembléia Nacional, os deputados concordaram em que o trabalho efetivo é "o tempo, durante o qual o assalariado está à disposição do empresário e deve se conformar às suas diretivas, sem poder cuidar livremente das suas ocupações pessoais". Nesse ponto, a maioria e a oposição chegaram a um acordo sutil, para que não houvesse abusos de um lado nem do outro. Para ajudar as empresas, uma vez que os trabalhadores não terão o seu salário diminuído, o Estado reduzirá os encargos sociais, no futuro, e garantirá vantagens fiscais, desde que se comprometam a aumentar de 6 a 9%, no mínimo, o número de postos de trabalho.

centro da França, que emprega trinta pessoas, descobriu que, dando dois dias a mais de descanso por mês, poderá empregar mais quatro pessoas. Exemplos desse tipo não faltam.

Na verdade, a lei das 35 horas vai provocar um movimento de mudança nas relações do capital com o trabalho. Por um lado, os empresários terão de imaginar um sistema mais moderno de produtividade. Por outro, a política do governo da gauche plurielle deverá honrar o compromisso de reduzir rapidamente o desemprego, inclusive com a criação de postos de trabalho para 300.000 jovens, especialmente no ensino, graças a uma ajuda massiva do Estado.

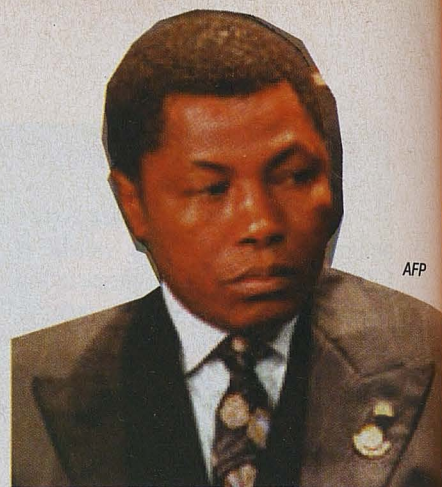
Se Lionel Jospin tiver êxito, as conseqüências serão enormes na União Européia. Estará provado que o ultraliberalismo anglo-saxônico não é irreversível. (Edouard Bailby)



Manifestantes que apóiam a luta dos desempregados se enfrentam com a polícia em Paris. As medidas que o governo está promovendo, entre elas a Lei de 35 horas, visam dar resposta às demandas da população

A vida continua

O golpe de Estado não altera a rotina mas põe em xeque o acordo entre o governo e os rebeldes



O presidente de Níger, Ibrahim Mainassara, havia assumido o governo graças à fraude eleitoral

A comunidade internacional condenou o golpe de Estado que culminou com o assassinato do presidente de Níger, Ibrahim Ba'are Mainassara, mas a vida nesse país africano, acostumado às crises políticas, não sofreu grandes mudanças.

Mainassara foi assassinado em 9 de abril no aeroporto internacional de Niamey. Nessa noite, o noticiário da televisão estatal qualificou o fato de "triste acidente" e os restaurantes da capital ficaram cheios, como sempre. No dia seguinte, o governo suspendeu a Constituição, fechou o Parlamento e dissolveu todos os partidos políticos, sem que houvesse sinais de tensão.

Pouco depois, o comandante e chefe da guarda presidencial, Dauda Malam Wanke, assumiu a chefia do Estado e organizou o que chamou de "novo governo de unidade nacional".

Desde que a democracia entrou em vigor com a promulgação de uma nova Carta Magna, em 1992, este país quase desértico de 10 milhões de habitantes se acostumou às crises políticas. A comunidade internacional condenou o assassinato e o golpe de Estado. A França, antiga potência colonizadora, suspendeu a ajuda financeira. Mas em Níger, as coisas não eram vistas assim. Sindi-

catos, grupos estudantis, dirigentes tradicionais e partidos de oposição concordaram que Wanke atuou em favor da nação. Até a coalizão de partidos que respaldava Mainassara, a Convergência pela República, declarou que "a vontade das novas autoridades é iniciar um processo de reconciliação".

Segundo observadores, nunca houve tanta unanimidade nessa dividida nação que conta com pelo menos 15 grupos rebeldes, desde que Mainassara deu um golpe militar em 1996, destituindo o presidente Mahamane Ousmane. Ele tinha sido eleito com 55,4% dos votos em abril de 1993.

Pouco depois Mainassara convocou eleições, porém sem garantias legais. Só chegou à Presidência graças a uma fraude generalizada. A oposição nunca reconheceu a sua legitimidade e tentou desestabilizar o seu governo, conseguindo criar obstáculos a sua gestão. Isso, somado ao esbanjamento dos recursos do país por parte de seus colaboradores, fez com que a popularidade do presidente fosse sumindo.

Os comícios municipais de fevereiro se realizaram em meio à violência porque partidários de Mainassara interrompiam a votação nas zonas em que seu líder estava perdendo. No dia anterior ao assassinato, a Corte Suprema tinha anunciado a conveniente anulação

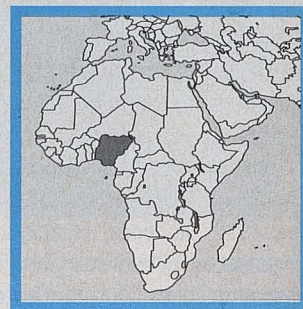
do resultado eleitoral nesses distritos.

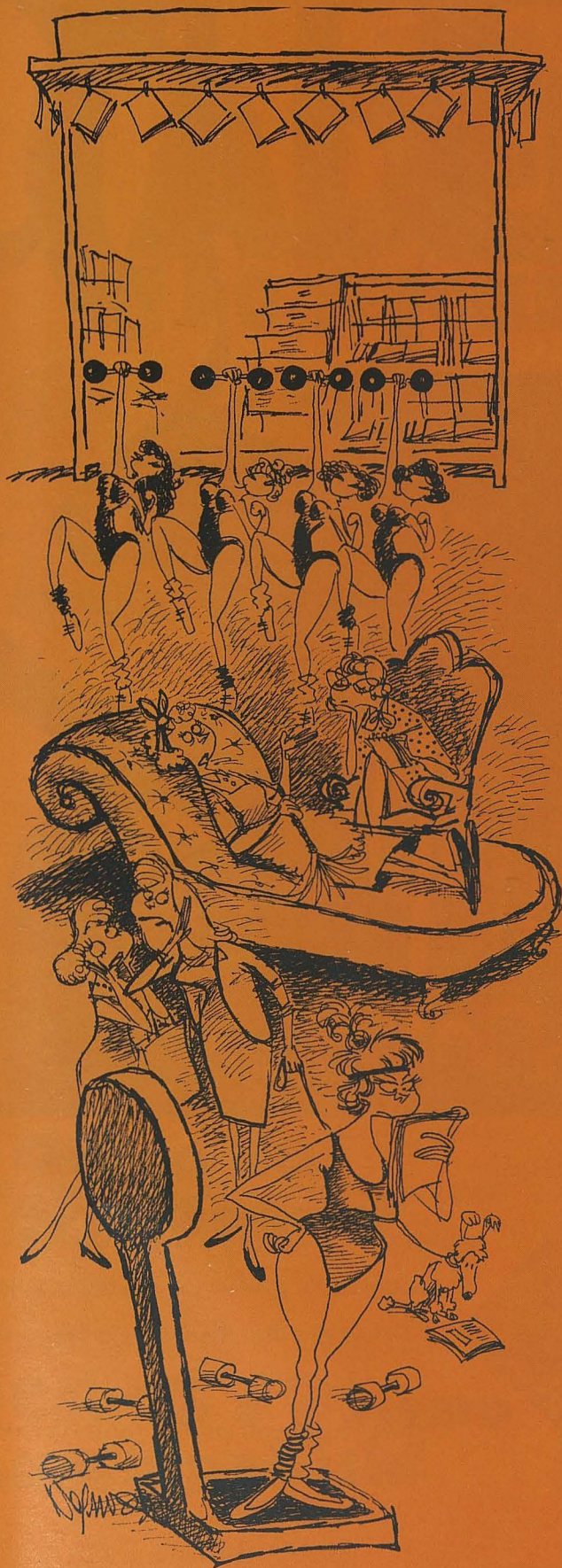
Em Níger só se espera uma coisa de Wanke, ou seja, que siga o exemplo do

general Abdulsalami Abubakar que, à frente do governo da Nigéria, o poderoso vizinho do sul do país, entregou o poder a um presidente eleito. Wanke prometeu realizar eleições em novembro e entregar o poder a um governo civil no último dia deste ano.

Níger foi um dos primeiros países a aderir à onda da democratização que passou pela África quase uma década atrás, mas ainda não conseguiu dominá-la. A situação se complicou pelas tensões étnicas, que exacerbam a rivalidade entre as comunidades *hausa* e *zarma*, que habitam o sul, enquanto as demais minorias - entre elas os *tuaregs* e os *fulanis* - se sentem marginalizadas.

Com rebeldes do Norte que representam as minorias *tuareg*, *tubats* e árabe, o governo assinou um frágil acordo que lhes concede relativa autonomia. Mas a atual instabilidade política põe em risco o acordo até porque a França suspendeu a ajuda que estava permitindo reintegrar os guerrilheiros à sociedade.



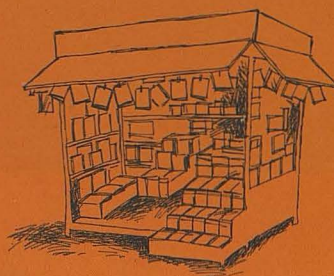


ACADEMIA DE GINÁSTICA, CONSELHEIRA FAMILIAR E CENTRAL DE FOFOCAS. MAS PODE CHAMAR DE BANCA DE REVISTAS.

A banca de revistas é o seu portão de embarque para uma vida mais saudável.

Lá estão as dietas, os cuidados e exercícios que vão mexer com você. Lá estão as reportagens que vão aumentar seu jogo de cintura e os debates que vão alargar os horizontes da família. Mas lá também estão os bastidores da televisão, as fofocas do momento e as amenidades para você relaxar, por que ninguém é de ferro. Entre numa banca e sinta-se à vontade para saber de tudo!

O jornaleiro ficará feliz com sua visita.



ANER ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE REVISTAS

SÃO LUÍS



Ela é francesa, holandesa, portuguesa, índia e africana, mas, acima de tudo, é de natureza mágica. Ela mora nos casarões coloniais, guardada por uma serpente encantada, bordada de azulejos, feita de poesia, vestida de sol e de mar por todos os lados. E esconde segredos, que são mistérios de



noites cheias de lendas. Ela é linda, dançando seus ritmos e cores, ao som dos tambores e matracas, de toadas que são declarações de amor dos poetas que escrevem a sua história. Ela é uma ilha, que o tempo, inspirado em um sonho divino, chamou São Luís.



PREFEITURA DE
SÃO LUÍS